Faculdade Fipecafi

Programa de Mestrado Profissional em Controladoria e Finanças

As consequências práticas da adoção das IFRS no setor bancário brasileiro conforme a perspectiva de gestores internos

Eliane Carolina Quaglio Arjonas

São Paulo

2018

Diretor-Presidente

Prof. Dr. Welington Rocha

Diretor de Pesquisa

Prof. Dr. Fernando Dal-Ri Murcia

Diretor Geral de Cursos

Prof. Ms. João Domiraci Paccez

Coordenadora do Curso de Mestrado Profissional em Controladoria e Finanças

Profa. Dra. Marta Cristina Pelucio Grecco

Eliane Carolina Quaglio Arjonas

As consequências práticas da adoção das IFRS no setor bancário brasileiro conforme a perspectiva de gestores internos

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Controladoria e Finanças da Faculdade FIPECAFI para obtenção do título de Mestre em Controladoria.

Orientadora: Profa. Dra. Marta Cristina Pelucio Grecco

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na publicação
Serviço de Biblioteca Faculdade FIPECAFI
Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis Atuárias e Financeiras (FIPECAFI)
Dados fornecidos pelo (a) autor (a)

A719c Arjonas, Eliane Carolina Quaglio
As consequências práticas da adoção das IFRS no setor bancário brasileiro conforme a perspectiva de gestores internos. / Eliane Carolina Quaglio Arjonas. -- São Paulo, 2019.
113 p.: il. col.

Dissertação (Mestrado Profissional) - Programa de Mestrado Profissional em Controladoria e Finanças – Faculdade FIPECAFI Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis Atuárias e Financeiras
Orientador: Profa. Dr. ª Marta Cristina Pelucio Grecco.

1. Convergência contábil. 2. IFRS 3. BACEN. 4. Normas internacionais de contabilidade. 5. Indicadores I. Profa. Dr. ª Marta Cristina Pelucio Grecco. II. Título.

657.0218

ELIANE CAROLINA QUAGLIO ARJONAS

AS CONSEQUÊNCIAS PRÁTICAS DA ADOÇÃO DAS IFRS NO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO CONFORME PESPECTIVA DOS GESTORES INTERNOS

Dissertação de Mestrado, apresentada à Banca Examinadora do Programa de Mestrado Profissional em Controladoria e Finanças, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Linha de pesquisa: Controladoria
Orientador: Prof. Dra. Marta Cristina Pelucio Grecco

Data da dissertação: 05/02/2019

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof. Dra. Marta Cristina Pelucio Grecco
Faculdade Fipecafi

Membro Titular: **Prof. Dra. Maria Thereza Pompa Antunes**
Faculdade Fipecafi.

Membro Titular: **Prof. Dr. Eric Barreto**
Insper Instituto de Ensino e Pesquisa.

Local: Faculdade FIPECAFI
Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - Fipecafi de São Paulo
São Paulo - SP

Dedico essa dissertação ao meu marido, Leandro Arjonas e a pequena Manuela, razão da minha vida, que entendeu que a mamãe precisava se dedicar aos estudos.

AGRADECIMENTOS

A realização desse trabalho só foi possível graças à colaboração direita e indireta de várias pessoas, em especial:

Ao meu marido, Leandro Arjonas, por todos esses anos de companheirismo e cumplicidade, por todo suporte para realização deste projeto, pela confiança depositada em mim e por cuidar tão bem da nossa pequena Manuela nos momentos que precisei me ausentar da família e me dedicar aos estudos, amo você.

A minha filha, Manuela Quaglio Arjonas, que mesmo sendo uma criança, conseguiu entender a importância desse trabalho e me deu todo seu apoio.

Aos meus pais, Aparecido Quaglio e Iria Quaglio, que são exemplos de persistência e jamais mediram esforços para que meus objetivos fossem alcançados.

À minha irmã, Elaine Quaglio, que mesmo na adversidade foi meu suporte, sempre esteve presente, cuidando, dando apoio, me ouvindo, dando toda força necessária para eu seguir adiante.

À minha amiga Andréa Davanço, umas das incentivadoras para que eu alcançasse essa conquista. Muito obrigada por todos esses anos de cumplicidade em nossas carreiras.

Agradeço também aos colegas de classe, pelas discussões e momentos que passamos ao longo desses dois anos.

À minha orientadora Marta Pelucio Grecco, pelos seus ensinamentos, tanto aqueles obtidos em sala de aula, quanto aqueles durantes o período de orientação.

RESUMO

Desde 2010, os bancos brasileiros constituídos sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigados a constituir comitê de auditoria nos termos da regulamentação em vigor devem publicar suas demonstrações financeiras anuais consolidadas em dois padrões contábeis diferentes, o COSIF e as IFRS. Esta pesquisa procurou apontar as consequências práticas que os bancos brasileiros tiveram com a implantação das IFRS. Para tanto, buscou-se identificar a população de bancos que emitem e divulgam suas demonstrações financeiras nas IFRS. Nessa busca, identificou-se que nem todas as demonstrações financeiras publicadas segundo o padrão internacional de contabilidade possuem nota explicativa reconciliando as diferenças entre as duas práticas contábeis, dificultando o processo de análise e a transparência das informações prestadas Desse modo, a análise comparativa das demonstrações financeiras usou informações de sete bancos, que foram selecionados justamente por conter todas as informações necessárias para as análises. Foram encontradas diferenças entre os valores publicados do ativo total, do patrimônio líquido e do lucro líquido. Essa assimetria entre os números divulgados nas duas práticas contábeis gerou diferenças nos indicadores ROE e ROA e mostra que os números divulgados segundo as regras do BACEN são mais conservadores, o que vai de encontro aos resultados apurados usando o modelo adaptado do índice de conservadorismo de Gray. Os achados nas entrevistas com os especialistas utilizando o método Delphi também demonstram que o COSIF é mais conservador que as IFRS. Em relação aos efeitos práticos que a adoção das IFRS trouxe para o setor, foram citados processos de controle interno, questões com o ambiente de TI, treinamento de pessoal, custo de observância e utilidade dessas demonstrações para cada tipo de instituição. Logo, todos esses achados demonstram que houve e ainda há efeitos práticos que influenciam a rotina operacional das instituições financeiras brasileiras.

Palavras-chave: Convergência contábil, IFRS, BRGAAP, ROE, ROA, índice de conservadorismo.

ABSTRACT

Since 2010, Brazilian banks are required to publish their consolidated annual financial statements in two different accounting standards, COSIF and IFRS. This research sought to point out the practical consequences that the Brazilian banks had with the implementation of IFRS. In this search, it was identified that not all financial statements published under the international accounting standard have an explanatory note reconciling the differences between the two accounting practices, hindering the analysis process and the transparency of the information provided. Thus, the comparative analysis of the financial statements used information from seven banks, which were selected precisely because they contained all the information necessary for the analyzes. Differences were found between published values of total assets, shareholders' equity and net income. This asymmetry between the numbers disclosed in the two accounting practices generated differences in the ROE and ROA indicators and shows that the numbers released according to the BACEN rules are more conservative, which is in line with the results obtained using the model adapted from Gray's conservative index. Findings in interviews with experts using the Delphi method also demonstrate that COSIF is more conservative than IFRS. Regarding the practical effects that the adoption of IFRS brought to the sector, internal control processes, issues with the IT environment, personnel training, cost of observance and utility of these statements for each type of institution were mentioned. Therefore, all these findings demonstrate that there have been and still are practical effects that influence the operational routine of Brazilian financial institutions.

Key words: Accounting convergence, IFRS, BRGAAP, ROE, ROA, conservative index.

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

Figura 1 – Características qualitativas da informação contábil

Tabela 1 – Relação de entidades que se enquadram como instituições financeiras

Tabela 2 – Usuários da informação contábil

Tabela 3 – Elementos das demonstrações contábeis

Tabela 4 – Posição atual dos CPCs e correlação com as normas do BACEN

Tabela 5 – Divergência entre BACEN x Framework e IFRS 16

Tabela 6 – Divergência entre BACEN x IFRS 9 – Classificação de Ativos e Passivos Financeiros

Tabela 7 – Divergência entre BACEN x IFRS 9 – Método de juros efetivo e valor justo dos instrumentos financeiros derivativos

Tabela 8 – Divergência entre BACEN x IFRS 9 – Redução ao valor recuperável

Tabela 9 – Divergência entre BACEN x IFRS 3

Tabela 10 – Indicadores de solidez financeira

Tabela 11 – Relação de bancos ativos na B3

Tabela 12 – Relação de bancos ativos na CVM

Tabela 13 – Número de bancos no Brasil por órgão regulador e associações

Tabela 14 – Relação de bancos desconsiderados

Tabela 15 – Números do Banco ABC Brasil S.A.

Tabela 16 – Números do Banco Alfa de Investimento S.A.

Tabela 17 – Números do Banco Daycoval S.A.

Tabela 18– Números do Banco do Brasil S.A.

Tabela 19 – Números do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (BANRISUL)

Tabela 20 – Números do Banco Santander Brasil S.A.

Tabela 21 – Números do Banco Itaú Unibanco Holding S.A.

Tabela 22 – Porcentuais médios

Tabela 23 – Índice de Conservadorismo para o Patrimônio Líquido (ICPL)

Tabela 24 – Índice de Conservadorismo para o Lucro Líquido (ICLL)

Tabela 25 – Efeitos práticos da adoção das IFRS pelos bancos

LISTA DE ABREVIATURAS

ABRASCA	Associação Brasileira das Companhias Abertas
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ANS	Agência Nacional de Saúde
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
APIMEC	Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais
AT	Ativo Total
BACEN	Banco Central do Brasil
BCBS	*Basel Commitee on Banking Supervision*
B3	B3 S.A. – Brasil Bolsa Balcão
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
COSIF/BRGAAP	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CMN	Conselho Monetário Nacional
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
FIPECAFI	Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras
FSI	*Financial Soundness Indicators*
GAAP	*Generally Accepted Accounting Principles*
IASB	*International Accounting Standards Board*
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
IC	Índice de Conservadorismo
ICLL	Índice de Conservadorismo para o Lucro Líquido
ICPL	Índice de Conservadorismo para o Patrimônio Líquido
ICP	Índice de Conservadorismo Parcial

IFRS	*International Financial Reporting Standards*
IMF	*International Monetary Fund* (Fundo Monetário Internacional)
LL	Lucro Líquido
N1	Nível 1 de Governança Corporativa
NM	Novo Mercado
PL	Patrimônio Líquido
ROA	Retorno sobre o Ativo
ROE	Retorno sobre o Patrimônio Líquido
RTT	Regime Tributário de Transição
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SPPI	*Solely payments of principal and interest*
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados

Sumário

1. INTRODUÇÃO 15
1.1. Contextualização do tema 15
1.2. Questão da pesquisa 19
1.3. Objetivo da pesquisa 20
1.3.1. Objetivo geral 20
Objetivos específicos 20
1.4. Justificativa e contribuição 21
2. REFERENCIAL TEÓRICO 23
2.1. Sistema Financeiro Nacional 23
2.2. Objetivo da contabilidade, suas demonstrações e o usuário da informação contábil 26
2.3. Fundamentos básicos das demonstrações contábeis 31
2.4. Efeitos das práticas contábeis mais comparáveis 32
2.5. Processo de convergência no Brasil 33
2.6. Principais diferenças entre as normas do BACEN e das IFRS/CPC 39
2.7. Conservadorismo contábil 44
2.8. Principais indicadores para análise dos números dos bancos 46
2.9. Evidências empíricas em trabalhos anteriores 50
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 55
3.1. Tipologia da pesquisa 55
3.1.1. Classificação da pesquisa 55
3.1.2. Procedimentos e coleta de dados 56
3.1.3. Abordagem do problema 56
3.2. População e amostra 57
3.3. Procedimento de coleta de dados 61
3.4. Procedimento de tratamento de dados 63
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS 67
4.1. Resultados da etapa 1 67
4.1.1. Análise dos indicadores ROE e ROA 67
4.1.2. Análise quantitativa a partir do Índice de Conservadorismo 73
4.2. Resultados da etapa 2 75
4.2.1. Dados pessoais dos respondentes 76
4.2.2. Objetivo da contabilidade e divulgação de seus números 76
4.2.3. Conservadorismo contábil 77

4.2.4. Comparabilidade 78
4.2.5. Efeitos práticos da adoção das IFRS pelos bancos 78
4.2.6. Utilidade da emissão e da divulgação das demonstrações financeiras nas IFRS pelos bancos brasileiros 82
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 85
REFERÊNCIAS 91
APÊNDICE: RELATÓRIO DAS ENTREVISTAS COM OS ESPECIALISTAS 101

1. INTRODUÇÃO

1.1. Contextualização do tema

O processo de convergência das normas internacionais é uma tendência mundial, iniciada na Europa, que aplica esse conjunto de normas desde 2005. A padronização contempla a adoção de um novo padrão contábil que oferece mudanças cujo objetivo consiste em criar um conjunto único de demonstrações contábeis em nível mundial (Deloitte, 2007). Van Tendeloo e Vanstraelen (2005) mencionam, entre outras vantagens, que a adoção de um padrão único conduz a uma redução do risco para os investidores e do custo do capital para as empresas.

Jeanjean e Stolowy (2008) argumentam que a adoção de um padrão único de demonstrações contábeis traz mais qualidade, aumenta a transparência e melhora a comparabilidade dos relatórios financeiros. Entretanto, os autores mencionam que há evidências de que os padrões contábeis desempenham um papel limitado na determinação da qualidade dos relatórios observados. A aplicação de normas contábeis envolve considerável julgamento e uso de informações privadas. Como resultado, as IFRS (*International Financial Reporting Standards* – Normas Internacionais de Relatório Financeiro) fornecem aos administradores uma discricionariedade substancial.

Por outro lado, independentemente desses aspectos, a internacionalização dos mercados, no que diz respeito ao desenvolvimento do mercado de capitais, ao crescimento dos investimentos diretos estrangeiros e à formação de blocos econômicos, traz consigo a necessidade de se ter um conjunto de padrões contábeis internacionais que possam viabilizar o processo de comparação de informações entre companhias de um mesmo grupo ou de grupos distintos (Padoveze, Benedicto & Leite, 2012, p.3). Nesse sentido, cabe argumentar que a convergência para um padrão contábil singular melhora a comparabilidade das companhias.

Em contraste, estudos como os de Ball, Robin e Wu (2003) apontam que em alguns países da Ásia Oriental as demonstrações contábeis não são direcionadas apenas pelos padrões contábeis. Os autores afirmam que elas também dependem de fatores econômicos e políticos que incentivam os preparadores dessas informações.

Osma e Pope (2011) examinaram as consequências da adoção obrigatória das IFRS para a qualidade dos lucros. Os autores afirmaram que os sistemas baseados em princípios têm padrões mais genéricos que deixam às empresas um número significativo de escolhas contábeis.

Nesse sentido, Iudícibus, Martins e Gelbcke (2008) reforçam que as mudanças mais relevantes decorrentes do processo de internacionalização dos padrões contábeis são a primazia da essência sobre a forma, as normas orientadas por princípios e a necessidade do julgamento por parte dos profissionais de contabilidade.

Segundo Macedo, Machado, Murcia e Machado (2010), o processo de convergência das normas contábeis brasileiras às IFRS pode ser caracterizado, entre outros aspectos, como de migração de um padrão de regulamentação contábil mais *code law* (enfatizam o direito formalista) para o padrão *common law (*enfatizam o direito consuetudinário), em que predomina a essência sobre a forma, cujas normas são baseadas mais em princípios do que em regras.

De acordo com Farias, Ponte, Oliveira e Luca (2014), a adoção de um novo padrão contábil implica mudanças na forma de evidenciação, mensuração, reconhecimento e divulgação dos fatos contábeis. As mudanças de padrão contábil também podem afetar atributos como qualidade e utilidade das informações divulgadas. Entre esses atributos, destacam-se o conservadorismo, caracterizado pelo emprego de cautela, ao se evitar a superestimação de ativos e receitas, e a subestimação de passivos e despesas. Nesse estudo, os autores avaliaram os impactos que a adoção das IFRS trouxeram na situação patrimonial, econômica e financeira dos bancos brasileiros.

No Brasil, o processo de convergência teve início em 1999, quando a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) criou três comissões para revisar e propor alterações nas leis 6.404/76 e 6.385/76. A Comissão Jurídica foi presidida pelo dr. José Luiz Bulhões Pedreira; a Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, pelo prof. Mário Henrique Simonsen; e a Comissão Contábil, pelo prof. Sérgio de Iudícibus. A proposta de reformulação das normas contábeis passou então a integrar o projeto de lei específica (3.741/2000), que tinha a finalidade maior de possibilitar o processo de convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais de contabilidade, além de aumentar o grau de transparência das demonstrações contábeis em geral (Freire, Machado, Machado, Souza & de Oliveira, 2012).

A justificativa para a revisão da Lei 6.404 foi o surgimento de uma nova realidade econômica para o Brasil e o processo de globalização das economias, de abertura dos mercados, com expressivo fluxo de capitais ingressando no país e com as empresas brasileiras captando

recursos no exterior (CVM, 1999). Nesse sentido, a proposição da reforma da Lei 6.404/76, desde o início, teve por finalidade inserir o Brasil no contexto de globalização das economias, modernizando e harmonizando a lei societária com as melhores práticas contábeis (KPMG, 2007).

A revisão da Lei nº. 6.404 tinha como principais aspectos: i) corrigir impropriedades e erros da lei societária de 1976; ii) adaptar a lei às mudanças sociais e econômicas decorrentes da evolução do mercado; iii) fortalecer o mercado de capitais mediante implementação de normas contábeis e de auditoria internacionalmente reconhecidas (KPMG, 2007).

O projeto de lei ficou em tramitação na Câmara dos Deputados por sete anos, até que em 2007 a promulgação da Lei nº. 11.638/07 inicia oficialmente o processo de convergência brasileiro. A Lei 11.638/07 foi assinada em 28/12/2007, o que gerou certa confusão e correria para as empresas de capital aberto, que tinham de aplicar essa nova lei a partir do primeiro dia de 2008, e tornou mais lenta a emissão das demonstrações contábeis daquele exercício, considerando as novas regras.

A percepção dessa transformação provocou turbulências no mercado. Contadores e *controllers* viram sua discreta atividade figurar subitamente como "revolucionária" na imprensa em meio às discussões sobre os impactos da nova lei (Niero, 2008). O curtíssimo prazo para colocar a nova lei em prática fez Nelson Carvalho comentar: "Tivemos três dias para fazer o que a Europa fez em cinco anos" (Niero, Valenti & D'Ambrósio, 2009).

Conforme Antunes, Saiki e Grecco (2010), a Lei 11.638/07 trouxe importantes conceitos do direito societário, adaptou conceitos legais utilizados em economias desenvolvidas e alinhou a normatização brasileira à legislação dos Estados Unidos e da Europa. Foram trazidas inovações tanto para as demonstrações contábeis quanto para as práticas contábeis, visto que as IFRS são muito mais baseadas em princípios do que em regras.

As mudanças introduzidas pelas IFRS buscaram aprimorar a qualidade da informação contábil, tendo como foco principal a utilidade para o usuário dessa informação, as melhorias para aprimorar a compreensibilidade, a relevância, a confiabilidade e a comparabilidade das informações divulgadas, que são as características qualitativas da informação contábil e que a torna útil (Antunes, Grecco, Formigoni & Neto, 2012).

O Banco Centro do Brasil (BACEN) foi um dos primeiros reguladores a se manifestar favoravelmente à convergência das normas contábeis em um único padrão. Isso fica evidenciado no comunicado 14.259 de 10/3/2006, em que o regulador menciona que algumas

ações específicas seriam desenvolvidas com o objetivo de identificar a necessidade de convergência às normas internacionais de contabilidade, aplicáveis às instituições financeiras.

Nesse comunicado, o BACEN menciona ainda que a partir do referido diagnóstico serão editados normativos objetivando a adoção de procedimentos para a elaboração e a publicação de demonstrações contábeis consolidadas em consonância com os pronunciamentos do IASB (*Internacional Accounting Standard Board*) a partir de 31 de dezembro de 2010.

Contudo, o BACEN, em 2010, com a emissão da Resolução 3.786, parece retroceder no processo de convergência, no qual obriga os bancos a apresentar suas demonstrações contábeis em dois padrões distintos, isto é, segundo os padrões contábeis definidos pelo BACEN, através das regras disponíveis no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, o COSIF (BRGAAP), e de acordo com as regras estabelecidas pelo IASB, disponíveis através das IFRS.

Alexandre Tombini, presidente do BACEN de 2011 a 2016, defendia que um sistema de regulação eficaz e abrangente é de extrema importância para garantir o funcionamento adequado do sistema financeiro, com ações que visam maior transparência em um ambiente regulatório denominado prudencial (Girotto, 2013).

Nesse contexto, ainda conforme Alexandre Tombini, o BACEN deve pensar no equilíbrio entre transparência e estabilidade do sistema, de modo que todos os impactos sejam meticulosamente analisados antes da introdução de uma nova norma. Portanto, o processo de alinhamento do COSIF à norma internacional tende a ser de médio a longo prazo (Girotto, 2013).

O BACEN optou por promover a convergência de uma forma mais lenta, sendo que até 2014 haviam sido recepcionados/adotados apenas sete pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), mantendo as normas contábeis divulgadas na Circular 1.273, enquanto os demais órgãos reguladores haviam aderido quase à totalidade dos pronunciamentos emitidos pelo CPC, demonstrando um conservadorismo no reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas por parte dos bancos brasileiros.

Considerando que os bancos brasileiros têm à disposição dois conjuntos de normas que devem ser seguidos, o COSIF e as IFRS, com algumas diferenças entre essas práticas contábeis, fica evidente a importância da pesquisa referente às instituições financeiras nacionais. Dessa forma, surgiu a oportunidade de estudar as consequências que essa adoção compulsória há oito

anos trouxe, e ainda traz, para os bancos brasileiros, que são obrigados a publicar suas demonstrações contábeis em dois padrões contábeis distintos.

1.2. Questão da pesquisa

A questão da pesquisa está associada às especificidades do setor bancário brasileiro e aliada às alterações que a convergência das normas internacionais de contabilidade trouxe para o setor. Dessa forma, é possível inferir que há duas formas de análise desses demonstrativos, uma que atende ao órgão regulador, o BACEN, em que são calculados os tributos e a remuneração do acionista, e outra que atende às normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e às orientações do próprio regulador, através da Resolução 3.786.

De acordo com essas considerações e diante da importância da contabilidade no fornecimento de informação útil a seus usuários, esta pesquisa buscou resposta à seguinte questão:

- Quais foram as consequências práticas, para os bancos brasileiros, decorrentes da convergência para as normas internacionais de contabilidade, as IFRS, de forma parcial e compulsória?

1.3. Objetivo da pesquisa

1.3.1. Objetivo geral

Para Silva (2010), os objetivos da pesquisa podem ser gerais e específicos. Os objetivos gerais consistem em uma visão geral do assunto, relacionada à finalidade principal. Por sua vez, os objetivos específicos relacionam-se a questões que delimitam o objetivo geral.

Fachin (2002) expõe que os objetivos representam o fim que o trabalho monográfico se propõe a atingir, que é dar uma resposta ao problema formulado.

Diante do grau de importância que o processo de convergência contábil teve ao redor do mundo e também no Brasil, o objetivo geral desta pesquisa é conhecer quais foram as consequências práticas da adoção parcial e compulsória das normas internacionais de contabilidade trouxe aos bancos brasileiros.

Objetivos específicos

O objetivo específico é conhecer os impactos que a adoção das IFRS trouxe ao desempenho dos bancos brasileiros, através:

a) da comparação dos resultados obtidos dos cálculos dos índices ROE (Retorno sobre o Patrimônio Líquido), ROA (Retorno sobre o Ativo) e IC (Índice de Conservadorismo) nos dois padrões contábeis (BRGAAP e IFRS), determinando se há diferenças entre eles.
b) de entrevistas com gestores e profissionais da área contábil dessas instituições, bem como auditores externos, para conhecer suas percepções em relação às questões operacionais para implantação das novas regras e à utilidade das demonstrações contábeis nas IFRS.

1.4. Justificativa e contribuição

Ao comparar os elementos dos balanços patrimoniais nos dois padrões contábeis aos quais os bancos brasileiros estão expostos – o padrão conforme as regras definidas na Circular 1.273 do BACEN (ou BRGAAP) e o padrão internacional de contabilidade, as IFRS, é possível identificar diferenças nos principais grupos de contas do ativo e do passivo, com consequência no lucro dessas instituições.

Farias *et al.* (2014) observaram que a adoção de um novo padrão contábil altera a forma de evidenciação, mensuração, reconhecimento e divulgação de fatos contábeis. Através de estudo feito, foram analisados os impactos que a adoção de uma nova prática contábil, no caso as IFRS, trouxe para a situação patrimonial, econômica e financeira dos bancos listados na BM&Fbovespa, atual B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. A pesquisa identificou que houve diferença significativa em alguns indicadores, e com isso os autores não rejeitaram a hipótese pesquisada.

Miranda (2008) analisou se os indicadores econômico-financeiros calculados de acordo com os números contábeis do padrão contábil local dos bancos de países como França, Espanha e Reino Unido apresentavam diferenças significativas em relação aos mesmos índices calculados com os números contábeis de acordo com as IFRS. De maneira geral, foram identificadas diferenças significativas em metade dos seis indicadores referentes à liquidez e à estrutura patrimonial, que são importantes para a avaliação de um banco.

O tamanho do impacto gerado pelas diferenças entre os padrões contábeis pode não ser significativo algumas vezes e, nesse caso, é possível inferir que as normas internacionais estão em consonância com os padrões locais. Outras vezes, pode haver diferenças relevantes. Nesse caso, é preciso investigar o porquê dessas diferenças através da análise da norma local e da norma internacional.

Dessa forma, a justificativa da pesquisa é identificar as consequências que a convergência da norma contábil trouxe às instituições financeiras, através da análise do impacto em seus números contábeis e da percepção dos gestores, profissionais da área contábil, auditores externos.

Esta pesquisa é composta de cinco capítulos. O primeiro capítulo contextualiza o tema e evidencia o problema através da questão da pesquisa e dos objetivos geral e específico, justificando a importância e a contribuição do estudo para identificar as consequências que a

convergência da norma contábil trouxe às instituições financeiras, através da análise do impacto em seus números contábeis e da percepção dos gestores, dos profissionais da área contábil e dos auditores externos, tendo em vista a obrigatoriedade da aplicação e da divulgação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, as IFRS, e com as normas nacionais, o COSIF.

No segundo capítulo são apresentadas as bases teóricas, fornecendo uma revisão bibliográfica a partir de um panorama do que é o sistema financeiro nacional, o objetivo da contabilidade e suas demonstrações financeiras e de como foi o processo de convergência brasileiro às normas internacionais de contabilidade. O referencial teórico inclui ainda uma visão das principais diferenças entre os BRGAAP e as IFRS, bem como alguns trabalhos que foram elaborados usando como premissa a adoção das IFRS. Toda a revisão bibliográfica teve como objetivo dar suporte às análises efetuadas no capítulo 4.

O terceiro capítulo apresenta a metodologia a ser utilizada, definindo e justificando a população que foi usada para a análise dos dados. No quarto capítulo temos os achados encontrados nas análises quantitativas e qualitativas. Por fim, o quinto capítulo trata das considerações finais desta pesquisa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Sistema Financeiro Nacional

Pode-se definir o mercado financeiro como o mecanismo que funciona com o objetivo de congregar os agentes e os instrumentos destinados a oferecer alternativas de captação e de aplicação de recursos. Um dos objetivos do mercado financeiro é proporcionar a alocação de recursos em uma economia da forma mais eficiente possível (Lopes, Galdi e Lima, 2011).

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) é a forma pela qual o mercado financeiro é estruturado. A regulação do SFN se dá, principalmente, por meio das Leis 4.595/64 (Lei da Reforma Bancária), 4.748/65 (Lei do Mercado de Capitais), 6.385/76 (criação da CVM) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), além de diversas complementações a essas leis com o decorrer do tempo (Lopes *et al*., 2011).

As principais entidades que integram o SFN são: Conselho Monetário Nacional (CMN), BACEN e CVM.

Criado pela Lei 4.595 de 1964, o CMN é o órgão superior do Sistema Financeiro Nacional e tem a responsabilidade de formular a política da moeda e do crédito, objetivando a estabilidade da moeda e o desenvolvimento econômico e social do país. Entre suas várias competências, o CMN é responsável por expedir as normas gerais de contabilidade e de estatística a ser observadas pelas instituições financeiras e estabelecer a meta para a inflação.

Ao CMN não cabe nenhuma função executiva, sendo sua função exclusivamente deliberativa. O CMN é constituído pelo ministro da Fazenda, pelo ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão e pelo presidente do BACEN.

O BACEN é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Fazenda e criada pela Lei 4.595 de 1964. É responsável pelo estabelecimento da taxa de juros básica da economia (taxa Selic). Atua para regular a quantidade de moeda na economia que permita a estabilidade de preços. Suas atividades também incluem a preocupação com a estabilidade financeira. O BACEN executa as orientações do CMN. De acordo com Lopes *et al*. (2011), os principais objetivos dessa autarquia são:

i. Formulação, execução e acompanhamento da política monetária;
ii. Controle das operações de crédito em todas as suas formas, no âmbito do sistema financeiro;
iii. Formulação, execução e acompanhamento da política cambial e de relações financeiras com o exterior;
iv. Organização, disciplinamento, fiscalização do SFN, do Sistema de Pagamentos Brasileiro e do Sistema Nacional de Habitação e ordenamento do mercado financeiro;
v. Emissão de papel-moeda e de moeda metálica;
vi. Execução dos serviços do meio circulante.

Securato e Securato (2009, p. 55) confirmam que o BACEN é o órgão executivo do SFN, que tem como responsabilidade cumprir e fazer cumprir todas as disposições que regulam o perfeito funcionamento do mercado financeiro, bem como as normas expedidas pelo CMN.

As instituições financeiras supervisionadas pelo BACEN são os operadores que lidam diretamente com o público, no papel de intermediário financeiro. De acordo com Pinheiro (2009, p. 64), as instituições financeiras proporcionam serviços relacionados à transformação, à troca e à assistência na criação de ativos financeiros, bem como o aviso de investimento, e administram carteiras de outros participantes do mercado. Sua atividade principal é a coleta, a intermediação ou a aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou internacional, e a custódia do valor de propriedade de terceiros.

Enquadram-se como instituições financeiras:

Tabela 1
Relação de entidades que se enquadram como instituições financeiras

Bancos e caixas econômicas
Banco múltiplo
Banco comercial
Caixa Econômica Federal e outras caixas econômicas
Banco de câmbio
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES
Banco de desenvolvimento
Banco de investimento
Administradoras de consórcios
Cooperativas de crédito
Corretoras e distribuidoras
Corretora de câmbio
Sociedade corretora e sociedade distribuidora de títulos e valores mobiliários
Instituições de pagamentos
Demais instituições não bancárias
Agência de fomento
Associação de poupança e empréstimo
Companhia hipotecária
Sociedade de crédito, financiamento e investimento
Sociedade de crédito imobiliário
Sociedade de arrendamento mercantil
Sociedade de crédito ao microempreendedor

Fonte: site do Banco Central – Recuperado de: https://www.bcb.gov.br/pre/composicao/composicao.asp

A CVM é uma autarquia criada em 1976 pela Lei 6.385 e também vinculada ao Ministério da Fazenda. De acordo com Lopes *et al*. (2011), as principais atribuições da CVM são:

i. Estimular a formulação de poupança e sua aplicação em valores mobiliários;
ii. Promover a expansão e o funcionamento correto, eficiente e regular do mercado e ações, além de estimular as aplicações permanentes em ações do capital social de companhias abertas;
iii. Assegurar e fiscalizar o funcionamento eficiente das bolsas de valores, do mercado de balcão e das bolsas de mercadorias e futuros;

iv. Proteger os titulares de valores mobiliários e os investidores do mercado contra atos ilegais de administradores e de companhias abertas ou de carteiras de valores mobiliários;

v. Evitar ou coibir modalidades de fraude ou de manipulação que criem condições artificiais de demanda, oferta ou preço dos valores mobiliários negociados no mercado;

vi. Assegurar o acesso do público a informações sobre os valores mobiliários negociados e as companhias que os tenham emitido;

vii. Assegurar o cumprimento de práticas comerciais equitativas no mercado de valores mobiliários;

viii. Assegurar o cumprimento, no mercado, das condições de utilização de crédito fixadas pelo CMN.

Ainda de acordo com Lopes *et al*. (2011), a CVM possui, essencialmente, cinco funções principais:

i. Função normativa – regulação do mercado;

ii. Função de registro – concessão de registro para as ofertas públicas;

iii. Função fiscalizadora – fiscalização da aplicação da regulamentação existente e das informações divulgadas pelas companhias abertas;

iv. Função consultiva – manifestação de seu entendimento sobre operações e atos societários;

v. Função de desenvolvimento – iniciativas regulatórias com o objetivo de desenvolvimento do ambiente regulatório.

2.2. Objetivo da contabilidade, suas demonstrações e o usuário da informação contábil

Antes de falar sobre o objetivo da contabilidade é preciso conhecer quais são os usuários da informação contábil. Os usuários da contabilidade são segregados em dois grandes grupos: os usuários externos e os usuários internos. Os usuários externos são todos aqueles que se encontram fora da empresa, como o sócio ou o acionista não controlador, os fornecedores de matérias-primas, o Estado, as instituições financeiras supridoras de crédito e os concorrentes (Ponte & Oliveira, 2004).

Para Hendriksen e Breda (1999, p. 510), o grupo fundamental para o qual se faz a divulgação financeira são os investidores (acionistas e potenciais acionistas) e os credores.

Segundo Lopes e Martins (2007, p. 9), o mercado financeiro é um dos maiores usuários da informação contábil por intermédio de analistas, corretoras, investidores institucionais e individuais, bancos de investimento e outros agentes.

A tabela 2 demonstra uma breve descrição dos principais usuários de informações contábeis, com a natureza básica das informações por eles normalmente requeridas, não de forma exaustiva.

Tabela 2
Usuários da informação contábil

Usuário da informação contábil	Meta que desejaria maximizar ou tipo de informação mais importante
Acionista minoritário	Fluxo regular de dividendos.
Acionista majoritário ou com grande participação	Fluxo de dividendos, valor de mercado da ação, lucro por ação.
Acionista preferencial	Fluxo de dividendos mínimos ou fluxos.
Emprestadores em geral	Geração de fluxos de caixa futuros suficientes para receber de volta o capital mais os juros, com segurança.
Entidades governamentais	Valor adicionado, produtividade, lucro tributável.
Empregados em geral, como assalariados	Fluxo de caixa futuro capaz de assegurar bons aumentos ou manutenção de salários, com segurança; liquidez.
Média e alta administração	Retorno sobre ativo, retorno sobre patrimônio líquido; situação de liquidez e endividamentos confortáveis.

Fonte: Iudícibus (2015, p.5).

O usuário da informação contábil tem à disposição um conjunto de documentos que é divulgado por meio de relatórios trimestrais, semestrais e anuais aos órgãos reguladores, como a CVM, o BACEN e a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Nesse contexto, pode-se considerar que a contabilidade tem um enfoque voltado para o cálculo e a apresentação do lucro líquido, resultante de regras específicas de realização e vinculação num balanço, relacionando o período corrente a períodos futuros (Hendriksen & Van Breda, 1999).

Os autores ainda mencionam que a contabilidade aborda que um dos objetivos é fornecer informação financeira confiável sobre os recursos econômicos e as obrigações de uma empresa.

Nesse mesmo sentido, Lopes & Martins (2007, p. 125) argumentam que a contabilidade é um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira e de produtividade com relação à entidade em questão. A contabilidade tem uma função bastante ampla, na medida em que é responsável pelo fornecimento de informações de caráter operacional e não somente financeiro.

As características essenciais da contabilidade são a identificação, a mensuração e a comunicação de informações financeiras sobre entidades econômicas para as partes interessadas. É o processo que culmina na preparação de relatórios financeiros da empresa para usuários internos e externos (Kieso, Weygandt & Warfield, 2007, p. 2-3 – como citado em Almeida & Freitag 2009, p. 266).

Porém, segundo Iudícibus (2015, p. 4) o estabelecimento do objetivo da contabilidade pode ser feito na base de duas abordagens distintas:

> [...] ou consideramos que o objetivo da contabilidade é fornecer aos usuários, independentemente de sua natureza, um conjunto básico de informações que, presumivelmente, deveria atender igualmente bem a todos os tipos de usuários, ou a contabilidade deveria ser capaz e responsável pela apresentação de cadastros de informações totalmente diferenciados, para cada tipo de usuário.

Segundo o autor, a segunda abordagem tem sido a mais citada. O fato é que ainda não se conhece o modelo decisório de cada usuário e, consequentemente, quais seriam os conjuntos de demonstrativos contábeis capazes de atender cada tipo de usuário. Porém, o que se sabe é que a contabilidade tem como finalidade prover informações úteis aos usuários para a tomada de decisões econômicas, fornecendo elementos de caráter operacional e não somente financeiro.

Esse conceito também é citado por Reeve, Warren, Duchac e Padoveze (2009, p.10), que mencionam que a contabilidade fornece aos administradores informações para serem utilizadas na condução da empresa. Além disso, a contabilidade fornece às demais partes interessadas informações para serem usadas na avaliação do desempenho e da situação econômica da empresa.

De acordo com o Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00) emitido pelo CPC, as demonstrações contábeis devem fornecer informações que sejam úteis nas tomadas de decisão econômicas e nas avaliações por parte de investidores existentes e em potencial, credores por empréstimo e outros credores.

As decisões econômicas e as avaliações feitas pelos usuários quanto à decisão de comprar, manter ou vender instrumentos patrimoniais; avaliar a capacidade da entidade em honrar com o pagamento dos recursos financeiros a ela emprestados, ou ainda a avaliação feita pelos órgãos reguladores em relação ao atendimento às normas, pelo fisco em relação aos impostos que estão sendo tributados e por seus acionistas pela destinação dos lucros, são feitas com base nessas demonstrações contábeis.

O item OB3 do CPC 00, ao tratar dos objetivos das demonstrações contábeis, esclarece que as expectativas dos investidores e dos credores dependem do montante, da tempestividade e das incertezas dos fluxos de caixa futuros da entidade. Consequentemente, eles necessitam de informação para auxiliá-los na avaliação acerca dos recursos da entidade. Portanto, a contabilidade representa um papel fundamental na avaliação de empresas, podendo alterar as expectativas dos usuários de acordo com a forma como tais dados são divulgados.

Observa-se, desse modo, que as informações úteis estão associadas à influência que poderão exercer, em maior ou menor grau, de acordo com a intenção de cada usuário.

De acordo com o *Accounting Standards Board* (1999, p. 32-33), uma informação contábil deve seguir alguns princípios para ser útil:

- A informação fornecida pela demonstração contábil deve ser relevante e confiável e, se houver necessidade de escolha entre essas características, que são mutuamente exclusivas, a abordagem escolhida deve ser aquela que resulte na maximização da relevância da informação fornecida.
- A informação é relevante se tiver a capacidade de influenciar as decisões econômicas dos usuários e for fornecida tempestivamente.
- A informação é confiável se:
  a) Representar fielmente o que se pretende representar, refletindo, portanto, a essência das transações e de outros eventos ocorridos;
  b) For completa e estiver livre de parcialidade deliberada ou sistemática e erro material;
  c) Em sua preparação, em condições de incerteza, for aplicado certo grau de cautela no julgamento.
- A informação precisa ser comparável, sendo preparada e apresentada de uma forma que permita aos usuários discernir e avaliar semelhanças e diferenças entre

a natureza e os efeitos das transações e de outros eventos ao longo do tempo através de diferentes relatórios.

- A informação fornecida nas demonstrações contábeis tem de ser compreensível, embora não deva ser excluída simplesmente por não ser compreendida por alguns usuários.
- A informação é compreensível se sua significância puder ser percebida pelo usuário que tenha certo conhecimento dos negócios contábeis e estiver disposto a analisá-la com razoável diligência.
- A informação material precisa ser fornecida nas demonstrações contábeis, porém não é imaterial.
- A informação é relevante para as demonstrações contábeis se for provável que sua distorção ou sua omissão influencie as decisões econômicas dos usuários.

A relação entre esses aspectos e a informação financeira pode ser demonstrada na figura 1.

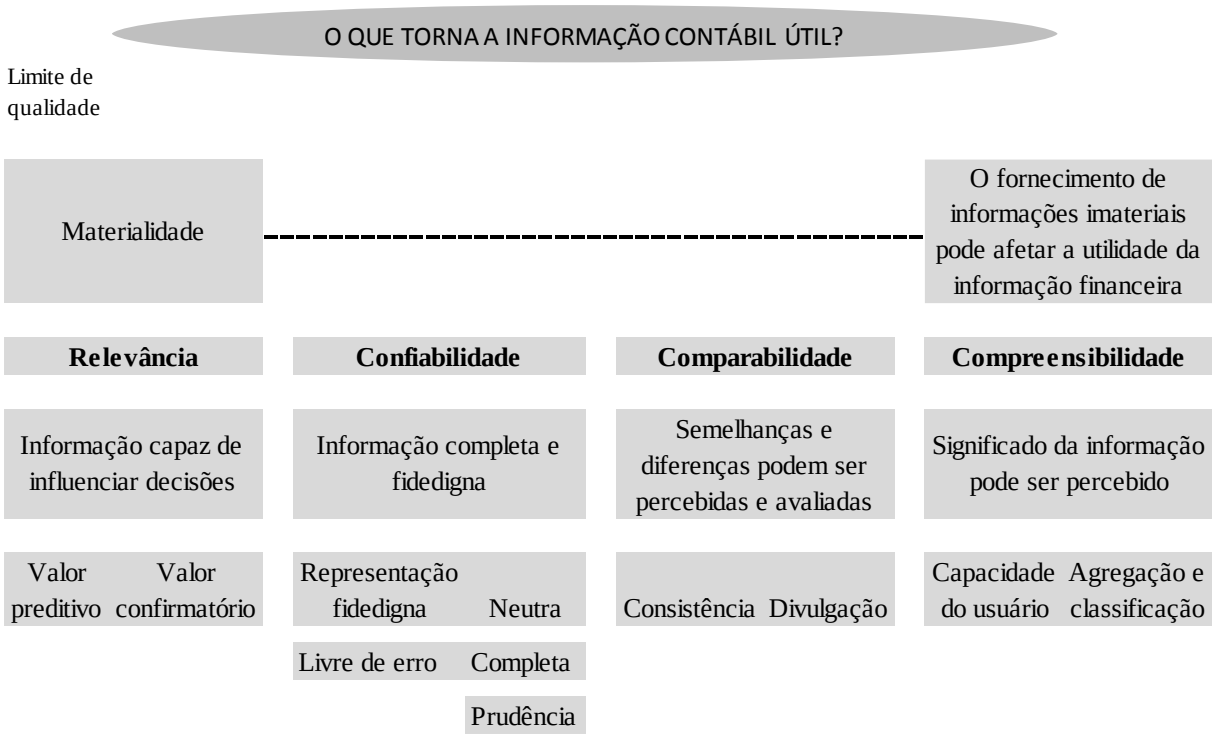

Figura 1: Características qualitativas da informação contábil
Fonte: Accounting Standards Board (1999, p. 34). Tradução livre da autora.

2.3. Fundamentos básicos das demonstrações contábeis

De acordo com o CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, as demonstrações contábeis são:

> [...] uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira e do desempenho da entidade. O objetivo das demonstrações contábeis é proporcionar informação acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade que seja útil a um grande número de usuários em suas avaliações e tomadas de decisão econômicas.

Por outro lado, o parágrafo OB 2 do CPC 00 comenta que o propósito geral destas demonstrações é fornecer informações que sejam úteis a investidores existentes e em potencial, a credores por empréstimo e a outros credores.

O pronunciamento conceitual básico do CPC considera que os elementos diretamente relacionados com a mensuração da posição patrimonial e financeira são:

i. Ativo: é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade;
ii. Passivo: é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos;
iii. Patrimônio líquido: é o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.

O IASB, em seu papel de trabalho *discussion paper* DP/2013/1, discute o que são ativos e passivos e traz uma nova definição:

i. Ativo: um recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados;
ii. Passivo: uma obrigação presente da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados.

As demonstrações contábeis das sociedades não financeiras seguem os padrões definidos no CPC 26. Por outro lado, como já discutido anteriormente, as instituições financeiras, isto é, os bancos e as demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN,

seguem as orientações do Manual de Normas do Sistema Financeiro. A tabela 3 demonstra as principais diferenças entre esses dois conjuntos de normas.

Tabela 3
Elementos das demonstrações contábeis

Elementos das demonstrações contábeis conforme o CPC 26	**Elementos das demonstrações contábeis – Manual de Normas do Sistema Financeiro – COSIF**
Ativo	Ativo
Circulante	Circulante
Não circulante	Não circulante
	Permanente
Passivo	Passivo
Circulante	Circulante
Não circulante	Não circulante
	Resultado de exercícios futuros (*)
Patrimônio líquido	Patrimônio líquido

Fontes: cpc.org.br – CPC 26 e bcb.gov.br – Manual de Normas do Sistema Financeiro

(*) Representam recebimentos antecipados de receitas antes do cumprimento da obrigação que lhes deu origem, diminuídas dos custos e das despesas a elas correspondentes, quando conhecidos, a serem apropriadas em períodos seguintes e que de modo algum sejam restituíveis (Circular BACEN 1.273).

2.4. Efeitos das práticas contábeis mais comparáveis

Os relatórios corporativos podem conter diversas consequências econômicas e é impossível enumerar todas elas. Entretanto, nem todos os efeitos são entendidos e suportados por evidências. A evidência que provavelmente suporta melhor o efeito é a qualidade dos relatórios divulgados (Hail, Leuz & Wysocki, 2009).

De acordo com Choi, Frost e Meek (1999) como citado em Carvalho e Lemes (2008), a vantagem da informação contábil mais comparável é a possibilidade de os usuários conseguirem analisá-las sem a necessidade de ser intimamente familiarizados com mais de um sistema contábil.

As divulgações mais comparativas facilitam a diferenciação entre empresas mais ou menos lucrativas, o que resulta em redução do componente de assimetria de informação entre investidores. Essas melhoras resultantes de maior comparabilidade podem também aumentar a liquidez de mercado e reduzir o custo de capital das empresas (Hail *et. al.*, 2009).

Ainda de acordo com os autores, maior comparabilidade também pode ter impactos nas decisões corporativas. Relatórios financeiros comparáveis permitem que empresas façam melhores escolhas de investimento em função do maior conhecimento das concorrentes. Porém, empresas que possuem relatórios comparáveis podem negociar com fornecedores e clientes em outros países de maneira mais eficiente e permitir a transação com governos de outros países.

Os autores mencionam ainda que é importante notar que além dos benefícios tangíveis da comparação e da maior qualidade da informação divulgada, há custos diretos e indiretos para melhorar os relatórios corporativos. Os custos diretos incluem a preparação e a divulgação desses relatórios. Os custos indiretos envolvem outras partes que podem usar a informação divulgada. Assim, os reguladores e os normalizadores precisam pesar cuidadosamente a confluência de custos e benefícios para empresas, investidores e outras partes na economia. Além disso, é importante reconhecer que os benefícios líquidos da alta qualidade e de relatórios comparáveis variam significativamente entre empresas, indústrias, mercados e países.

2.5. Processo de convergência no Brasil

O início da regulação da contabilidade remonta à década de 30, sobretudo após a Grande Depressão de 1929, quando a regulação das instituições se intensificou. Nos Estados Unidos, os profissionais contábeis empreenderam uma grande quantidade de trabalho para estabelecer regras contábeis (Tavares, Anjos & Paulo, 2014).

Os autores comentam ainda que o processo regulatório da contabilidade, do sistema financeiro, entre outros, foi potencializado pelas crises econômicas ocorridas a partir do século XX. Com isso, é possível afirmar que o início do processo regulatório na contabilidade foi consequência do cenário econômico da época e, portanto, encontra sua raiz teórica atrelada às teorias desenvolvidas no âmbito da economia que procuraram explicar as razões pelas quais deveria ocorrer a intervenção do Estado no mercado e o comportamento do regulador ante os diversos incentivos advindos dos grupos de interesse.

Ao longo dos anos, os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos (GAAP – *Generally Accepted Accounting Principles*) de cada país foram sendo influenciados pelo ambiente socioeconômico, resultando em uma grande diversidade de práticas contábeis. Isso ocasionou a falta de comparabilidade entre as demonstrações contábeis elaboradas em países de diferentes

origens. Com a evolução da internacionalização dos negócios, ocorreu uma crescente indagação sobre como tornar comparáveis essas demonstrações contábeis (Grecco, Geron & Formigoni).

No Brasil, os principais objetivos para que o movimento da contabilidade nacional esteja alinhado com os padrões internacionais envolvem: i) desvincular a contabilidade societária dos aspectos tributários e deixá-la focada nos interesses dos principais usuários externos (investidores e credores); ii) fazer com o que o processo de normatização não seja fundamentado em atos normativos elaborados pelos órgãos governamentais, e sim em um organismo cujos integrantes sejam empresas que produzem as informações contábeis, usuários dessas normas, contadores, analistas, investidores, bolsas de valores, auditores independentes e profissionais de investimento; iii) fazer com que as normas contábeis brasileiras sejam convergentes com as normas internacionais, em especial com as do IASB, a fim de que as demonstrações financeiras das companhias nacionais sejam entendidas com facilidade em outros países; iv) aumentar a transparência e a confiabilidade das informações financeiras a fim de possibilitar um custo mais baixo no acesso das empresas nacionais às fontes de financiamento externas; v) estimular novos investimentos no mercado nacional; vi) aumentar o ganho de eficiência na elaboração das demonstrações contábeis (Lima, 2010).

De acordo com Niyama (2010), harmonização é um processo que busca preservar as particularidades inerentes a cada país, mas que permite reconciliar os sistemas contábeis com outros países, de modo a melhorar a troca de informações a serem interpretadas e compreendidas, enquanto padronização é um processo de uniformização de critérios, não admitindo flexibilização. A convergência implica a aderência ou adoção de uma regra a outra, no caso, a brasileira à internacional.

Com vistas a atender a essas expectativas, Ponte, Luca, Oliveira e Aquino (2010) afirmam que o processo de convergência das normas e práticas contábeis brasileiras aos padrões internacionais abrangeu várias iniciativas, legais, institucionais e regulamentares.

A promulgação da Lei 6.404/1976 foi o primeiro passo do Brasil no caminho da geração da informação aos usuários externos, em especial aos credores e aos investidores, e da própria harmonização contábil (Costa, 2012; Martins, Oliveira, Niyama & Diniz, 2014). Essa lei possui características baseadas no modelo norte-americano (Martins, 2012). Contudo, a contabilidade societária era influenciada por normas da Secretária da Receita Federal, agências reguladoras, fiscalizadoras e associações de profissionais. Como resultado, as demonstrações contábeis não acompanharam as demandas de seus usuários e não eram elaboradas de acordo com as

disposições técnicas conhecidas mais adequadas, gerando uma perda na qualidade da informação contábil (Iudícibus, Martins & Gelbcke, 2008, Silva, 2013).

Assim, surgiu a necessidade de uma única normatização contábil no Brasil, suportada legalmente, mas não limitada por esse vínculo e caminhando rumo a uma única contabilidade mundial. Um dos principais resultados foi em 2005 através da emissão da Resolução 1.055/05, a criação do CPC.

O CPC tem como objetivo o estudo, o preparo e a emissão de pronunciamentos técnicos sobre procedimentos de contabilidade, além da divulgação de informações dessa natureza para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e à uniformização do seu processo de produção e levando sempre em conta a convergência da contabilidade brasileira aos padrões internacionais.

A criação do CPC foi um acordo entre o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a pedido da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC), da Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA), da B3, da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) e do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) (Iudícibus, Martins, Gelbcke, 2008).

As agências reguladoras brasileiras, como a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a Agência Nacional da Saúde (ANS), a CVM e a SUSEP, vêm recepcionando/adotando os CPCs na medida em que são emitidos. Assim, como os CPCs são produzidos segundo as IFRS, as normas contábeis utilizadas pelas empresas sob a regulação desses órgãos já são, em sua quase totalidade, convergentes ao padrão internacional desenvolvido pelo IASB.

Além da criação do CPC, outros elementos contribuíram para a convergência às normas contábeis. A CVM, em outubro de 2005, publicou a Deliberação nº 488, que dispõe sobre a importância e a necessidade de as práticas contábeis brasileiras serem convergentes às práticas contábeis internacionais, a fim de assegurar a comparação tanto com as próprias demonstrações contábeis de períodos anteriores quanto com as demonstrações contábeis de outras entidades. Na sequência, como já mencionado na introdução deste trabalho, o BACEN emitiu em 2006 o Comunicado 14.259.

Como ato contínuo, em 2007 a CVM através da Instrução 457/07 exigiu que as companhias abertas apresentassem, a partir do exercício findo em 2010, suas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com o padrão contábil internacional, emitido pelo IASB.

Outro órgão regulador a se manifestar favoravelmente sobre processo de convergência foi a SUSEP. Em sua Circular 357, de 26 de dezembro de 2007, ela dispõe sobre o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, determinando o desenvolvimento de ação específica, que deveria ser concluída até 31 de outubro de 2008, com o objetivo de identificar as necessidades de convergência às normas internacionais de contabilidade promulgadas pelo IASB. A SUSEP menciona ainda que seriam editados normativos a partir do referido diagnóstico, objetivando a adoção de procedimentos para a elaboração e a publicação das demonstrações contábeis consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, em consonância com os pronunciamentos do IASB.

O marco legal no Brasil referente à adoção do padrão internacional de contabilidade aconteceu em 2007, com a promulgação da Lei 11.638/07, que propôs alterações nos princípios contábeis. A estratégia adotada foi a adoção gradual, sendo que para os exercícios sociais de 2008 foi exigida a adoção de 14 normas e apenas a partir do exercício social de 2010 se determinou a adoção completa. Algumas companhias abertas optaram por adotar completamente as IFRS antecipadamente. Esse movimento foi denominado adoção voluntária. Dessa forma, a partir do exercício de 2008 algumas demonstrações contábeis publicadas já contemplavam o padrão de normas internacionais (Silva, 2013).

A promulgação da Lei 11.638/07 trouxe ao cenário nacional uma nova filosofia contábil, a primazia da essência sobre a forma. Essa estrutura conceitual defende um modelo contábil regido por princípios e julgamentos e não somente por regras, em que a informação contábil deverá representar adequadamente os eventos ocorridos (Geron, 2008).

Outra importante contribuição da Lei 11.638/07 é dada pela eliminação da influência da legislação fiscal nas demonstrações contábeis das companhias abertas. A Lei 11.941/09 introduziu o Regime Tributário de Transição (RTT), garantindo a neutralidade fiscal no momento da convergência. Adicionalmente, em 2014 houve a promulgação da Lei 12.973/14, que teve como objetivo suceder ao RTT e adaptar o conjunto de regras fiscais às novas normas contábeis convergentes ao padrão internacional.

Conforme Antunes *et al.* (2010), a Lei 11.638/07 trouxe importantes conceitos do direito societário, adaptou conceitos legais utilizados em economias desenvolvidas e alinhou a normatização brasileira à legislação dos Estados Unidos e da Europa.

O movimento de adoção das normas internacionais de contabilidade no Brasil pode ser explicado por diversos aspectos, destacando-se a redução das taxas inflacionárias e a expansão

do mercado de capitais, o que ocasionou o aumento da importância das informações contábeis no processo de decisão de investimentos (Antunes *et al*., 2012).

No entanto, em relação às instituições financeiras e às demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, compreendendo bancos múltiplos, bancos de investimentos, bancos comerciais, bancos de desenvolvimento, cooperativas de crédito, sociedades de arrendamento mercantil e sociedades de crédito, cabe ao órgão regulador emitir as normas pertinentes às instituições. Elas têm à disposição o COSIF, que foi criado com a edição da Circular no. 1.273, em 29 de dezembro de 1987, com o objetivo de unificar os diversos planos contábeis existentes na época e uniformizar os procedimentos de registro e elaboração de demonstrações contábeis.

Dessa forma, as instituições financeiras utilizam um arcabouço contábil próprio em relação tanto às normas emanadas do BACEN quanto ao COSIF. Essas normas, porém, pouco mudaram para se adequar ao padrão internacional de contabilidade.

Essa separação entre instituições financeiras e não financeiras está estabelecida na Lei 4.595/64, que determina entre outros assuntos, a competência do CMN para expedir normas gerais de contabilidade e estatística a serem observadas pelas instituições financeiras e pela Lei 6.385/76, que reforça essa competência.

Portanto, cumprindo suas atribuições, o BACEN promulgou o Comunicado 14.259/06, que divulga procedimentos para a convergência das normas de contabilidade e auditoria aplicáveis às instituições financeiras com as normas internacionais promulgadas pelo IASB.

Entre outras atribuições, o comunicado estabeleceu a data-limite de 31 de dezembro de 2010 para a elaboração e a publicação de demonstrações contábeis consolidadas conforme o padrão das IFRS, ou seja, alinhando as datas que vierem a ser estabelecidas pelo CPC e CVM. Entretanto, o BACEN deve pensar no equilíbrio entre transparência e estabilidade do sistema, de modo que todos os impactos sejam meticulosamente analisados anteriormente à introdução de uma nova norma (Girotto, 2013). Nesse cenário, o BACEN edita a Resolução CMN 3.786/09, na qual altera um pouco o contexto e reitera a obrigação das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir comitê de auditoria nos termos da regulamentação em vigor, a elaborar e divulgar anualmente demonstrações contábeis consolidadas adotando o padrão contábil internacional, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo IASB quanto ao prazo para a primeira divulgação dessas demonstrações

contábeis, surgindo a partir desse momento dois conjuntos distintos de demonstrações contábeis.

No caminho do processo de convergência, foi emitido pelo CPC um total de 46 pronunciamentos técnicos e um pronunciamento conceitual. Entretanto, o BACEN homologou apenas oito desses pronunciamentos, demonstrando que o processo de convergência não foi integralmente adotado, nos quais o regulador demonstra que as mudanças acontecerão de maneira mais gradual e lenta.

Um exemplo de que o BACEN manteve suas normas conservadoras, diferindo do próprio conceito do CPC 00, pode ser citado com a emissão da Circular 3.738 de 11/12/2014. Essa circular, que estabelece procedimentos para contabilização da remuneração de correspondentes no país, menciona que a comissão paga será reconhecida integralmente como despesa. Por outro lado, no conceito das IFRS, uma comissão relacionada com uma transação será diluída pelo prazo do contrato. Outros exemplos de diferença entre as normas do BACEN e as IFRS/CPC estão descritos na seção 2.4.

A tabela 4 relaciona as normas do BACEN com os respectivos pronunciamentos técnicos:

Tabela 4
Posição atual dos CPCs e correlação com as normas do BACEN

Pronunciamento técnico		IASB	BACEN Resolução CMN
CPC 00 (R1)	Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro	Framework	4.144/12
CPC 01 (R1)	Redução de valor recuperável de ativos	IAS 36	3.566/08
CPC 03 (R2)	Demonstrações de fluxo de caixa	IAS 7	3.604/08
CPC 05 (R1)	Divulgação de partes relacionadas	IAS 24	3.750/09
CPC 10 (R1)	Pagamento baseado em ações	IFRS 2	3.989/11
CPC 23	Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro	IAS 8	4.007/11
CPC 24	Evento subsequente	IAS 10	3.973/11
CPC 25	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	IAS 37	3.823/09

Fonte: cpc.org.br

2.6. Principais diferenças entre as normas do BACEN e das IFRS/CPC

As tabelas 5 a 9 representam de forma não exaustiva as principais diferenças entre as normas vigentes nas instituições financeiras que seguem as normas do COSIF e as normas descritas nas IFRS/CPC.

Essas diferenças foram observadas nas notas explicativas de reconciliação entre o resultado divulgado nas IFRS e o resultado divulgado de acordo com as normas do BACEN, publicado nas demonstrações contábeis de alguns bancos.

Tabela 5
Divergência entre BACEN x Framework e IFRS 3

Norma	IFRS / CPC Definição	Divergência BACEN X IFRS
Framework/ CPC00	Dispõe sobre as demonstrações contábeis que devem ser elaboradas e divulgadas pelas entidades e a base para a apresentação dessas demonstrações.	O COSIF prevê a segregação no balanço patrimonial dos ativos não correntes em "ativo realizável a longo prazo" e "ativo permanente".
IFRS 3 / CPC 15 – Combinação de negócios	O adquirente deve mensurar os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos pelos respectivos valores justos da data da aquisição Em cada combinação de negócios, o adquirente deve mensurar, na data da aquisição, os componentes da participação de não controladores na adquirida que representem nessa data efetivamente instrumentos patrimoniais e confiram a seus detentores uma participação proporcional nos ativos líquidos da adquirida em caso de sua liquidação, por um dos seguintes critérios: (a) pelo valor justo, ou (b) pela participação proporcional atual conferida pelos instrumentos patrimoniais nos montantes reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. Todos os demais componentes da participação de não controladores devem ser mensurados ao valor justo na data da aquisição.	Os ativos e passivos objetos de uma combinação de negócio são mantidos pelo valor contábil (Fonte: Circular 1.273).
IFRS 3 / CPC 15 – Combinação de negócios	De acordo com o CPC 15, quando a controladora adquirir mais ações ou outros instrumentos patrimoniais de uma entidade que já controla deve considerar esse valor como redução de seu patrimônio líquido.	Nas operações de incorporação nas quais a sociedade incorporada detém participação no capital da incorporadora, o ágio ou deságio existente na incorporada, quando não baixado no momento da incorporação, deve ser contabilizado no ativo como ágio ou deságio na aquisição do investimento, que é a diferença entre o custo de aquisição e o valor patrimonial das ações (Fonte: Circular 1.273).

Fonte: Elaborado pela autora.

Tabela 6

Divergência entre BACEN x IFRS 9 – Classificação de Ativos e Passivos Financeiros

Norma	IFRS / CPC Definição	Divergência BACEN X IFRS
IFRS 9/ CPC 48- Instru-mentos finan-ceiros – Classifi-cação	As IFRS 9 preveem que os ativos financeiros sejam classificados em: i) custo amortizado; ii) valor justo por meio do resultado; e iii) valor justo por meio do resultado abrangente. **Custo amortizado** – O ativo será classificado nessa categoria se as seguintes condições forem atendidas: (a) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; (b) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. **Valor justo por meio do resultado abrangente** – O ativo será classificado nessa categoria se as seguintes condições forem atendidas: (a) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; (b) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. **Valor justo por meio do resultado –** O ativo é classificado nessa categoria se não atendido as condições das duas categorias anteriores. A entidade pode, no reconhecimento inicial, designar de modo irrevogável o ativo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado se, ao fazê-lo, puder eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento (algumas vezes referida como "descasamento contábil"), que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.	**Títulos e valores mobiliários:** Os instrumentos financeiros seguem os critérios exigidos pela Circular 3.068/01, que classifica os títulos em: i) títulos mantidos para negociação; ii) títulos mantidos até o vencimento; e iii) títulos disponíveis para venda.Os títulos e valores mobiliários classificados como negociação devem ser marcados a mercado e sua valorização ou desvalorização reconhecida no resultado. O mesmo vale para os títulos disponíveis para venda, porém a marcação a mercado é reconhecida no patrimônio líquido. Os títulos mantidos até o vencimento devem ser avaliados pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, e impactar no resultado do período. Para as três categorias, os rendimentos auferidos são reconhecidos no resultado do período. **Operação de crédito:** As Instituições Financeiras atendem ao disposto na circular 1.273, que classifica as operações de crédito de acordo com a aplicação dada ao recurso por tipo ou modalidade da operação e pela atividade predominante do tomador de crédito. Entende-se como modalidade de crédito: a) empréstimos – são as operações realizadas sem destinação específica ou vínculo à comprovação da aplicação dos recursos. São exemplos os empréstimos para capital de giro, os empréstimos pessoais e os adiantamentos a depositantes; b) títulos descontados – são as operações de desconto de títulos; c) financiamentos – são as operações realizadas com destinação específica, vinculadas à comprovação da aplicação dos recursos. São exemplos os financiamentos de parques industriais, máquinas e equipamentos, bens de consumo duráveis, rurais e imobiliários. Em 30/8/2017, o BACEN emitiu o edital de consulta pública 54/2017, no qual classifica os instrumentos financeiros em: i) custo amortizado: os ativos que atendam às condições de fluxos de caixa futuros, constituindo exclusivamente o pagamento de principal e de juros, e, de acordo com o modelo de negócio cujo objetivo seja o recebimento de principal e juros; ii) valor justo no patrimônio líquido: os ativos que atendam às condições de fluxos de caixa futuros, constituindo exclusivamente o pagamento de principal e juros, e, de acordo com o modelo de negócio cujo objetivo seja o recebimento de principal e de juros quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios; iii) valor justo no resultado: operações geridas dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja gerar retorno somente pela venda do ativo financeiro e operações que não constituam exclusivamente para pagamento de principal e de juros. Cabe salientar que tal edital de consulta até 05 de fevereiro de 2019, não havia sido transformado em resolução e, dessa forma, considera como vigentes as regras da Resolução 3.068/01.

Fonte: Elaborado pela autora.

Tabela 7

Divergência entre BACEN x IFRS 9 – Método de juros efetivo e valor justo dos instrumentos financeiros derivativos

	IFRS / CPC	
Norma	**Definição**	**Divergência BACEN x IFRS**
IFRS 9 / CPC 48 – Instrumentos financeiros – Método de juros efetivos	Método de juros efetivos: Ao aplicar o método de juros efetivos, a entidade identifica taxas que são parte integrante da taxa de juros efetiva do instrumento financeiro, que inclui: a) taxas de originação recebidas ou pagas pela entidade relacionadas à criação ou à aquisição do ativo/passivo financeiro; e b) taxa de compromisso que deve ser considerada como remuneração pelo envolvimento contínuo com a aquisição do instrumento financeiro. Ao aplicar o método de juros efetivos, a entidade, de modo geral, deve amortizar quaisquer taxas, pontos pagos ou recebidos, custos de transação e outros prêmios ou descontos incluídos no cálculo da taxa de juros efetiva ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.	As normas de contabilidade societária aplicadas às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil preveem que certos encargos relacionados a determinados ativos financeiros sejam reconhecidos no resultado no momento da originação da operação; outros encargos como comissões pagas a lojistas e revendedores são registrados em rubrica de "outros ativos – despesas antecipadas" e reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo das respectivas operações (Fonte: Circular 3.693 de 20/12/2013, circular 3.738 de 11/12/2014).
IFRS 9/CPC 48 – Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos	A entidade deve classificar os derivativos a valor justo por meio do resultado. No reconhecimento inicial, uma entidade poderá designar de modo irrevogável um ativo ou passivo para a categoria ao valor justo por meio do resultado, se essa opção eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento inicial.	A Circular 3.150 de 11 de setembro de 2002, que altera o art. 2º da Circular 3.082, de 30 de janeiro de 2002, menciona que as operações com instrumentos financeiros derivativos devem ser avaliadas a valor de mercado, no mínimo, por ocasião dos balancetes mensais, computando a valorização ou a desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou de despesa no resultado do período. Porém, o parágrafo 2º do art. 1º informa que, quando o instrumento financeiro derivativo for contratado em negociação associada, a operação de captação ou aplicação de recursos e a valorização ou desvalorização decorrente de ajuste a valor de mercado poderão ser desconsideradas, desde que atendidas as seguintes exigências: i) não seja permitida a negociação ou liquidação em separado da operação a ele associada; ii) nas hipóteses de liquidação antecipada da operação associada, a mesma ocorra pelo valor contratado; iii) o valor seja contratado pelo mesmo prazo e com a mesma contraparte da operação associada.

Fonte: Elaborado pela autora.

Tabela 8

Divergência entre BACEN x IFRS 9 – Redução ao valor recuperável

Norma	IFRS / CPC Definição	Divergência BACEN x IFRS
IFRS 9/CPC 48 – Redução ao valor recuperável	O modelo de redução ao valor recuperável de ativos financeiros das IFRS 9/CPC 48 é baseado no conceito de perda esperada. Em cada data de relatório, a entidade deve avaliar se o risco de crédito de instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. As IFRS9/CPC 48 preveem um modelo de três estágios para o reconhecimento da redução do valor recuperável . Estágio I: Classificam-se nesse estágio os ativos financeiros que não sofreram aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Constituição das PECLD (Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa) com base nas perdas de crédito esperadas para os próximos 12 meses. Estágio II: O risco de crédito relacionado com o ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, porém não há evidências objetivas do evento da perda. Constituição das PECLD nas perdas de crédito esperadas pela vida toda do ativo. Estágio III: Ativos financeiros com evidência objetiva de perda. Constituição das PECLD com base nas perdas de crédito esperadas para a vida toda do ativo (Fonte: Galdi, Barreto, Flores, 2018).	O modelo de redução do valor recuperável de ativos segue as regras da Resolução 2.682, que determina a classificação dos créditos concedidos de acordo com o risco das operações e o tempo de atraso, considerando o histórico do cliente e sua capacidade como tomador de empréstimo e sua capacidade de pagamento futuro. A provisão vai de 0,5%, nível A, que ainda não apresenta atraso, até 100% no nível H, com atraso entre 151 e 180 dias. Cabe mencionar que o BACEN emitiu em 22/2/2018 o edital de consulta pública 60/2018, que divulga propostas de atos normativos, dispondo sobre critérios contábeis para constituição de provisão para perda esperada, classificando o risco de crédito em três estágios: Estágio I: Instrumentos financeiros que no momento inicial não sejam caracterizados como ativo financeiro com problemas de crédito. Estágio II: Instrumentos financeiros cujo risco de crédito seja aumentado significativamente. Considera-se aumento do risco o atraso superior a 30 dias de elevação, elevação da probabilidade de o instrumento financeiro ser caracterizado como ativo com problema. Estágio III: Instrumentos financeiros com problemas de recuperação de crédito. Cabe salientar que a consulta pública 60/2018 até 05 de fevereiro de 2019, data da defesa dessa pesquisa, não havia sido transformada em resolução e, dessa forma, ainda estavam válidas as regras da Resolução 2682.

Fonte: Elaborado pela autora.

Tabela 9
Divergência entre BACEN x IFRS 16 e IFRS 38

IFRS / CPC		Divergência BACEN x IFRS
Norma	**Definição**	
IFRS 16 / CPC 06 – Arrendamento mercantil	Substituiu o IAS 17. Estabelece princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, com o objetivo de garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes que representem fielmente aquelas transações. As IFRS 16 eliminam o arrendamento operacional, passando a existir um único modelo de contabilização pelo arrendatário, em que todos os arrendamentos serão reconhecidos no balanço patrimonial do arrendatário, sendo registrado um passivo para pagamentos futuros e um ativo intangível para o direito de uso. As entidades, a partir de 1 de janeiro de 2019, deverão avaliar se tanto os contratos novos como os antigos são ou contêm um arrendamento. O contrato é ou contém um arrendamento se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para os contratos em que forem identificados um arrendamento, a entidade deverá reconhecer o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento.	No Brasil, as operações de arrendamento mercantil no âmbito do Sistema Financeiro Nacional são regulamentadas pela Resolução 2.309/96, alterada pela Resolução 4.696 de 27/11/2018, que estabelece que o arrendador deve registrar as operações de arrendamento mercantil financeiro no ativo, deduzidas das rendas a apropriar. As rendas do contrato devem ser apropriadas mensalmente durante a fluência do contrato. O valor residual garantido (VRG) deve ser registrado pelo arrendador no ativo, na rubrica de valor residual a realizar e em contrapartida a conta retificadora de valores residuais a balancear. O arrendador deve depreciar os bens arrendados. O ajuste entre o valor contábil e o valor presente das contraprestações será registrado como insuficiência ou superveniência de depreciação. As instituições financeiras arrendatárias deverão avaliar pelas novas regras das IFRS 16, para fins de divulgação das demonstrações financeiras nas IFRS, quais contratos se encaixam como arrendamento mercantil e contabilizá-los seguindo essas novas regras, o que gerará mais uma diferença de padrão contábil.
IAS 38/CPC 04 (R1) – Ativo intangível	O ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) reconhecido em uma combinação de negócios é um ativo que representa benefícios econômicos futuros gerados por outros ativos adquiridos em uma combinação de negócios que não são identificados individualmente e reconhecidos separadamente. Esse ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura é considerado um ativo com vida útil indefinida e não deve ser amortizado, mas testado para fins de determinação de seu valor recuperável ao menos uma vez por ano, e sempre que houver indicação de que o ágio possa sofrer redução no valor recuperável. O valor contábil é comparado a seu valor recuperável e quando o valor contábil for maior que o valor recuperável ele é ajustado contra resultado.	O ágio é amortizado sistematicamente durante um período de até dez anos e o ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade pelo menos uma vez por ano, ou em menor período no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo (Fonte: Circular n 1.273).

Fonte: Elaborado pela autora.

2.7. Conservadorismo contábil

Vários estudos sobre o conservadorismo foram desenvolvidos no Brasil e no exterior para examinar empiricamente o nível de conservadorismo nos sistemas contábeis de diferentes países, como Basu (1997), Paulo, Antunes e Formigoni (2008) e Santos, Lima, Freitas e Lima (2011).

O conservadorismo pode ser entendido como sendo um comportamento cauteloso em relação aos eventos futuros, que são incertos (Gray 2001 como citado em Grecco *et al.*, 2009).

No mesmo sentido, Basu (1997) interpreta o conservadorismo como algo que captura a tendência dos contadores de exigir um maior grau de verificação para reconhecer mais boas notícias que más notícias nas demonstrações contábeis. Nesse sentido, os lucros refletem as más notícias mais rapidamente que as boas notícias.

Desse modo, o conservadorismo é visto como exigências de um alto padrão de investigação para reconhecer as boas notícias como lucros, o que não ocorre com as más notícias como perdas. Como consequência, o lucro contábil reflete as más notícias em uma base mais oportuna que as boas notícias, estabelecendo um padrão de reconhecimento assimétrico entre perdas e ganhos na contabilidade (Basu, 1997).

Paulo, Antunes e Formigoni (2008) mencionam que umas das principais características da qualidade das informações contábeis, porém de natureza subjetiva, é o conservadorismo. No entanto, para Lopes (2002, p. 42) a ideia geral do conservadorismo é fornecer informações cada vez mais confiáveis aos investidores por meio de demonstrativos que não sejam excessivamente otimistas.

O conservadorismo é entendido como elemento vocacional do profissional contábil, considerando que o contador escolherá, entre as opções com a mesma relevância, aquela que representará a menor posição para o ativo ou para o lucro, e maior para o passivo (Iudícibus, 2015, p.63).

Hendriksen e Van Breda (1999, p. 105-106) mencionam que a tendência do contador para o pessimismo é considerada necessária para contrabalançar o excesso de otimismo dos administradores e proprietários, A superestimação de lucros é mais perigosa que a subestimação, ou seja, as consequências de perdas ou falências são mais graves que as consequências de ganhos. Eles argumentam ainda que o contador é o profissional que tem muito

mais informação que aquela que pode ser transmitida aos investidores e aos credores e, nesse caso, o conservadorismo pressupõe que as penalidades de divulgação são maiores que as de não divulgação.

O conservadorismo sofre algumas críticas em sua aplicação por alguns práticos e teóricos da contabilidade, como Kam como citado em Santos, Lima, Freitas e Lima (2011), que cita que o grau de conservadorismos nas demonstrações contábeis é conveniente e que, em muitas situações, a observância do conservadorismo contradiz a aplicação de outros princípios contábeis. Ele menciona ainda que o conservadorismo provoca um viés sistemático nas informações contábeis, tornando os procedimentos contábeis adotados pela firma inconsistentes na mediação do lucro, pois quando ocorre a subavaliação de um ativo no futuro haverá uma avaliação exagerada do lucro quando o ativo for utilizado ou vendido.

Nesse mesmo sentido, Hendriksen e Van Breda (1999, p. 106) relatam que o conservadorismo é na melhor das hipóteses um método pobre para lidar com a existência de incertezas na avaliação de ativos e passivos e na mensuração do lucro.

Santos *et al.* (2011) investigaram se a promulgação da Lei 11.638/07 alterou o grau de conservadorismo contábil condicional de empresas brasileiras listadas na Bovespa e BM&FBovespa. No estudo, os autores ajustaram o modelo de Basu para medir o efeito da Lei 11.638/07 no conservadorismo condicional. Na amostra analisada, não foi possível inferir se as novas regras tiveram algum efeito sobre o grau de reconhecimento assimétrico de perdas e ganhos.

Watts (2003) define o conservadorismo como a verificabilidade diferencial necessária para o reconhecimento de lucros *versus* perdas. Em seu estudo, ele liga o conservadorismo a relações contratuais, tributação e regulamentação contábil. No caso da tributação, o efeito do conservadorismo está na relação entre o lucro e o desembolso tributário, no qual as empresas, por meio do diferimento da receita e da antecipação da despesa, reduzem o valor do tributo.

Gray (1988), em seu estudo sobre como a contabilidade segue padrões diferentes em várias partes do mundo, definiu quatro *accounting values*, que expressam as origens socioculturais das diferenças entre os países:

- Profissionalismo x controle estatutário: uma preferência pelo exercício do julgamento profissional individual e pela manutenção da autorregulação profissional, em oposição ao cumprimento dos requisitos legais prescritivos e do controle estatutário;

- Uniformidade x flexibilidade: uma preferência pela aplicação de práticas contábeis uniformes entre empresas e pelo uso consistente de tais práticas ao longo do tempo, em oposição à flexibilidade de acordo com as circunstâncias percebidas de empresas individuais;
- Conservadorismo x otimismo: uma preferência por uma abordagem cautelosa da mensuração de modo a lidar com a incerteza de eventos futuros, em oposição a uma abordagem mais otimista de tomada de risco;
- Segredo x transparência: preferência pela confidencialidade e pela restrição da divulgação de informações sobre os negócios que são estreitamente envolvidos na gestão e no financiamento, por oposição a uma abordagem mais transparente, aberta e publicamente responsável.

Como metodologia quantitativa para expressar o impacto dessas influências culturais e institucionais no resultado reportado pelas empresas, Gray (1980) propôs o Índice de Conservadorismo, que mais tarde foi renomeado por Weetman, Jones, Adams e Gray (1998) para Índice de Comparabilidade Total (IC, referente a todo resultado) ou Índice de Comparabilidade Parcial (ICP, referente a cada ajuste específico).

O resultado da aplicação da fórmula do IC ou do ICP revela que índices maiores que 1 denotam conservadorismo e índices menores que 1 indicam otimismo.

Dos diversos estudos desenvolvidos sobre conservadorismo, não há muitos analisando o assunto no setor de empresas financeiras. Dessa forma, levando em conta como o comportamento de cada setor pode influenciar o conservadorismo dos números contábeis, é possível analisar se há diferenças significativas nos números contábeis dos bancos brasileiros, considerando os dados divulgados nas demonstrações contábeis segundo os padrões contábeis do BACEN e comparando com os dados divulgados de acordo com as IFRS, utilizando o Índice de Conservadorismo.

2.8. Principais indicadores para análise dos números dos bancos

O Fundo Monetário Internacional (IMF) divulga em seu relatório de indicadores de solidez financeira, o *Financial Soundness Indicators* (FSI), 12 indicadores financeiros que são

considerados essenciais para análise da demonstração financeira de bancos, conforme demonstrado na tabela 10.

De acordo com o IMF, a maioria dos indicadores financeiros são calculados pela comparação de duas séries para produzir uma razão. Para cada índice, o cálculo deve usar dados com a mesma periodicidade para o numerador e o denominador. Na sequência da tabela 10 será explicado cada um dos índices.

Tabela 10
Indicadores de solidez financeira

Base de capital		Base do ativo		Base das receitas e despesas	
I	Capital regulatório para cobertura dos ativos ponderados pelo risco	vi	Ativos líquidos sobre ativo total	xi	Margem financeira (resultado de intermediação sobre as receitas)
Ii	Capital nível 1 para cobertura dos ativos ponderados pelo risco	vii	Ativos líquidos sobre as dívidas de curto prazo	xii	Despesas administrativas sobre as receitas
Iii	Créditos vencidos líquidos de provisão sobre o capital	viii	Retorno dos ativos		
Iv	Retorno sobre patrimônio líquido	ix	Créditos vencidos sobre o total das operações de crédito		
V	Posição líquida em moeda estrangeira sobre o capital	x	Distribuição setorial dos créditos sobre o total das operações de crédito		

Fonte: IMF 2006, p. 76

Base de capital

Capital regulatório para cobertura dos ativos ponderados pelo risco e capital nível 1 para cobertura dos ativos ponderados pelo risco

O indicador do capital regulatório mede a adequação de capital dos tomadores de depósitos e se baseia nas definições utilizadas no Acordo de Capital de Basileia. No mesmo sentido, o capital nível 1 é uma medida mais estreita do capital regulatório (BACEN).

O acordo de Basileia foi criado em 1988 pelo *Basel Committee on Banking Supervision* (BCBS), com o objetivo de criar exigências mínimas de capital para instituições financeiras como forma de fazer face ao risco de crédito. Em 2004, o BCBS divulgou a revisão do Acordo de Capital de Basileia, conhecida como Basileia II, com o objetivo de buscar uma medida mais precisa dos riscos em que incorrem os bancos internacionalmente ativos. No entanto, com a crise financeira de 2007 os acordos Basileia I e II se mostraram insuficientes para impedir a

alavancagem excessiva dos bancos. Dessa forma, em dezembro de 2010 o BCBS divulgou dois documentos, *A global regulatory framework for more resilient banks and banking systems* e *International framework for liquidity risk measurement, standards and monitoring*, conhecidos como Basileia III, que visam ao aperfeiçoamento da capacidade de as instituições financeiras absorverem choques provenientes do próprio sistema financeiro ou dos demais setores da economia, reduzindo o risco de transferência de crises financeiras para a economia real (BACEN).

Créditos vencidos líquidos de provisão sobre o capital

Esse indicador tem como propósito comparar o potencial impacto dos créditos vencidos no capital dos bancos. Desde que haja um reconhecimento correto das possíveis perdas com créditos vencidos, esse índice pode fornecer uma indicação da capacidade do capital dos bancos em suportar as perdas com créditos vencidos (IMF, 2006, p. 78).

O índice é calculado utilizando como numerador os saldos dos créditos vencidos líquidos da provisão para perda e como denominador o valor do patrimônio líquido (IMF, 2006, p. 78).

Retorno sobre o patrimônio líquido

Esse indicador exprime o desempenho geral da instituição. A razão entre o resultado líquido e o patrimônio líquido revela o retorno sobre os recursos próprios investidos. A interpretação do índice, porém, merece atenção, pois um valor alto do retorno sobre o PL pode ser consequência tanto de resultados positivos elevados como de baixo nível de capitalização. Por esse motivo, para melhor interpretação, sugere-se que esse índice seja analisado em conjunto com os índices sobre adequação de capital (Miranda, 2008).

O índice é calculado pela divisão do lucro líquido pelo patrimônio líquido (Miranda, 2008).

Posição líquida em moeda estrangeira sobre o capital

Esse indicador destina-se a identificar a exposição ao risco da taxa de câmbio em comparação com o capital. Mede o descompasso (posição aberta) de posições de ativos e

passivos em moeda estrangeira para avaliar a vulnerabilidade potencial da posição de capital do setor de aceitação de depósitos aos movimentos da taxa de câmbio (IMF, 2006, p. 79).

Ativos líquidos sobre ativo total

Esse indicador fornece uma sugestão da liquidez disponível. O índice é calculado pela divisão dos ativos líquidos pelo ativo total (IMF, 2006, p. 83).

Ativos líquidos sobre a dívida de curto prazo

Esse indicador é calculado com o ativo líquido como numerador e com os passivos de curto prazo como denominador.

O indicador reflete o grau de cobertura das principais obrigações financeiras de um banco por aplicações de liquidez. Assim, quanto maior for o índice, mais favorável será a condição de liquidez da instituição (Miranda, 2008).

Retorno dos ativos

A relação entre o volume de ativos e o patrimônio líquido expressa o grau de alavancagem, que contém a informação da proporção de recursos de terceiros utilizada em relação aos recursos próprios para fundear as operações ativas. Quanto maior a participação de recursos de terceiros, maior o risco, pois a obtenção de resultados torna-se imperativa ao pagamento dos recursos captados, acrescidos dos juros (Capelleto, 2006).

Esse indicador é calculado dividindo-se o lucro líquido pelo ativo total (IMF, 2006, p. 85).

Créditos vencidos sobre o total das operações de crédito

No resultado do cálculo desse indicador o numerador representa os créditos vencidos e o denominador é o saldo total das operações de crédito. Essa divisão informa o porcentual de inadimplência existente. Considerando que a situação econômico-financeira do sistema bancário depende diretamente do volume e da qualidade dos ativos administrados e dado que as operações de crédito representam, usualmente, a principal aplicação do sistema bancário, a

relação entre os créditos vencidos e as operações de crédito permite a extração de conclusões sobre a saúde do sistema, bem como a perspectiva de geração de resultados (Capelleto, 2006).

Distribuição setorial dos créditos sobre o total das operações de crédito

Esse indicador demonstra como os créditos estão distribuídos entre os setores da economia. O objetivo é identificar se há concentração de crédito disponível para uma determinada atividade ou setor econômico (IMF, 2006, p. 85).

Margem financeira (resultado de intermediação sobre as receitas)

O indicador resultado da divisão do resultado da intermediação financeira (receita com juros diminuída da despesa com juros), pela receita da intermediação, compara o valor resultante da estrita atividade de intermediação financeira com a receita bruta nessa atividade (desconsiderando as despesas com provisão) (IMF, 2006).

Despesas administrativas sobre as receitas

Reflete o nível de comprometimento das principais receitas de um banco (resultado da intermediação financeira mais receitas de prestação de serviço) com as despesas administrativas. Quanto menor for o indicador, mais elevada se apresenta a produtividade, ou seja, o banco demonstra a necessidade de menor estrutura operacional para manter suas operações (Miranda, 2008).

2.9. Evidências empíricas em trabalhos anteriores

A adoção das IFRS foi objeto de muitos estudos, que, fundamentalmente, procuraram entender as mudanças ocorridas nas informações contábeis e seus possíveis impactos.

Silva, Paulo e Silva (2016) investigaram se a adoção das normas das IFRS afetou o nível de conservadorismo das companhias brasileiras listadas na B3. Utilizaram o modelo de Ball e Shivakumar (2005), que foi adaptado para acomodar os setores estudados (construção civil, siderurgia e metalurgia, comércio, alimentos e bebidas, setor têxtil e energia elétrica).

Procuraram evidências se a adoção do padrão das IFRS afetou diretamente o nível de conservadorismo. O estudo apontou que apenas as empresas do setor de alimentos e bebidas sinalizaram a existência de reconhecimento oportuno de perdas, ou seja, presença de conservadorismo.

O propósito de verificar as mudanças recentes ocorridas na qualidade da informação contábil a partir das IFRS, bem como o impacto que tais normas produziram na contabilidade brasileira, foi objeto de estudo de Pasini (2015). A autora identificou, através da análise de artigos publicados entre 2009 e 2013 e de dissertações expostas nos períodos de 2010 a 2013, que os impactos podem atingir cada segmento do setor contábil, uma vez que tais setores possuem negócios e práticas contábeis e têm diferenças. Algumas diferenças apresentam relevância, outras se percebem na dependência do setor de atuação. Com isso, as alterações podem trazer impactos significativos em números contábeis, podendo servir de base para a multiplicidade de contratos entre agentes econômicos.

A pesquisa feita por Alves e Martinez (2014) teve como objetivo identificar se houve mudanças no grau de conservadorismo entre as empresas de capital aberto ou capital fechado e limitado. Os autores analisaram as 1.000 maiores empresas em volume de vendas e identificaram através da análise dos dados que não houve efeitos significativos da adoção das IFRS em relação ao conservadorismo existente entre as empresas que possuem ações em Bolsa de Valores e aquelas que não possuem.

Grecco (2013) abordou a questão do efeito das mudanças das práticas contábeis, em função do processo de convergência das IFRS, no gerenciamento de resultados das companhias abertas brasileiras, com o objetivo de avaliar se houve uma redução dessa prática. Através da análise de 361 empresas, aplicando os modelos de Jone e KS, incluindo as variações internacionalmente utilizadas desses modelos e com o uso de equações polinomiais e utilizando uma modelagem desenvolvida no trabalho, a autora encontrou evidências de que a convergência às IFRS restringiu o gerenciamento de resultados, principalmente nas entidades cujo setor é regulado por uma agência reguladora além da CVM. A autora notou também que quanto maior a empresa menor o nível de gerenciamento de resultado.

Adoção completa das IFRS no Brasil: qualidade das demonstrações contábeis e o custo de capital próprio foi o tema da pesquisa de Silva (2013). A tese teve como objetivo investigar o impacto da adoção completa das IFRS na qualidade das demonstrações contábeis e no custo de capital próprio das empresas brasileiras. As análises efetuadas pelo autor a partir da carteira teórica do IBrX-100, além de 30 empresas que adotaram as IFRS antecipadamente, indicaram

que a informação contábil nas IFRS pode ser mais útil para os diversos usuários da contabilidade, como os analistas, que necessitam dos números contábeis mais informativos, com o propósito de avaliar o risco e apresentar estimativas precisas, e os investidores, que com a informação contábil mais relevante e tempestiva podem avaliar o desempenho econômico-financeiro das empresas, contribuindo para uma alocação de recursos no mercado mais eficiente.

Lima (2011). em sua pesquisa, analisa se a convergência aos padrões contábeis internacionais produz efeitos benéficos para o mercado de capitais, independentemente dos incentivos individuais das companhias e das características do ambiente institucional dos países. Utilizando uma amostra de 148 companhias listadas na Bolsa de Valores de São Paulo, o autor empregou como medida para caracterização da convergência o índice de atendimento às práticas de convergência internacional e à variação do volume de informação divulgada nos demonstrativos contábeis completos. O autor encontrou indícios de que a adoção do modelo contábil internacional pode implicar a melhoria no ambiente informacional das empresas, independentemente dos efeitos individuais dos incentivos.

Oliveira (2010) estudou a análise da aplicabilidade das IFRS 2 *Share Based Payment*, ou sua correlação brasileira CPC 10 Pagamento Baseado em Ações, e dos impactos contábeis e de divulgação decorrentes de um programa de compensação de longo prazo a executivos, com as características de *phantom stock options*, ou opções fantasmas.

A pesquisa empírico-analítica de natureza descritiva realizada por Santos (2009) tem como objetivo avaliar se os resultados do exercício de 2008 apresentados pelas empresas brasileiras que adotaram voluntariamente de forma antecipada o *full* IFRS nos relatórios de 2008 e 2009 estão mais próximos do padrão das IFRS completo ou das normas brasileiras antigas (Lei 6.404), o que implicaria a ocorrência de um novo impacto significativo nos resultados das empresas por ocasião da convergência plena às IFRS nos relatórios do exercício de 2011. A autora utilizou o Índice de Conservadorismo proposto por Gray. Os resultados encontrados nos lucros reportados e no patrimônio líquido são significativos. O estudo previu que poderia ocorrer um novo impacto no lucro e no patrimônio líquido das empresas nos relatórios que seriam publicados em 2011.

O estudo feito por Cambria (2008) avaliou se há diferenças nos grupos de contas patrimoniais do ativo e do passivo nos balanços patrimoniais das empresas dos setores químico e de mineração listadas na bolsa do Reino Unido, da França e da Alemanha, nos anos de 1999 a 2005. O autor analisou 42 empresas, sendo 18 empresas de mineração e 24 companhias do

setor químico e utilizou os testes estatísticos de *t-student* e Wilcoxon para a comparação das médias das diferenças das proporções de cada grupo. Com esse estudo, é possível afirmar que as empresas testadas tiveram mudanças significativas nas estruturas dos grupos patrimoniais. A comparação dos resultados apresentados pelo autor desfaz a conclusão equivocada de que a adoção das normas contábeis internacionais traz consigo o benefício da uniformidade do padrão contábil e que os efeitos do processo de transição devem ser levados em consideração quando da escolha do balanço para análise no ano da primeira adoção.

Algumas pesquisas também realizadas no setor financeiro procuraram avaliar se houve mudanças significativas no valor dos lucros, no patrimônio líquido e em seus respectivos indicadores.

Farias *et al.* (2014) investigaram a adoção das IFRS na representação da situação patrimonial, econômica e financeira dos bancos listados na BM&FBovespa, atual B3. Eles analisaram 18 bancos que divulgaram suas demonstrações contábeis nas IFRS no ano de 2010. Os testes estatísticos efetuados apontam que as demonstrações contábeis elaboradas nas IFRS sinalizam uma menor liquidez dos bancos.

Fé Junior (2013) comparou informações contábeis de 16 bancos brasileiros no padrão contábil do COSIF e das IFRS em 2010, ano da adoção das IFRS por essas instituições. O autor observou que em nove bancos, cinco dos quais entre -15% e -12%, o lucro líquido nas IFRS foi menor e em 14 bancos o saldo final do patrimônio líquido foi maior. Os resultados desse estudo de evento evidenciaram a existência de retornos anormais acumulados (CAR) entre -16,9% e +12,5%, sugerindo que a adoção das IFRS foi *value relevant*. Ademais, existe a correlação (Spearman) negativa (-0,89) entre o CAR e o risco de mercado (mensurado pelo beta), o que indica que o mercado reagiu mais negativamente a instituições de maior risco. O estudo conclui que o novo padrão contábil apresentou informações que podem ter aumentado a percepção dos investidores ao risco.

Miranda (2008) estudou os impactos da adoção das normas IFRS sobre os indicadores econômico-financeiros dos bancos dos países da União Europeia e analisou os indicadores dos bancos dos países do Reino Unido, da França e da Espanha. Foram calculados os índices antes e após a adoção das IFRS referentes ao exercício social de 2004. Nos bancos da França, a autora encontrou diferenças significativas apenas na liquidez imediata, cuja variação foi, em maior proporção às alterações introduzidas no grupo ativos líquidos, impactados principalmente pelos IAS 32 e IAS 39. Nos bancos da Espanha e do Reino Unido, foram identificadas diferenças significativas em liquidez imediata, alavancagem e capitalização.

A pesquisa feita por Gebhardt e Novotny-Farkas em 2011 examinou as implicações da adoção mandatória das IFRS na qualidade contábil dos bancos em 12 países da União Europeia. Especificamente, os autores investigaram como a aplicação do IAS 39, no que diz respeito ao reconhecimento e à mensuração da provisão para perda com operações de crédito, afetam o gerenciamento de resultado. Os resultados mostram que a restrição de reconhecer apenas as perdas incorridas reduz significativamente o gerenciamento de resultado. Os autores identificaram que esse efeito da adoção das IFRS é significativamente menor onde o órgão regulador tem regimes de supervisão mais rigorosos. Por outro lado, o reconhecimento apenas das perdas incorridas implica o atraso do reconhecimento das perdas.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1. Tipologia da pesquisa

3.1.1. Classificação da pesquisa

Para atender ao propósito deste trabalho, realizou-se uma pesquisa que teve como objetivo conhecer com maior profundidade as consequências que a implantação compulsória e parcial das IFRS trouxe para os bancos brasileiros.

Considerando que não foi encontrado nenhum estudo com essa abordagem, este trabalho adquire características exploratória e descritiva. De acordo com Beuren (2008, p. 80), por meio do estudo exploratório, busca-se conhecer com maior profundidade o assunto, de modo a torná-lo mais claro ou construir questões importantes para a condução da pesquisa.

As pesquisas exploratórias, segundo Gil (2012, p. 27), têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Esse tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil formular hipóteses precisas e operacionalizáveis sobre ele.

Para Andrade (2010, p. 112), uma pesquisa exploratória proporciona maiores informações sobre determinado assunto.

Desse modo, para ser considerado exploratório o estudo deverá concentrar-se em algo que necessita ser esclarecido, reunindo mais conhecimentos sobre o assunto e incorporando novas características (Beuren 2008, p. 80).

As pesquisas são descritivas quando o objetivo principal é descrever o estabelecimento de relações entre variáveis, pretendendo determinar a natureza dessa relação (Gil, 2012, p. 28).

A pesquisa descritiva tem como foco observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los sem que o pesquisador interfira ou manipule os resultados (Andrade, 2010, p. 112). No mesmo sentido, Beuren (2008, p. 81) menciona que a pesquisa descritiva significa identificar, relatar, comparar, entre outros aspectos, contribuindo no sentido de identificar as relações existentes entre as variáveis estudadas.

3.1.2. Procedimentos e coleta de dados

O elemento mais importante para a identificação de um delineamento é o procedimento adotado para a coleta de dados. Assim, podem ser definidos dois grandes grupos de delineamentos: aqueles que se valem das chamadas fontes de “papel” e aqueles cujos dados são fornecidos por pessoas (Gil, 2012, p. 50).

Para atender ao objetivo de analisar as diferenças entre os números divulgados nas IFRS, e de acordo com o COSIF, esta pesquisa usou informações contábeis levantadas através de documentos disponibilizados pelos bancos brasileiros, listados na seção 3.2.

O objetivo específico é conhecer as principais consequências práticas da implantação compulsória e obrigatória das IFRS pelos bancos brasileiros, e esta pesquisa contou com os dados fornecidos por gestores internos, auditores externos e analistas de mercado através de entrevistas e de perguntas semiestruturadas, utilizando o método Delphi.

A entrevista é uma técnica de obtenção de informações em que o investigador se apresenta pessoalmente à população selecionada e formula perguntas com o objetivo de obter dados necessários para responder à questão estudada (Beuren, 2008, p. 131).

A entrevista semiestruturada usada nesta pesquisa permite maior interação e conhecimento das realidades dos informantes. Nesse sentido, a entrevista semiestruturada, ao mesmo tempo em que valoriza a presença do entrevistador, possibilita que o informante use toda a sua espontaneidade e criatividade, valorizando mais a investigação (Beuren, 2008, p. 132-133).

3.1.3. Abordagem do problema

Esta pesquisa se caracteriza como qualitativa, considerando que o pesquisador buscou informações para o estudo a partir das perspectivas das pessoas envolvidas, levando em conta todos os pontos de vista relevantes (Godoi, 1995).

De acordo com Beuren (2008, p. 92), nesse tipo de pesquisa concebem-se as análises mais profundas em relação ao tema que está sendo estudado.

A pesquisa qualitativa se abstém de definir um conceito e de formular hipóteses no início e depois testá-las. Em vez disso, os conceitos são definidos e refinados no processo da pesquisa (Gibbss, 2008, p. 9 – trad. por Costa).

3.2. População e amostra

A população, ou universo, é definida por Stevenson (2001, p. 158) como o grupo todo do qual se extrai a amostra. Os elementos que compõem a amostra podem ser indivíduos, firmas ou qualquer coisa que possa ser mensurada, contada ou ordenada. Martins (2012) explica que nesse item o pesquisador irá caracterizar os sujeitos que serão os objetos de estudo.

Gil (1999 p. 100) define amostra como o subconjunto do universo ou da população, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo ou população.

Desse modo, com o objetivo de entender quais foram as consequências que o processo de convergência às IFRS trouxe ao setor bancário brasileiro, esta pesquisa restringiu sua população de análise aos bancos que apresentaram demonstrações contábeis consolidadas nos dois padrões contábeis desde 2010 e disponíveis nos sites das próprias instituições e com patrimônio líquido em 30 de junho de 2018 superior a R$ 1 bilhão. A forma de pesquisa dos bancos seguiu o protocolo de Fé Junior (2013).

O primeiro passo foi consultar no site do BACEN a relação das instituições financeiras em funcionamento no país. Os dados disponibilizados pelo BACEN incluem 97 conglomerados, que incluem instituições líderes e *holdings*, 150 bancos, sendo 127 bancos múltiplos, 13 bancos comerciais, 2 bancos múltiplos cooperativos, 6 bancos comerciais estrangeiros com filial no Brasil, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil. Inclui ainda 12 bancos de investimento, 3 bancos de desenvolvimento e o BNDES, além de instituições administradoras de consórcio, sociedades de arrendamento mercantil, sociedades corretoras de câmbio, entre outras.

Na mesma data, o quadro associativo da Federação Brasileira de Bancos, a FEBRABAN, contava com 119 instituições financeiras associadas, de um universo de 155 em operação no Brasil, que representam 98% dos ativos totais e 97% do patrimônio líquido das instituições bancárias brasileiras.

O próximo passo foi levantar quais bancos possuíam capital aberto. Para tal foi consultado os sites da CVM e da B3.

Foram encontrados 25 bancos ativos na B3, sendo 12 no mercado convencional, 7 com N1 – Nível 1 de Governança Corporativa, 3 com N2, o Banco do Brasil no novo mercado (NM), o Banco da Patagônia e o Banco Santander (Espanha) como DR3. As tabelas 11, 12 e 13 demonstram os resultados dessas pesquisas.

Tabela 11
Relação de bancos ativos na B3

	Razão social	Nome de pregão	Segmento
1	Alfa Holdings S.A. (*)	Alfa Holdings	Comum
2	Banco Inter S.A.	Banco Inter	N1
3	Banco ABC Brasil S.A.	ABC Brasil	N2
4	Banco Alfa de Investimento S.A.	Alfa Invest	Comum
5	Banco Amazônia S.A.	Amazônia	Comum
6	Banco Bradesco S.A.	Bradesco	N1
7	Banco BTG Pactual S.A.	BTGP Banco	Comum
8	Banco da Patagônia S.A.	Patagônia	DR3
9	Banco do Brasil S.A.	Brasil	NM
10	Banco do Estado de Sergipe S.A. – Banese	Banese	Comum
11	Banco do Estado do Espírito Santo - Banestes S.A.	Banestes	Comum
12	Banco do Estado do Pará S.A.	Banpara	Comum
13	Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	Banrisul	N1
14	Banco Indusval S.A.	Indusval	N2
15	Banco Mercantil de Investimentos S.A.	Merc Invest	Comum
16	Banco Mercantil do Brasil S.A.	Merc Brasil	Comum
17	Banco Nordeste do Brasil S.A.	Nord Brasil	Comum
18	Banco Pan S.A.	Banco Pan	N1
19	Banco Pine S.A.	Pine	N2
20	Banco Santander (Brasil) S.A.	Santander BR	Comum
21	Banco Santander S.A.	Bansantander	DR3
22	BRB Banco de Brasília S.A.	BRB Banco	Comum
23	Itaú Unibanco Holding S.A.	Itauunibanco	N1
24	Itausa Investimentos Itaú S.A.*	Itausa	N1
25	Paraná Banco S.A.	Paraná	N1

(*) *Holdings* não classificadas como bancos consequentemente não serão considerados na amostra
Fonte: B3 – Brasil, Bolsa, Balcão

A pesquisa realizada no site da CVM encontrou resultados similares à B3, exceto pela Alfa Holdings S.A. e pela Itausa Investimentos Itaú S.A., que são *holdings* de bancos e consequentemente não estão na base consultada da CVM.

Foi identificado se na base consultada da CVM 94 bancos, sendo 64 com registro cancelado e 30 com registro concedido, dos quais 2 se encontram em liquidação extrajudicial (Banco Econômico S.A. e Banco Nacional S.A.) e 1 como massa falida (Banco Cruzeiro do

Sul). Os 2 bancos em liquidação judicial e o banco com massa falida não foram relacionados na tabela 12.

Tabela 12
Relação de bancos ativos na CVM

	Nome do banco	Código CVM	Situação do registro
1	Banco ABC Brasil S.A.	20958	Concedido em 23/7/2007
2	Banco Agibank S.A.	24465	Concedido em 21/6/2018
3	Banco Alfa de Investimento S.A.	1384	Concedido em 20/7/1977
4	Banco Bradesco S.A.	906	Concedido em 20/7/1977
5	Banco BTG Pactual S.A.	22616	Concedido em 10/11/2011
6	Banco da Amazônia S.A.	922	Concedido em 20/7/1977
7	Banco da Patagônia S.A.	80063	Concedido em 9/7/2007
8	Banco Daycoval S.A.	20796	Concedido em 27/6/2007
9	Banco do Brasil S.A.	1023	Concedido em 20/7/1977
10	Banco do Estado de Sergipe S.A.	1120	Concedido em 20/7/1977
11	Banco do Estado do Pará S.A.	1171	Concedido em 20/7/1977
12	Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	1210	Concedido em 20/7/1977
13	Banco do Nordeste do Brasil S.A.	1228	Concedido em 20/7/1977
14	Banco Industrial do Brasil	21377	Concedido em 7/3/2008
15	Banco Indusval S.A.	20885	Concedido em 10/7/2007
16	Banco Inter S.A.	24406	Concedido em 26/04/2018
17	Banco Mercantil do Brasil S.A.	1325	Concedido em 20/7/1977
18	Banco Mercantil de Investimentos S.A.	1309	Concedido em 20/7/1977
19	Banco Pan S.A.	21199	Concedido em 12/11/2007
20	Banco Pine S.A.	20567	Concedido em 27/3/2007
21	Banco RCI Brasil S.A.	21466	Concedido em 29/4/2008
22	Banco Santander (Brasil) S.A.	20532	Concedido em 2/3/2007
23	Banco Santander S.A.	80160	Concedido em 7/8/2014
24	Banestes S.A.– Banco do Estado do Espírito Santo	1155	Concedido em 2/7/1977
25	BRB Banco de Brasília S.A.	14206	Concedido em 24/9/1993
26	Itaú Unibanco Holding S.A.	19348	Concedido em 3/12/2002
27	Paraná Banco S.A.	20729	Concedido em 11/6/2007

(*) Fonte: CVM

A tabela 13 traz um resumo dos resultados das pesquisas nos sites dos órgãos reguladores e associações.

Tabela 13
Número de bancos no Brasil por órgão regulador e associações

Fonte	Número de bancos
BACEN	166 bancos e 97 conglomerados (*)
FEBRABAN	119 instituições associadas
CVM	30 instituições ativas (**)
B3	25 instituições em funcionamento

(*) Inclui líderes e *holdings*, administradoras de consórcio, sociedades de arrendamento mercantil, sociedades corretoras de câmbio, entre outras.
(**) Inclui a massa falida do Banco Cruzeiro do Sul S.A.

Da relação de bancos com registro concedido na CVM, foram excluídos da amostra os bancos que possuem patrimônio líquido inferior a R$ 1 bilhão na data-base 30 de junho de 2018, que não possuem ações negociadas em bolsa, que deixou de apresentar suas demonstrações contábeis nos dois padrões contábeis com registro concedido pela CVM após 2010, pertencente a algum conglomerado que é base da amostra, com algum problema financeiro ou com o órgão regulador.

Tabela 14
Relação de bancos desconsiderados

	Nome do banco	Motivo para exclusão
1	Banco Agibank S.A.	A
2	Banco BTG Pactual S.A.	A
3	Banco da Amazônia S.A.	B
4	Banco da Patagônia S.A.	A
5	Banco do Estado do Pará S.A.	B
6	Banco do Estado do Espírito Santo (Baneste)	F
7	Banco do Estado do Sergipe S.A.	F
8	Banco do Nordeste do Brasil (BNB)	B
9	Banco Industrial do Brasil	D
10	Banco Indusval S.A.	F
11	Banco Inter S.A.	A
12	Banco Mercantil de Investimentos S.A.	B
13	Banco Mercantil do Brasil	F
14	Banco Pan S.A.	E
15	Banco Pine S.A.	B
16	Banco RCI Brasil S.A.	C
17	Banco Santander S.A. (Espanha)	A
18	Paraná Banco (PR)	F
19	Banco de Brasília (BRB)	F
20	Banco Bradesco S.A.	G

A Registro concedido após 2010.
B Não possui demonstrações contábeis nas IFRS disponíveis para consulta.
C Banco pertencente ao Conglomerado do Santander.
D Não possui ações negociadas em bolsa.
E Resultado com prejuízo entre 2010 e 2017.
F Patrimônio líquido em 30/6/2018 inferior a R$ 1 bilhão.
G Não possui demonstrações contábeis ems IFRS de 2010 e 2011 disponíveis para consulta.

Após a análise dos bancos listados na CVM, foram considerados como amostra as diferenças entre os dois padrões contábeis os seguintes bancos:

Banco ABC Brasil (ABC), Banco Alfa de Investimento (Alfa), Banco Daycoval (Daycoval), Banco do Brasil (BB), Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul), Banco Santander (Santander), Itaú Unibanco (Itaú). Ao longo desta pesquisa esses bancos serão citados pelos nomes apresentados entre parênteses.

Cabe salientar que a amostra acabou ficando reduzida por nem todas as instituições ao divulgarem suas demonstrações financeiras em IFRS incluem a nota explicativa reconciliando as diferenças no resultado e no patrimônio líquido entre as práticas contábeis.

3.3. Procedimento de coleta de dados

O procedimento de coleta de dados ocorreu em duas fases. Primeiramente, optou-se por coletar os números contábeis disponíveis nas demonstrações financeiras, utilizados para cálculo dos percentuais de representatividade do lucro líquido em relação ao patrimônio líquido e ao ativo total, com o objetivo de verificar as diferenças existentes entre as práticas contábeis.

Dessa forma, a coleta dos números contábeis da amostra de bancos selecionados, descrita na seção 3.2, ocorreu através das demonstrações contábeis disponibilizadas no site da CVM ou no site das próprias empresas. O período analisado compreendeu as demonstrações contábeis consolidadas dos exercícios findos de 2010 a 2017. Considerando que fez parte da análise a comparação dos números divulgados tanto nos padrões do BACEN quanto na base das IFRS, foram coletadas as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com os dois padrões contábeis.

Observa-se que os dados disponibilizados tanto pela CVM quanto pelos próprios bancos são apresentados no formato Adobe (.PDF). Portanto, para a tabulação dos números usados para o cálculo dos porcentuais os dados foram imputados manualmente em planilha eletrônicas Excel.

Em função das diferenças de apresentação entre os dois padrões contábeis, os balanços tornaram-se relativamente incomparáveis. Dado isso, para atingir o objetivo específico de analisar através dos números as diferenças entre as práticas, apenas algumas contas foram eleitas para ser comparadas.

As informações para a segunda fase foram coletadas através de entrevistas direcionadas aos profissionais da área contábil, utilizando o método Delphi. Foi usado o protocolo da pesquisa de Grecco (2014), que aplicou esse método para entender o risco fiscal das organizações contábeis brasileiras.

O método Delphi visa obter o consenso de opiniões de especialistas sobre o que está sendo investigado (Vergara, 2015, p. 164). No mesmo sentido, Oliveira, Costa e Wile (2008)

mencionam que o método Delphi representa a coleta sistemática da opinião de especialistas em um determinado assunto.

O método Delphi é a aplicação sucessiva de questionários a um grupo de especialista ao longo de algumas rodadas, com o objetivo de se chegar a um consenso do grupo sobre a matéria estudada (Grecco, 2014). De acordo com Wright e Giovinazzo (2000), o método Delphi representa uma consolidação do julgamento intuitivo do grupo participante.

Ainda de acordo com Wright e Giovinazzo 2000, um fator importante para a condução adequada do método é o anonimato entre os participantes. O anonimato auxilia no processo de modo a reduzir a influência de um participante sobre outro, visto que os mesmos não se intercomunicam diretamente durante a realização das entrevistas.

Os autores mencionam ainda que a utilização do método é mais indicada quando não existem dados históricos a respeito do problema que se investiga ou, em outros termos, quando faltam dados quantitativos referente ao mesmo.

Nos últimos anos, a disseminação do uso da internet trouxe à tona outra variação do método: o Delphi eletrônico, que trata da aplicação do método aliada a ferramentas tecnológicas (Vergara, 2015, p. 165).

Com o objetivo de buscar a diversidade nas opiniões coletadas, foi montado um grupo heterogêneo para a aplicação ou o envio do questionário semiestruturado com algumas perguntas direcionadas e com espaço para que o entrevistado manifestasse livremente sua opinião sobre o assunto. Dessa forma, para atingir o objetivo proposto buscou-se: profissionais no cargo gerencial responsáveis por preparar as demonstrações contábeis; auditores, que são os responsáveis por revisar se as práticas contábeis e de divulgação estão sendo atendidas; executivos, que respondem por essas instituições; e usuários das informações divulgadas, tais como investidores e analistas de mercado.

As rodadas de entrevistas acontecem até que se atinja um grau satisfatório ou até o momento em que as novas contribuições sejam baixas. São necessárias no mínimo duas rodadas para caracterizar o método (Grecco, 2014).

De acordo com Vergara (2015, p. 165-166), as principais características do método Delphi são:

- Permite a troca de informações entre os participantes, mas garantindo-lhes o anonimato.
- O anonimato reduz a influência de um determinado especialista sobre os outros e a relutância do respondente em desfazer-se de posições assumidas.
- Possibilita a reconsideração individual de opiniões.
- Os resultados podem ser tendenciosos, dependendo do grupo de especialistas escolhidos.

Entre os participantes entrevistados, havia:

- 1 diretor da área de controladoria;
- 1 sócio de auditoria externa;
- 1 gerente sênior de auditoria externa;
- 1 gerente contábil de instituição financeira;
- 1 gerente contábil responsável por preparar as demonstrações financeiras;
- 1 profissional da área de políticas contábeis de uma instituição financeira;
- 1 profissional de consultoria com experiência também na área de políticas contábeis de uma instituição financeira;

3.4. Procedimento de tratamento de dados

Para Gil (1999, p. 156), após a conclusão do processo de coleta de dados, o passo seguinte é a análise e interpretação desses dados. O objetivo é organizar sistemicamente os dados de forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema de investigação.

Para que o primeiro objetivo específico fosse atendido, na primeira parte da apresentação dos resultados constam as tabelas comparando os números nos dois padrões contábeis. Considerando os critérios de seleção de população e a amostra e coleta de dados destacados nas seções 3.2 e 3.3, foram examinadas as demonstrações financeiras dos bancos selecionados elaboradas de acordo com as determinações do COSIF e das IFRS, no sentido de obter os dados necessários para identificar as diferenças entre essas duas práticas contábeis.

Alguns bancos divulgam em suas demonstrações financeiras, de acordo com o padrão contábil internacional, uma nota explicativa com a reconciliação do resultado e do patrimônio líquido em que demonstram as diferenças entre as duas práticas contábeis[1]. Com base nessas informações divulgadas, foi possível identificar que há diferentes formas de reconhecer, mensurar e divulgar os elementos patrimoniais. Foi possível também identificar quais contas patrimoniais são as mais afetadas pelas diferenças entre as práticas contábeis. Dessa forma, esta primeira etapa buscou mensurar as diferenças nos valores divulgados nas demonstrações financeiras nos BRGAAP e nas IFRS.

Como os padrões de divulgação não são totalmente comparáveis entre si, as análises foram realizadas com aquelas contas que são facilmente comparáveis, por serem significativas e sofrerem os impactos das diferenças entre as práticas contábeis. Nesse sentido, as contas patrimoniais usadas para a comparação foram: ativo total, patrimônio líquido e lucro líquido.

Inicialmente, fez-se uma tabela usando a ferramenta Excel com os saldos do patrimônio líquido, do ativo total e do lucro líquido. Os dados foram imputados manualmente. Com base nesses dados, buscou-se o porcentual de representatividade do lucro líquido em relação ao patrimônio líquido e ao ativo total, que representam, respectivamente, os índices ROE (Retorno sobre o Patrimônio Líquido) e ROA (Retorno sobre o Ativo). Calculou-se também a diferença entre os porcentuais encontrados nas duas práticas contábeis.

Realizado esse procedimento, foi possível apontar quais bancos tiveram as variações mais significativas. Os resultados dessa análise estão demonstrados nas tabelas 15 a 22, na seção 4.1..

Na segunda parte consta a síntese das informações que foram coletadas nas entrevistas com profissionais que de alguma forma estão envolvidos no processo de preparação, análise e revisão das demonstrações financeiras dos bancos, conforme descrito na seção 3.3.

As entrevistas com esses profissionais contêm as seguintes questões:

1. Qual seu cargo?
2. Tempo de experiência em instituições financeiras?
3. Para você, qual o objetivo da contabilidade e da divulgação de seus números através das demonstrações financeiras?
4. Você participou do processo de implantação das IFRS no setor bancário?

[1] Bancos que divulgam notas de reconciliação das diferenças entre as práticas contábeis: ABC, Santander, Banrisul, Alfa, Itaú e BB.

5. Quais foram as principais dificuldades durante o processo de implantação das IFRS na instituição financeira em que você atuou?
6. Quais efeitos práticos você entende que as demonstrações financeiras mais comparativas trazem para o setor?
7. Qual conjunto de normas você considera mais conservador, o COSIF ou as IFRS? Por que?
8. Qual a utilidade da demonstração financeira preparada e divulgada conforme os padrões internacionais para sua instituição financeira?
9. Você tem mais alguma consideração a respeito do tema que gostaria de comentar?

A primeira ação após as entrevistas foi transcrevê-las, encaminhá-las aos profissionais entrevistados para que pudessem validar a transcrição e adicionar novos comentários, se necessário. e efetuar a análise de conteúdo.

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos as condições de produção/recepção variáveis inferidas das mensagens (Bardin, 1977 como citado em Triviños, 1987, p. 160).

A conceitualização da análise de conteúdo, pode ser concebida de diferentes formas, tendo em vista a vertente teórica e a intencionalidade do pesquisador que a desenvolve, seja adotando conceitos relacionados à semântica estatística do discurso, ou ainda, visando à inferência por meio da identificação objetiva de características das mensagens (Weber, 1985; Bardin, 1977). Salienta-se o caráter social da análise de conteúdo, uma vez que é uma técnica com intuito de produzir inferências de um texto para seu contexto social de forma objetiva (Bauer & Gaskell, 2002).

Bardin (1977) ressalta a importância do rigor na utilização da análise de conteúdo, a necessidade de ultrapassar as incertezas, e descobrir o que é questionado. Neste sentido, após a validação do conteúdo das entrevistas pelos profissionais entrevistados, todas as respostas foram avaliadas com o objetivo de identificar se havia similaridade entre elas.

Neste sentido, a análise de conteúdo é uma técnica de análise das comunicações, que irá analisar o que foi dito nas entrevistas ou observado pelo pesquisador. Na análise do material,

busca-se classificá-los em temas ou categorias que auxiliam na compreensão do que está por trás dos discursos. Neste caso, o material coletado foi classificado em perguntas e respostas.

Como resultado serão apresentadas na seção 4.2 as respostas coletadas nas entrevistas separadas por assuntos, cada uma correspondente a uma questão efetuada.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Analisar dados significa trabalhar com todo o material obtido durante o processo de investigação, ou seja, com os relatos de observação, as transcrições das entrevistas, as informações dos documentos e outros dados disponíveis. Esse processo precisa ocorrer de forma sistemática, em que o pesquisador consiga organizar todo o material coletado e os transforme em informações que sustentem um raciocínio conclusivo sobre o problema proposto na pesquisa (Beuren, 2008 p.136).

A apresentação e a análise dos dados nesta pesquisa se dividiram em duas seções. A primeira teve como propósito apresentar e analisar os dados coletados das demonstrações financeiras divulgadas conforme os dois padrões contábeis (BACEN e IFRS) dos bancos selecionados na amostra. A segunda seção apresenta as informações coletadas nas entrevistas e transcritas pela pesquisadora de forma manual, sem o auxílio de aplicativos ou de sistemas operacionais.

4.1. Resultados da etapa 1

4.1.1. Análise dos indicadores ROE e ROA

Como mencionado acima, as demonstrações financeiras têm algumas utilidades para diversos usuários, como fornecer informações que sejam úteis a investidores existentes e em potencial, a credores por empréstimos e a outros credores.

Ao analisar uma demonstração financeira não são necessários instrumentos sofisticados ou complexos, tampouco volumosos. De acordo com o autor Eliseu Martins (2012, p. 5), uma boa análise de balanço se faz com uma boa leitura, algum conhecimento da empresa e um domínio mínimo do modelo contábil que está sendo utilizado.

Levando em consideração os cuidados para fazer uma boa análise de demonstração financeira, tentou-se eleger os índices mais apropriados para responder ao primeiro objetivo específico.

Diante da apresentação dos indicadores que são recomendados pelo FMI, conforme demonstrado no tópico 2.8, e levando em consideração que uma boa análise não precisa de

indicadores complexos, optou-se por usar os índices calculados a partir dos dados divulgados nos balanços patrimoniais e na demonstração de resultados. Essa decisão baseou-se no fato de que os dados que são informados em notas explicativas apresentam maiores dificuldades de alcance, levando em conta que as formas de divulgação muitas vezes não são totalmente padronizadas.

Desse modo, considerando o exposto, para responder ao primeiro objetivo específico que é identificar através de índices se há diferenças relevantes entre os números divulgados nos dois padrões contábeis dos sete bancos selecionados de acordo com os critérios de seleção de amostra, coleta e tratamento dos dados descritos nos itens 3.2, 3.3 e 3.4, foram examinadas as demonstrações financeiras dos exercícios findos de 2010 a 2017 segundo os padrões dos BRGAAP e das IFRS desses bancos. Foram analisadas as relações entre o lucro líquido e o patrimônio líquido e entre o lucro líquido e o ativo total, representados, respectivamente, pelas siglas ROE (Retorno sobre o Patrimônio Líquido) e ROA (Retorno sobre o Ativo), de acordo com as fórmulas descritas abaixo:

Retorno sobre o Patrimônio Líquido – ROE

ROE = LL / PL

Onde:

LL – Lucro líquido do período

PL – Saldo final do patrimônio líquido do período

Índice calculado conforme IMF, 2006, p. 78.

Retorno sobre o Ativo – ROA

ROA = LL / AT

Onde:

LL – Lucro líquido do período

AT – Saldo final do ativo do período

Índice calculado conforme IMF, 2006, p. 85.

Da aplicação dessas fórmulas, foram obtidos os seguintes resultados:

Tabela 15
Números do Banco ABC Brasil S.A.

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
COSIF (BRGAAP)								
Ativo Total (AT)	9.807.438	10.499.984	13.472.934	17.259.556	20.734.470	23.963.377	25.678.162	28.767.785
Patrimônio Líquido (PL)	1.347.918	1.499.606	1.679.473	1.902.026	2.188.545	2.509.659	2.893.218	3.284.332
Lucro Líquido (LL)	202.224	236.037	226.619	263.402	310.647	370.911	406.557	418.733
% LL x PL (ROE)	15,00%	15,74%	13,49%	13,85%	14,19%	14,78%	14,05%	12,75%
% LL x AT (ROA)	2,06%	2,25%	1,68%	1,53%	1,50%	1,55%	1,58%	1,46%
IFRS								
Ativo Total (AT)	9.816.888	10.510.815	12.737.680	15.763.903	19.652.604	23.739.064	25.485.680	27.182.558
Patrimônio Líquido (PL)	1.347.918	1.499.606	1.735.481	1.973.838	2.284.769	2.633.973	2.994.121	3.401.295
Lucro Líquido (LL)	202.224	236.037	240.919	265.417	328.379	388.557	391.716	427.417
% LL x PL (ROE)	15,00%	15,74%	13,88%	13,45%	14,37%	14,75%	13,08%	12,57%
% LL x AT (ROA)	2,06%	2,25%	1,89%	1,68%	1,67%	1,64%	1,54%	1,57%
Diferença porcentual (LLxPL)	0,00%	0,00%	0,39%	-0,40%	0,18%	-0,03%	-0,97%	-0,18%
Diferença porcentual (LLxAT)	0,00%	0,00%	0,21%	0,16%	0,17%	0,09%	-0,05%	0,12%

Fonte: Elaborado pela autora com base nas demonstrações financeiras divulgadas. Números em milhares de reais

Tabela 16
Números do Banco Alfa de Investimento S.A.

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
COSIF (BRGAAP)								
Ativo Total (AT)	9.337.766	10.851.756	13.731.568	13.295.794	13.686.586	11.910.687	11.801.817	12.089.970
Patrimônio Líquido (PL)	1.145.248	1.209.800	1.141.249	1.193.095	1.239.711	1.288.327	1.355.696	1.405.468
Lucro Líquido (LL)	76.849	73.333	66.187	67.764	68.737	80.654	84.044	73.551
% LL x PL (ROE)	6,71%	6,06%	5,80%	5,68%	5,54%	6,26%	6,20%	5,23%
% LL x AT (ROA)	0,82%	0,68%	0,48%	0,51%	0,50%	0,68%	0,71%	0,61%
IFRS								
Ativo Total (AT)	9.337.766	10.851.756	14.025.420	13.525.861	13.870.684	12.335.368	12.266.178	12.621.742
Patrimônio Líquido (PL)	1.145.248	1.209.800	1.159.286	1.201.584	1.248.332	1.305.819	1.397.777	1.422.397
Lucro Líquido (LL)	77.949	73.333	96.912	91.107	66.080	84.799	91.545	49.685
% LL x PL (ROE)	6,81%	6,06%	8,36%	7,58%	5,29%	6,49%	6,55%	3,49%
% LL x AT (ROA)	0,83%	0,68%	0,69%	0,67%	0,48%	0,69%	0,75%	0,39%
Diferença porcentual (LLxPL)	0,10%	0,00%	2,56%	1,90%	-0,25%	0,23%	0,35%	-1,74%
Diferença porcentual (LLxAT)	0,01%	0,00%	0,21%	0,16%	-0,03%	0,01%	0,03%	-0,21%

Fonte: Elaborado pela autora com base nas demonstrações financeiras divulgadas. Números em milhares de reais

Tabela 17
Números do Banco Daycoval S.A.

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
COSIF (BRGAAP)								
Ativo Total (AT)	8.938.510	12.104.715	12.939.219	14.949.948	18.937.050	21.846.427	21.762.982	24.230.980
Patrimônio Líquido (PL)	1.777.820	1.359.143	1.425.726	1.868.862	1.892.143	2.786.751	2.657.438	3.009.028
Lucro Líquido (LL)	274.695	305.060	357.464	233.804	278.145	432.013	406.870	521.474
% LL x PL (ROE)	15,45%	22,45%	25,07%	12,51%	14,70%	15,50%	15,31%	17,33%
% LL x AT (ROA)	3,07%	2,52%	2,76%	1,56%	1,47%	1,98%	1,87%	2,15%
IFRS								
Ativo Total (AT)	8.399.607	11.343.221	12.486.618	14.574.519	18.641.950	21.392.082	20.486.919	22.592.323
Patrimônio Líquido (PL)	1.779.823	1.937.625	2.192.594	2.434.098	2.508.874	2.813.797	2.713.752	3.085.353
Lucro Líquido (LL)	249.172	293.994	361.359	231.584	270.532	473.176	414.267	541.485
% LL x PL (ROE)	14,00%	15,17%	16,48%	9,51%	10,78%	16,82%	15,27%	17,55%
% LL x AT (ROA)	2,97%	2,59%	2,89%	1,59%	1,45%	2,21%	2,02%	2,40%
Diferença porcentual (LLxPL)	-1,45%	-7,27%	-8,59%	-3,00%	-3,92%	1,31%	-0,05%	0,22%
Diferença porcentual (LLxAT)	-0,11%	0,07%	0,13%	0,03%	-0,02%	0,23%	0,15%	0,24%

Fonte: Elaborado pela autora com base nas demonstrações financeiras divulgadas. Números em milhares de reais

Tabela 18
Números do Banco do Brasil S.A.

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
COSIF (BRGAAP)								
Ativo Total (AT)	811.172.208	981.229.907	1.149.307.548	1.303.915.123	1.290.541.203	1.401.128.757	1.401.376.974	1.369.201.171
Patrimônio Líquido (PL)	50.440.683	58.416.370	61.499.417	72.224.795	80.613.194	81.536.173	87.193.752	98.723.402
Lucro Líquido (LL)	11.703.185	12.125.990	12.205.120	15.757.937	11.245.814	14.399.559	8.033.556	11.010.776
% LL x PL (ROE)	23,20%	20,76%	19,85%	21,82%	13,95%	17,66%	9,21%	11,15%
% LL x AT (ROA)	1,44%	1,24%	1,06%	1,21%	0,87%	1,03%	0,57%	0,80%
IFRS								
Ativo Total (AT)	802.819.795	966.823.068	1.014.080.577	1.162.167.882	1.278.136.948	1.388.864.529	1.387.215.686	1.353.075.042
Patrimônio Líquido (PL)	54.317.163	62.549.946	65.205.981	76.381.996	85.440.036	86.229.994	90.076.693	101.238.428
Lucro Líquido (LL)	11.330.345	12.736.912	11.405.317	11.288.834	13.343.496	15.798.039	8.659.577	12.275.303
% LL x PL (ROE)	20,86%	20,36%	17,49%	14,78%	15,62%	18,32%	9,61%	12,13%
% LL x AT (ROA)	1,41%	1,32%	1,12%	0,97%	1,04%	1,14%	0,62%	0,91%
Diferença porcentual (LLxPL)	-2,34%	-0,40%	-2,35%	-7,04%	1,67%	0,66%	0,40%	0,97%
Diferença porcentual (LLxAT)	-0,03%	0,08%	0,06%	-0,24%	0,17%	0,11%	0,05%	0,10%

Fonte: Elaborado pela autora com base nas demonstrações financeiras divulgadas. Números em milhares de reais

Tabela 19

Números Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (BANRISUL)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
COSIF (BRGAAP)								
Ativo Total (AT)	32.349.719	37.830.643	47.013.169	53.121.798	58.939.001	65.780.724	68.246.945	72.561.362
Patrimônio Líquido (PL)	3.855.239	4.399.511	4.634.648	5.147.862	5.669.248	6.206.106	6.440.523	7.031.749
Lucro Líquido (LL)	741.242	904.349	818.590	791.614	691.416	848.770	659.689	1.053.036
% LL x PL (ROE)	19,23%	20,56%	17,66%	15,38%	12,20%	13,68%	10,24%	14,98%
% LL x AT (ROA)	2,29%	2,39%	1,74%	1,49%	1,17%	1,29%	0,97%	1,45%
IFRS								
Ativo Total (AT)	32.688.391	38.316.707	47.565.722	54.114.961	60.461.043	68.103.613	70.154.958	74.367.489
Patrimônio Líquido (PL)	3.995.565	4.583.636	4.841.781	5.333.931	5.808.539	6.475.687	6.725.695	7.359.151
Lucro Líquido (LL)	760.253	934.171	833.709	748.970	621.015	880.218	728.875	1.095.506
% LL x PL (ROE)	19,03%	20,38%	17,22%	14,04%	10,69%	13,59%	10,84%	14,89%
% LL x AT (ROA)	2,33%	2,44%	1,75%	1,38%	1,03%	1,29%	1,04%	1,47%
Diferença porcentual (LLxPL)	-0,20%	-0,18%	-0,44%	-1,34%	-1,50%	-0,08%	0,59%	-0,09%
Diferença porcentual (LLxAT)	0,03%	0,05%	0,01%	-0,11%	-0,15%	0,00%	0,07%	0,02%

Fonte: Elaborado pela autora com base nas demonstrações financeiras divulgadas. Números em milhares de reais

Tabela 20

Números do Banco Santander Brasil S.A.

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
COSIF (BRGAAP)								
Ativo Total (AT)	387.212.155	423.725.809	448.875.606	485.865.613	589.956.154	677.449.737	701.704.537	683.732.212
Patrimônio Líquido (PL)	64.850.978	65.578.565	63.451.508	62.819.207	57.320.685	54.819.073	57.771.524	59.499.954
Lucro Líquido (LL)	3.863.298	3.557.203	2.725.748	2.107.327	2.161.170	6.998.196	5.532.962	7.996.577
% LL x PL (ROE)	5,96%	5,42%	4,30%	3,35%	3,77%	12,77%	9,58%	13,44%
% LL x AT (ROA)	1,00%	0,84%	0,61%	0,43%	0,37%	1,03%	0,79%	1,17%
IFRS								
Ativo Total (AT)	374.662.683	399.886.082	422.607.863	453.052.695	520.230.910	605.394.528	634.393.240	645.703.039
Patrimônio Líquido (PL)	73.363.394	78.031.992	79.136.126	81.655.302	78.683.293	79.835.284	84.812.559	87.087.601
Lucro Líquido (LL)	7.382.574	7.755.853	5.493.224	5.848.124	5.707.776	9.833.826	7.464.918	9.138.048
% LL x PL (ROE)	10,06%	9,94%	6,94%	7,16%	7,25%	12,32%	8,80%	10,49%
% LL x AT (ROA)	1,97%	1,94%	1,30%	1,29%	1,10%	1,62%	1,18%	1,42%
Diferença porcentual (LLxPL)	4,11%	4,51%	2,65%	3,81%	3,48%	-0,45%	-0,78%	-2,95%
Diferença porcentual (LLxAT)	0,97%	1,10%	0,69%	0,86%	0,73%	0,59%	0,39%	0,25%

Fonte: Elaborado pela autora com base nas demonstrações financeiras divulgadas. Números em milhares de reais

Tabelas 21
Números do Banco Itaú Unibanco Holding S.A.

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
COSIF (BRGAAP)								
Ativo Total (AT)	695.225.984	759.941.020	1.014.424.676	1.105.721.310	1.208.701.675	1.359.172.441	1.427.084.224	1.503.503.484
Patrimônio Líquido (PL)	39.638.228	41.070.763	74.219.609	81.024.484	95.847.713	106.462.440	115.590.426	126.923.600
Lucro Líquido (LL)	7.835.628	7.945.753	13.593.940	15.695.749	20.241.564	23.359.834	21.639.125	23.964.551
% LL x PL (ROE)	19,77%	19,35%	18,32%	19,37%	21,12%	21,94%	18,72%	18,88%
% LL x AT (ROA)	1,13%	1,05%	1,34%	1,42%	1,67%	1,72%	1,52%	1,59%
IFRS								
Ativo Total (AT)	727.082.000	818.136.000	957.154.000	1.027.297.000	1.127.203.000	1.276.415.000	1.353.241.000	1.434.969.000
Patrimônio Líquido (PL)	67.552.000	75.336.000	75.998.000	84.192.000	100.617.000	114.059.000	134.814.000	148.006.000
Lucro Líquido (LL)	12.494.000	14.610.000	13.191.000	16.522.000	21.861.000	26.156.000	23.582.000	24.268.000
% LL x PL (ROE)	18,50%	19,39%	17,36%	19,62%	21,73%	22,93%	17,49%	16,40%
% LL x AT (ROA)	1,72%	1,79%	1,38%	1,61%	1,94%	2,05%	1,74%	1,69%
Diferença porcentual (LLxPL)	-1,27%	0,05%	-0,96%	0,25%	0,61%	0,99%	-1,23%	-2,48%
Diferença porcentual (LLxAT)	0,59%	0,74%	0,04%	0,19%	0,26%	0,33%	0,23%	0,10%

Fonte: Elaborado pela autora com base nas demonstrações financeiras divulgadas. Números em milhares de reais

Tabela 22
Porcentuais médios

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Média % LL x PL (ROE) – COSIF	15,05%	15,76%	14,93%	13,14%	12,21%	14,66%	11,90%	13,39%
Média % LL x AT (ROA) – COSIF	1,69%	1,57%	1,38%	1,16%	1,08%	1,32%	1,14%	1,32%
Média % LL x PL (ROE) – IFRS	14,89%	15,29%	13,96%	12,31%	12,25%	15,03%	11,66%	12,50%
Média % LL x AT (ROA) – IFRS	1,90%	1,86%	1,58%	1,31%	1,24%	1,52%	1,27%	1,41%
Diferença porcentual – ROE	0,15%	0,47%	0,96%	0,83%	-0,04%	-0,38%	0,24%	0,89%
Diferença porcentual – ROA	-0,21%	-0,29%	-0,19%	-0,15%	-0,16%	-0,20%	-0,13%	-0,09%

Fonte: Elaborado pela autora

Conforme evidenciado na tabela 22, é possível perceber oscilações entre os porcentuais calculados com base nos números nos BRGAAP e nas IFRS. Exceto pelos anos de 2014 e 2015, em que o ROE nos números em IFRS fica maior, nos demais anos o retorno sobre o patrimônio líquido é maior em BRGAAP. Para uma análise mais assertiva das diferenças, é preciso considerar individualmente cada instituição.

Com exceção do Santander, que apresentou lucro líquido em IFRS maior que em BRGAAP em todos os anos, os demais bancos em alguns anos tiveram resultado em BRGAAP maior que em IFRS.

De acordo com as informações divulgadas na nota explicativa de conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido nos dois padrões contábeis, o principal ajuste do Santander é o ágio reconhecido decorrente da compra do Banco Real. Conforme informações mencionadas na seção 2.6, segundo os padrões contábeis do COSIF o ágio pode ser amortizado por até 10 anos, estando sujeito ao teste de recuperabilidade pelo menos uma vez ao ano. Por outro lado, as IFRS não permitem a amortização do ágio, porém devem ser avaliadas através do teste de recuperabilidade anualmente.

Nos demais bancos, as oscilações são decorrentes em sua maioria da diferença entre a estimativa para perda em crédito de liquidação duvidosa devido às diferenças na forma de mensurar essa estimativa nos dois padrões contábeis e à diferença no critério de classificações de instrumentos financeiros e de diferimentos de tarifa (método de juros efetivo). Toda a base técnica dessas diferenças é explorada na seção 2.6.

Após o exposto, em síntese, levando em conta os dados e as análises aplicadas que consideram as instituições financeiras da amostra, é possível identificar que há diferenças significativas em alguns casos entre os dois padrões contábeis. Esses dados confirmam, portanto, o primeiro objetivo específico.

4.1.2. Análise quantitativa a partir do Índice de Conservadorismo

Ainda com o propósito de responder ao primeiro objetivo específico e de buscar identificar se há um padrão contábil mais conservador que o outro, utilizou-se o modelo adaptado do Índice de Conservadorismo de Gray. Para o cálculo do índice, tabularam-se em planilha Excel os saldos do patrimônio líquido e do lucro líquido, partindo das demonstrações financeiras divulgadas pelos sete bancos selecionados na amostra.

A fórmula utilizada para cálculo está descrita a seguir:

Para o Patrimônio Líquido

ICPL BRGAAP = 1 – [(PL BRGAAP – PL IFRS)] / [PL BRGAAP]

Onde:

PL BRGAAP – Valor do patrimônio líquido conforme padrão dos BRGAAP

PL IFRS – Valor do patrimônio líquido conforme padrão das IFRS

Resultado:

Se o ICPL for maior que 1, então o patrimônio líquido nos BRGAAP será mais conservador que as IFRS.

Se o ICPL for menor que 1, então o patrimônio líquido nos BRGAAP será menos conservador que as IFRS.

Para o Lucro Líquido

ICLL BRGAAP = 1 – [(LL BRGAAP – LL IFRS)] / [LL BRGAAP]

Onde:

LL BRGAAP – Valor do lucro líquido conforme padrão dos BRGAAP

LL IFRS – Valor do lucro líquido conforme padrão das IFRS

Resultado:

Se o ICLL for maior que 1, então o lucro líquido nos BRGAAP será mais conservador que as IFRS.

Se o ICLL for menor que 1, então o lucro líquido nos BRGAAP será menos conservador que as IFRS.

Após a tabulação dos números do patrimônio líquido e do lucro líquido em planilha Excel e utilizando-se as fórmulas descritas acima, chegou-se aos seguintes resultados do IC de cada banco selecionado na amostra:

Tabela 23
Índice de Conservadorismo para o Patrimônio Líquido (ICPL)

Instituição financeira	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Banco ABC S.A.	1,00	1,00	1,03	1,04	1,04	1,05	1,03	1,04
Banco Alfa de Investimento	1,00	1,00	1,02	1,01	1,01	1,01	1,03	1,01
Banco Daycoval S.A.	1,00	1,43	1,54	1,30	1,33	1,01	1,02	1,03
Banco do Brasil S.A.	1,08	1,07	1,06	1,06	1,06	1,06	1,03	1,03
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	1,04	1,04	1,04	1,04	1,02	1,04	1,04	1,05
Banco Santander Brasil S.A.	1,13	1,19	1,25	1,30	1,37	1,46	1,47	1,46
Banco Itaú Unibanco Holding S.A.	1,70	1,83	1,02	1,04	1,05	1,07	1,17	1,17
Índices médios	1,14	1,22	1,14	1,11	1,13	1,10	1,11	1,11

Fonte: Elaborado pela autora

Tabela 24
Índice de Conservadorismo para o Lucro Líquido (ICLL)

Instituição financeira	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Banco ABC S.A.	1,00	1,00	1,06	1,01	1,06	1,05	0,96	1,02
Banco Alfa de Investimento	1,01	1,00	1,46	1,34	0,96	1,05	1,09	0,68
Banco Daycoval S.A.	0,91	0,96	1,01	0,99	0,97	1,10	1,02	1,04
Banco do Brasil S.A.	0,97	1,05	0,93	0,72	1,19	1,10	1,08	1,11
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	1,03	1,03	1,02	0,95	0,90	1,04	1,10	1,04
Banco Santander Brasil S.A.	1,91	2,18	2,02	2,78	2,64	1,41	1,35	1,14
Banco Itaú Unibanco Holding S.A.	1,59	1,84	0,97	1,05	1,08	1,12	1,09	1,01
Índices médios	1,20	1,30	1,21	1,26	1,26	1,12	1,10	1,01

Fonte: Elaborado pela autora

Foram calculados 128 IC, sendo 64 índices utilizando os saldos do patrimônio líquido divulgados nos respectivos balanços patrimoniais dos bancos, e 64 índices com base nos saldos do lucro líquido divulgados nas demonstrações do resultado. É importante mencionar que esses números são divulgados pelos bancos selecionados em seus sites eletrônicos ou no site eletrônico da CVM. Foi possível observar que os índices calculados sobre o patrimônio líquido nos BRGAAP ficaram maiores que 1, indicando que os números divulgados segundo o padrão do COSIF ou dos BRGAAP são mais conservadores que os números divulgados seguindo as normas internacionais das IFRS.

4.2. Resultados da etapa 2

Nesta seção estão relacionados os achados nas entrevistas com os especialistas, com o objetivo de responder ao segundo objetivo específico, que é conhecer, através de entrevista com

gestores e profissionais da área contábil dos bancos, bem como com auditores externos, suas percepções em relação às questões operacionais que envolveram o processo de implantação das IFRS. Na primeira parte da entrevista, consideraram-se informações pessoais de cada respondente, como cargo, tempo de experiência em instituição financeira e envolvimento na implantação dessas normas. Na sequência estão as considerações que surgiram ao longo das entrevistas em relação aos objetivos da contabilidade. Foram trazidos também comentários sobre conservadorismo contábil e comparabilidade. Todos esses aspectos técnicos comentados estão relacionados com os conceitos levantados no referencial teórico. Por último, é apresentada a utilidade das demonstrações financeiras nas IFRS, bem como as consequências práticas, de acordo com cada respondente, do impacto da adoção das IFRS pelos bancos brasileiros.

4.2.1. Dados pessoais dos respondentes

Durante o processo de seleção dos respondentes, buscou-se formar um grupo heterogêneo. Como resultado, temos entre os respondentes um sócio de auditoria externa com mais de 15 anos de experiência, sendo 6 anos direcionados para instituições financeiras; um diretor de controladoria de uma instituição financeira com mais de 20 anos de experiência, incluindo experiência como gerente sênior de auditora externa; uma gerente sênior de auditoria externa com 12 anos de experiência; uma especialista contábil com 21 anos de experiência em bancos; uma gerente de consultoria externa com 10 anos de experiência, dos quais inclui experiência como profissional de práticas contábeis de um banco internacional; um contador responsável por preparar demonstrações financeiras nos dois padrões contábeis com mais de 20 anos de experiência em bancos; e um gerente contábil com mais de 10 anos de experiência. Todos tiveram de alguma forma envolvimento com a implantação das IFRS em bancos.

4.2.2. Objetivo da contabilidade e divulgação de seus números

A contabilidade tem como objetivo transmitir de forma inteligível e inteligente informação estruturada de natureza econômico-financeira, física, de produtividade e social aos vários grupos de usuários da informação contábil, para sua avaliação e decisões informadas (Iudícibus, Martins & Carvalho, 2005).

Compartilhando o mesmo entendimento, os respondentes comentaram que dentro de uma empresa, independentemente do segmento, a contabilidade tem como objetivo entender e informar a situação financeira da empresa. A contabilidade tem o papel de proporcionar aos usuários de suas demonstrações financeiras informações apropriadas para a tomada de decisão e a análise de desempenho de maneira razoavelmente comparável com outros negócios por segmento, indústria ou região geográfica. Por meio dessas divulgações, é possível avaliar a atual situação da entidade e também projetar seus próximos períodos.

É através da contabilidade que o mercado consegue enxergar a posição da empresa e sua estratégia de crescimento e o que está sendo feito para alcançar esses objetivos de crescimento.

4.2.3. Conservadorismo contábil

No processo de elaboração das demonstrações financeiras, o uso de estimativas e de julgamentos é muito empregado. Dessa forma, é preciso que o profissional contábil esteja amparado nos conceitos técnicos que envolvem a contabilidade ao exercer seu julgamento.

Nesse aspecto, o profissional contábil precisa ser prudente, isto é, necessita de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários das estimativas em certas condições de incerteza, no sentido de que ativos ou receitas não sejam superestimados e que passivos ou despesas não sejam subestimados (CFC, 2008, p. 102).

Como já mencionado, as normas internacionais de contabilidade introduziram importantes conceitos do direito societário e trouxeram inovações tanto para as demonstrações contábeis quanto para as práticas contábeis, visto que essas normas são baseadas mais em princípios do que regras (Antunes *et al.*, 2010). Consequentemente, as IFRS usam mais o julgamento, diferentemente das normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que definem critérios mínimos de reconhecimentos de ativos e passivos. Corroborando o exposto, os respondentes entendem que o COSIF, o que também é observado no teste do modelo adaptado do Índice de Conservadorismo proposto por Gray.

4.2.4. Comparabilidade

Conforme já mencionado, uma das vantagens da informação contábil mais comparativa é a possibilidade de os usuários conseguirem analisar as demonstrações financeiras de determinado segmento sem a necessidade de serem intimamente familiarizados com mais de um sistema contábil.

Corroborando o parágrafo acima, os respondentes mencionaram que o processo de conversão traz demonstrações financeiras mais comparativas, tornando o processo de comparação mais ágil e sem a necessidade de muita experiência prática. O BACEN, em seu papel de regulador do sistema financeiro nacional, faz seu papel e, ao impor um ambiente prudencial e regulatório, permite que todas as instituições financeiras tenham suas demonstrações financeiras publicadas de forma comparativa. Por outro lado, essas demonstrações financeiras não são comparativas com outros segmentos.

A adoção das normas internacionais pelos bancos brasileiros trouxe uma maior confiabilidade no sistema financeiro nacional, pois diversas informações importantes não estavam sendo consideradas nas demonstrações financeiras, tais como a discrepância entre os instrumentos financeiros mensurados a custo e o valor. Em relação a esse assunto, algumas discrepâncias se tornarão menores no momento em que o BACEN transformar em resolução os editais de consulta pública números 54, 60 e 67, nos quais demonstra buscar uma maior semelhança com as normas internacionais, criando normas proprietárias que se alinham com as atuais IFRS 9.

As IFRS 9, além das questões relacionadas à antecipação de risco de crédito, fizeram com que as instituições financeiras reavaliassem suas operações de crédito, dando maior importância ao registro adequado de quais operações possuem garantias, de maneira a reduzir as perdas em caso de inadimplência.

4.2.5. Efeitos práticos da adoção das IFRS pelos bancos

Os efeitos práticos da adoção das IFRS pelos bancos levantados com os respondentes estão apresentados na tabela 25. Os efeitos foram divididos em cinco atividades por possuírem

características similares. A segregação dos efeitos interno e externo também foi adicionada na tabela por demandar ações distintas.

Os efeitos internos estão mais relacionados com as atividades que dependem da qualificação dos profissionais das próprias instituições, enquanto os efeitos externos dependem de agentes de fora das instituições.

Tabela 25
Efeitos práticos da adoção das IFRS pelos bancos

	Efeitos internos		Efeitos externos
1	Desenvolvimento e parametrização de sistemas de tecnologia	5	Consultoria externa para trabalhos de diagnóstico
2	Treinamento de pessoal		
3	Cultura organizacional		
4	Custo de observância		

Fonte: Elaborado pela autora

1. Desenvolvimento e parametrização de sistema

Na implantação de softwares usados na gestão empresarial, denominados sistemas ERP – *Enterprise Resource Planning* (Planejamento de Recursos Empresariais), há uma preocupação intensa com a tecnologia e quase nenhuma com os demais aspectos que norteiam as modificações nas dinâmicas organizacionais causadas por ela. Os dirigentes se esquecem de que as modificações causadas pela mudança tecnológica vão além de uma simples troca de sistema informacional e irão impactar também a estrutura e os aspectos sociocomportamentais (Jesus & Oliveira, 2007).

Ainda de acordo com os autores, no desenvolvimento de um projeto de implantação de sistema três aspectos estão intrinsecamente envolvidos: pessoas, tecnologia e processos. Há a necessidade de um tratamento equilibrado entre esses fatores para que se obtenha êxito na implantação. Logo, além do trabalho relacionado à implantação do software, há o trabalho de realinhamento das pessoas, ou seja, uma realização de mudanças nos modelos mentais e nos demais elementos estruturais.

A maioria dos especialistas comenta que esse efeito gerou os maiores impactos no processo de implantação das normas internacionais de contabilidade pelos bancos brasileiros. Podemos considerar que a mudança sistêmica aconteceu em dois momentos. O primeiro foi a implantação das normas internacionais em 2010, primeiro ano obrigatório da adoção. Nessa data, houve dificuldade por parte dos bancos em duplicar a plataforma contábil e criar processos dentro dos sistemas operacionais para gerar as informações nos dois padrões contábeis. Esse

desenvolvimento gerou muitas horas de trabalho tanto dos especialistas contábeis, para especificar as novas regras de cada produto e adequar, por exemplo, as diferenças de classificação de instrumentos financeiros e taxas efetivas dos contratos, entre outros efeitos, quanto dos profissionais da área de tecnologia para implantar tais processos.

O segundo momento refere-se à implantação das IFRS 9. Os bancos tiveram grande dificuldade em identificar os sistemas adequados que realizassem a correta alocação dos modelos de negócios, o teste para avaliar se os ativos financeiros se enquadram nos critérios de pagamento exclusivo do principal e dos juros, conhecido pela sigla SPPI (*Solely payments of principal and interest*), e principalmente o cálculo de perda esperada para os ativos financeiros. Os bancos de maior porte avaliaram diversos motores de cálculo, tais como SAS IFRS 9, SAP *Bank Analyzer*, GDS Modellica, porém a grande maioria dos bancos brasileiros prepara seus registros contábeis de acordo com os BRGAAP e faz ajustes de conversão para as IFRS. Tais ferramentas internacionais não estavam prontas para uma implementação rápida para migrar as contas do COSIF, gerando ajustes de customização. Bancos menores realizaram adaptações em seus sistemas legados, fazendo uso de Access e Excel para se adequar à nova norma.

2. Treinamento de pessoal

Toda mudança em processos internos de uma organização gera a necessidade de treinamento do pessoal envolvido. Os profissionais da área contábil e das auditorias interna e externa tiveram de estudar as normas que estavam sendo implantadas, de forma que os efeitos das diferenças entre os dois critérios contábeis fossem mensurados com segurança.

Para esse item, a maior dificuldade foi conseguir o envolvimento de outras áreas relacionadas à área contábil e à controladoria, como as áreas operacionais (*back-office*) e de gestão de riscos, bem como as áreas de negócio, como a área de tesouraria. Esses profissionais, por não terem seus resultados medidos nas IFRS, criaram barreiras no sentido de não se envolverem com o processo de implantação das normas nas IFRS. O grande motivo para essa resistência é que essas alterações eram apenas contábeis e não de negócio, uma vez que os efeitos dos resultados não seriam medidos para fins de pagamento de dividendos ou ainda dos tributos sobre o lucro.

3. Cultura organizacional

Nos ambientes corporativos, a cultura organizacional acaba sendo um direcionador para as atitudes dos profissionais que nela atuam. De acordo com Robbins como citado em Padoveze e Benedicto (2005), a cultura organizacional é definida como as atitudes, as crenças e os valores de uma sociedade. Estes incluem as diferenças psicológicas individuais, tais como os traços de personalidade e, evidentemente, os diversos sistemas sociais, políticos e educacionais da sociedade.

As características culturais estão presentes em todos os setores da organização, como o contábil, o financeiro e o administrativo (Tarifa, Crozatti, Espejo & Almeida, 2011).

Considerando que as empresas, independentemente de seus segmentos, estão inseridas em ambientes de constantes mudanças, há a necessidade de adaptar sua cultura empresarial de tal forma que haja condições de corresponder a todas as expectativas (Padoveze *et al.*, 2005).

Em relação a esse item, os comentários dos respondentes estão relacionados à dificuldade que foi conseguir o envolvimento e o comprometimento das demais áreas das instituições no processo. Devido às questões contábeis envolvidas, as áreas operacionais e de negócio num primeiro momento não se envolveram na medida necessária por considerar que as alterações se referiam apenas à contabilidade.

Além disso, foi preciso mudar a forma de pensar das pessoas envolvidas nos processos, tanto dos profissionais de negócio quanto dos operacionais, de forma que os efeitos contábeis fossem avaliados nos dois padrões contábeis e não apenas no padrão do COSIF.

4. Custo de observância

Como já mencionado, o BACEN, ao emitir a Resolução 3.786 em 2010, obriga os bancos a preparar e emitir suas demonstrações financeiras de acordo com as regras estabelecidas por esse regulador, bem como de acordo com as normas internacionais de contabilidade, as IFRS.

Com isso, houve incremento em custos relacionados a treinamento de pessoal, para entendimento das novas normas e adequação dos sistemas operacionais, de forma que pudessem atender à contabilização dos efeitos das diferenças de práticas contábeis, em custos com horas

do pessoal interno para preparação dessas demonstrações nas IFRS, bem como em custos com a auditoria externa para revisão e emissão de parecer das mesmas.

Além disso, a Receita Federal também não acatou todas as novas IFRS para a apuração do lucro tributável.

Todos esses itens mencionados nos parágrafos acima geram um incremento de custos de observância para as instituições financeiras que encarece o sistema financeiro nacional.

5. Consultoria externa para trabalhos de diagnóstico

As empresas de auditoria exerceram um papel importante quando se implantaram as normas internacionais de contabilidade no setor bancário em dois momentos. O primeiro foi em 2010, com a obrigatoriedade da adoção das IFRS, e o segundo na implantação das regras das IFRS 9.

Os trabalhos executados por essas empresas foram no diagnóstico dos efeitos que as normas internacionais trariam para cada empresa e na implantação das mesmas, de forma que os processos ficassem aderentes às regras de cada norma. Esse processo ocorreu em duas etapas. A primeira foi em 2010, com escopo mais abrangente, pois envolvia um conjunto maior de normas que foi implantado. A segunda foi em 2017/2018, na avaliação das alterações pela adoção das IFRS 9.

Esses profissionais tiveram de se preparar para atender a essa nova demanda. Para as instituições financeiras, essa ajuda gerou um incremento no custo com auditoria, porém com o benefício de terem seus processos aderentes às novas regras.

4.2.6. Utilidade da emissão e da divulgação das demonstrações financeiras nas IFRS pelos bancos brasileiros

Conforme as informações expostas na seção 2.2, as demonstrações contábeis devem fornecer informações que sejam úteis nas tomadas de decisão econômicas e nas avaliações por parte de investidores existentes e em potencial, credores por empréstimo e outros credores.

As demonstrações financeiras têm como missão expor os números das empresas de forma que seus leitores consigam fazer as análises de acordo com seus interesses.

São muitos os normativos que tratam dos avanços na qualidade da informação e divulgação das demonstrações financeiras, como os pareceres de orientação que a CVM emite.

Antes de entrar nas questões tratadas pelos respondentes, é interessante conhecer quais são as classes de controle das instituições que temos no Brasil, pois a utilidade da demonstração financeira divulgada segundo as normas internacionais varia conforme cada tipo de instituição financeira. De acordo com a relação de instituições em funcionamento do país disponível no site do BACEN, a relação de classes de controle se resume em: i) privado nacional com controle nacional; ii) privado nacional com controle estrangeiro; iii) privado nacional com participação estrangeira; iv) estrangeiro com participação estrangeira; v) público estadual; e vi) público federal.

A respondente de um banco privado nacional com controle estrangeiro comentou que a demonstração financeira nas IFRS é usada para a análise de desempenho, ou seja, para o pagamento de bônus e participação nos lucros e resultados, bem como para a controladora medir o bom andamento da subsidiária brasileira.

Por outro lado, a respondente de um banco estrangeiro, porém com matriz nos Estados Unidos, comentou que a demonstração financeira nas IFRS é utilizada apenas para a divulgação no site do próprio banco para o atendimento dos requerimentos do BACEN. Não há nenhuma outra utilização dessa demonstração.

O mesmo comentário foi feito por um respondente profissional de um banco privado com controle nacional. Ele mencionou que as demonstrações financeiras nas IFRS não são utilizadas para outro fim senão a divulgação no próprio site da instituição. No caso de instituição financeira com controle exclusivamente nacional, a análise do desempenho e o pagamento de dividendos, a participação nos lucros e os resultados e bônus da administração são pagos com base nos resultados gerados conforme os padrões estabelecidos pelo BACEN.

Outro respondente comentou que as demonstrações financeiras com base nas normas internacionais de contabilidade são utilizadas pelos bancos internacionais para a consolidação de suas subsidiárias. Nesse aspecto, quanto menores forem os ajustes de conversão das diferenças entre as práticas contábeis, mais simples será o processo de convergência. Para os bancos nacionais de médio ou grande porte, as demonstrações financeiras nas IFRS facilitam o processo de obtenção de captação de recursos com instituições internacionais. Para os bancos

de pequeno porte, o processo de emissão das demonstrações financeiras nas IFRS é um custo adicional.

Para os bancos nacionais que têm seu desempenho medido pelas demonstrações financeiras preparadas de acordo com as regras do BACEN, como já mencionado, as demonstrações financeiras nas IFRS têm pouco ou nenhuma utilidade. Mesmo a análise que as agências de *rating* faz dessas instituições é baseada nas demonstrações individual ou prudencial, preparadas de acordo com o COSIF. As demonstrações nas IFRS terão alguma utilidade para um possível investidor estrangeiro que tenha interesse em investir na instituição e queira avaliá-la e compará-la com instituições financeiras de outros países.

Outro respondente entrou na questão da utilidade da demonstração financeira para bancos que são controlados por *holdings* de capital aberto ou por empresas cujo objeto social não seja atuar no segmento financeiro, como os bancos de montadoras. No caso de bancos que são controlados por *holdings* de capital aberto, devido às exigências que a CVM faz a essas empresas, eles obrigatoriamente elaboram seus números (sem a emissão de demonstrativos ao mercado) nas IFRS trimestralmente, para que suas *holdings* possam efetuar o processo de consolidação e de divulgação no mesmo padrão contábil. O mesmo acontece para bancos que possuem como controladoras empresas que não são do segmento financeiro. Por exemplo, banco de montadora cuja matriz esteja em outro país. O banco prepara os números mensalmente nos dois padrões contábeis e os reporta de acordo com as IFRS para sua controladora, que por sua vez os reporta para a matriz que está fora do país, para que esta última consiga medir o desempenho consolidado de todas as empresas do grupo no mesmo padrão contábil. Porém, se esse banco não tiver os requisitos exigidos pelo BACEN para a divulgação da demonstração financeira nas IFRS, que são, entre outros, possuir comitê de auditoria interna, esses números são preparados com o objetivo exclusivo de atendimento a sua matriz, não sendo divulgados ao mercado nacional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os bancos brasileiros constituídos sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigados a constituir comitê de auditoria nos termos da regulamentação em vigor são, desde 31 de dezembro de 2010, obrigados a elaborar e divulgar suas demonstrações financeiras nos dois padrões contábeis (BRGAAP e IFRS). Considerando que o processo de convergências às IFRS para os bancos brasileiros não foi realizado em sua totalidade, a proposta de desenvolvimento desta pesquisa teve como objetivo verificar, através dos pontos de vista qualitativo, por meio das entrevistas efetuadas utilizando o método Delphi, e quantitativo, através dos números analisados disponíveis nas demonstrações financeiras dos bancos que foram selecionados na amostra, se há diferenças relevantes entre as práticas contábeis (BRGAAP e IFRS), com o propósito de responder ao seguinte problema de pesquisa: **Quais foram as consequências práticas para os bancos brasileiros decorrentes da convergência às normas internacionais de contabilidade, as IFRS, de forma parcial e compulsória?**

Para responder à questão de pesquisa, partiu-se de dois objetivos específicos. Um deles foi avaliar, através da comparação dos resultados obtidos dos cálculos dos índices ROE (Retorno sobre o Patrimônio Líquido), ROA (Retorno sobre o Ativo) e IC (Índice de Conservadorismo), calculados com base nos números divulgados nos dois padrões contábeis (BRGAAP e IFRS), se há diferenças entre esses padrões contábeis. O outro foi conhecer, através de entrevista com gestores e profissionais da área contábil dessas instituições bem com auditores externos, suas percepções em relação às questões operacionais para a implantação das novas regras e também a utilidade das demonstrações contábeis nas IFRS. Foram selecionados sete bancos conforme critérios de amostra definidos para a análise de seus indicadores, bem como realizadas entrevistas com os profissionais selecionados que possuem experiência com o problema estudado.

Para a primeira etapa, com o intuito de responder ao objetivo específico de avaliar através da comparação dos resultados obtidos dos cálculos dos indicadores ROE e ROA se há diferenças entre os saldos finais divulgados nos dois padrões contábeis, foram tabulados em planilha Excel os saldos do ativo total e do patrimônio líquido de lucro líquido nos dois padrões contábeis. A partir desses números, aplicaram-se as fórmulas para o cálculo dos índices. Os resultados encontrados não permitiram apontar um movimento ordenado entre as instituições,

porém demonstram que há assimetria, em alguns casos relevantes, dos números divulgados nos dois padrões contábeis.

A assimetria entre os números nos dois padrões contábeis ocorre em geral porque as normas estabelecidas por meio de princípios tendem a oferecer um maior número de escolhas contábeis, como é o caso das IFRS (Osma & Pope, 2011).

A segunda etapa do objetivo específico de avaliar as diferenças através do cálculo do Índice de Conservadorismo (IC) usou as mesmas informações tabuladas para o cálculo dos indicadores ROE e ROA, exceto pelo saldo do ativo total. O Índice de Conservadorismo mede o impacto das influências culturais e institucionais no resultado reportado pelas empresas e indica que os números são mais conservadores quando os resultados dos indicadores ficam acima de 1 e menos conservadores quando os resultados apresentam indicadores menores que 1.

Foram calculados 64 índices utilizando o saldo do patrimônio líquido e a mesma amostra usando o saldo do lucro líquido. Os índices calculados com base no saldo do patrimônio líquido evidenciam que o padrão contábil adotado pelo BACEN, isto é, o COSIF ou os BRGAAP, é mais conservador que o padrão contábil internacional, as IFRS, em que todos os indicadores apresentaram resultados acima de 1. Por outro lado, nos índices calculados com base no saldo do lucro líquido apenas 13 apresentaram resultado inferior a 1. Mesmo com essa pequena variação (13 índices abaixo de 1), é possível concluir que os resultados dessa etapa demonstraram que os números divulgados nos demonstrativos em BRGAAP, isto é, segundo as normas do COSIF, expedida pelo CMN, são mais conservadores que os divulgados segundo as normas internacionais de contabilidade, as IFRS. Esse resultado vai ao encontro dos achados nas entrevistas executadas com profissionais que atuam nesse mercado.

A terceira etapa de análises consistiu em responder ao objetivo específico de conhecer, através de entrevista com gestores e profissionais da área contábil destas instituições, bem como auditores externos, suas percepções em relação às questões operacionais para a implantação das novas regras, bem como a utilidade das demonstrações contábeis nas IFRS.

Nas entrevistas foram abordados assuntos como: objetivos da contabilidade, conservadorismo, efeitos de divulgar demonstrações financeiras no mesmo padrão contábil, consequências práticas que a adoção das IFRS trouxe aos bancos, assim como utilidade dessas demonstrações financeiras.

A primeira abordagem pedia que os entrevistados mencionassem o que eles entendiam como objetivo da contabilidade. A maioria deles se referiu à contabilidade como a área responsável por preparar os números que serão usados por um grande número de usuários. Esses números precisam atender aos requisitos das normas contábeis vigentes e prover informações confiáveis.

Na sequência, questionou-se sobre as vantagens de divulgar demonstrações contábeis que sejam mais comparáveis. Para esse item, os resultados encontrados demonstram que a vantagem de divulgação de números com os mesmos critérios contábeis facilita as análises por investidores, acionistas e outros profissionais interessados no mercado.

Nesse aspecto, alguns entrevistados consideram que o BACEN já fazia esse trabalho, emitindo normas contábeis específicas para as instituições financeiras, porém essas demonstrações financeiras possuíam critérios exclusivos da legislação local. Com a obrigatoriedade da divulgação das demonstrações financeiras nas IFRS pelos bancos, houve uma melhoria nessa questão da comparação, no sentido em que os números podiam, a partir daquela data, ser comparáveis também com os números divulgados por bancos de outros países.

Outro questionamento foi em relação ao conservadorismo. Questionou-se os entrevistados sobre qual prática seria mais conservadora. Os resultados assinalaram que a prática contábil mais conservadora é aquela emitida pelo BACEN. O motivo apontado para essa resposta é que as normas contábeis emitidas por esse regulador dão menos margem a que o preparador das demonstrações financeiras exerça seu julgamento, limitando as opções de escolhas contábeis, ao emitir regras especificas para o registro das operações. As normas inclusive indicam em qual grupo de contas contábeis as operações têm de ser registradas, isto é, sob qual número de COSIF a contabilização deve ser reconhecida.

O resultado sobre as consequências práticas do processo de implantação das IFRS no setor bancário relaciona questões com ambiente de TI, em que os sistemas tiveram de ser customizados para atender aos requisitos dos dois conjuntos de normas contábeis, gerando um acréscimo do custo com os sistemas operacionais e as horas dos profissionais envolvidos na parametrização dos processos e na especificação dos relatórios. Outra questão está relacionada com as pessoas. Os profissionais envolvidos em todo o processo contábil, seja o próprio departamento de contabilidade, assim como aqueles departamentos que geram informações que são capturadas nas demonstrações financeiras, tiveram de receber treinamento para que as diferenças entre as práticas contábeis fossem mensuradas e corretamente implantadas.

Para a questão sobre a utilidade da demonstração financeira nas IFRS, os resultados apontam que a utilidade varia de acordo com a classe de controle das instituições brasileiras.

As instituições em que o controle é privado nacional com controle nacional por empresa do setor financeiro, as demonstrações financeiras nas IFRS são elaboradas para cumprir os requisitos da norma do órgão regulador, não tendo outra finalidade, uma vez que a base de cálculo dos impostos e dividendos são os números no padrão contábil local. Por outro lado, instituições que são controladas por empresas de outro setor preparam os fechamentos contábeis nas IFRS e divulgam para suas controladas que as utilizam no processo de consolidação de seus números.

As demonstrações nas IFRS têm utilidade para aquelas instituições com controle estrangeiro, e nesse caso o desempenho contábil é medido com base nos números nas IFRS, envolvendo inclusive o pagamento de dividendos e bônus da administração.

As principais normas internacionais de contabilidade que influenciaram e influenciam nas diferenças dos GAAP em relação à norma de contabilidade expedidas pelo BACEN são substancialmente:

i) IFRS 9 / CPC 48 – Instrumentos financeiros nos aspectos do método de juros efetivo, classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros, e principalmente no aspecto do cálculo da estimativa para perda com créditos de liquidação duvidosa.

ii) IAS 38 / CPC 04 – Ativo intangível em relação ao tratamento da realização do ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura.

iii) IFRS 3 / CPC 15 – Combinação de negócios em relação à mensuração dos ativos e passivos objeto de uma combinação de negócio.

A partir dos resultados da pesquisa realizada, que tem característica exploratória e descritiva, pode-se concluir que a adoção das normas nas IFRS trouxe diversas consequências práticas para as instituições financeiras, com efeito tanto nas questões operacionais como no ambiente de TI, nos procedimentos de controle interno, no treinamento de pessoa e na utilidade das informações disponibilizadas. Estudos complementares podem analisar outras questões abordando esse tema, considerando que já entrou em vigor em 2019 a norma IFRS 16 / CPC 06 (R2), que trará outros impactos/diferenças entre os dois GAAP contábeis.

Limitações

A pesquisa foi direcionada aos profissionais que atuam em bancos do Estado de São Paulo pela facilidade de divulgação do questionário, e isso pode ser considerado uma limitação. Talvez a obtenção de respostas com abrangência nacional pudesse resultar em um cenário diferente de percepção.

Outra limitação pode ter ocorrido por não terem sido entrevistados profissionais que trabalham no órgão regulador de bancos, o BACEN. A percepção desses profissionais poderia resultar em outro tipo de interpretação no processo de convergência às normas de contabilidade internacional.

REFERÊNCIAS

Accounting Standards Board. (1999). Statement of Principles for Financial Reporting. United Kingdom. Recuperado de: https://www.frc.org.uk/getattachment/31cb1973-82a6-439b-bf44-8fffad5b20da/Statement-of-Principles-for-Financial-Reporting-1999.pdf.

Almeida, L. R. de, & Freitag, V. C. Evidenciação Contábil. (2009). In: Ribeiro et al.. (Organizadores). Estudando teoria da contabilidade. São Paulo: Atlas.

Alves, J. S., Martinez, A. L. (2014). Efeitos da Adoção das IFRS no conservadorismo contábil das sociedades de grande porte. Advances in Scientific and Applied Accounting, v. 7, n 2, p. 224-243. Recuperado de https://dx.doi.org/10.14392/asaa.2014070203

Andrade, M. M. (2010). Introdução à Metodologia do Trabalho Científico (10a ed.). São Paulo: Atlas.

Antunes, M. T. P., Saiki, T. G., Grecco, M.C.P. (2010, novembro). Reconhecimento de Ativos Intangíveis em Situação de Business Combinations Face ao Alinhamento da Contabilidade Brasileira às IFRS. XVII Congresso Brasileiro de Custos, Belo Horizonte, MG, Brasil. Recuperado de https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/642.

Antunes, M. T.P, Grecco, M.C.P., Formigoni, H., Neto, O. R. M. (2012). A adoção no Brasil das normas internacionais de contabilidade IFRS: o processo e seus impactos na qualidade da informação contábil. Revista de Economia e Relações Internacionais. Vol. 10, Num. 20. Recuperado de http://www.faap.br/revista_faap/rel_internacionais/pdf/revista_economia_10.pdf

Ball, R., Robinb, A., Shuang Wuc, J. (2003). Incentives versus standards: properties of accounting income in four East Asian countries. Journal of Accounting and Economics 36 (1-3) 235–270.

B3. Relação dos bancos listados na B3. http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/empresas-listadas.htm.

Bardin L. L'Analyse de contenu. Editora: Presses Universitaires de France, 1977.

Basu, S. (1997). The conservatism principle and the asymmetric timeliness of earnings. Journal of Accounting and Economics 24(1) 3-37.

Bauer, M., & Gaskell G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Editora Vozes; 2002.

Beuren, I. (2008). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade (3a ed.). São Paulo: Ed. Atlas.

Black, B. (1999). The core institutions that support strong securities markets. Bus. Law., 55, 1565

Cambria, M. (2008). O impacto da primeira adoção das normas IFRS nas empresas Europeias Química e de Mineração: pesquisa descritiva. Dissertação de Mestrado. Faculdade de economia, administração e contabilidade de Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Capelleto, L. R. (2006). Mensuração do risco sistêmico no setor bancário com utilização de variáveis contábeis e econômicas. Tese de Doutorado. Faculdade de economia, administração e contabilidade de Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Carvalho, L. N. G. de, Lemes, S. (2008). Comparabilidade entre o resultado em BRGAAP e U.S. GAAP: evidências das companhias brasileiras listadas nas bolsas norte-americanas. Revista Contabilidade & Finanças, v.20, n.50, p.25-45, 2009. Recuperado de http://producao.usp.br/handle/BDPI/6265

Circular no. 1.273, de 29 de dezembro de 1987, Banco Central do Brasil. Plano contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Recuperado de: https://www3.bcb.gov.br/aplica/cosif.

Composição e segmentos do Sistema Financeiro Nacional. Recuperado de: https://www.bcb.gov.br/pre/composicao/composicao.asp.

Comunicado 14.259 de 10 de março de 2006, Banco Central do Brasil. Comunica procedimentos para a convergência das normas de contabilidade e auditoria aplicáveis às instituições financeiras e às demais instituições autorizadas a funcionar pelo banco Central do Brasil com as normas internacionais promulgadas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pela International Federation of Accountants. Recuperado de: https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?method=detalharNormativo&N=106064950.

Convergências das normas Contábeis do SFN às Normas Internacionais: http://www.bcb.gov.br/pre/Projeto_convergencia/convergencia.asp.

Conselho Federal de Contabilidade (2008). Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade (3a ed.). Brasília. Recuperado de: http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Livro_Principios-e-NBCs.pdf.

Costa, P. de S. (1987). Implicações da adoção das IFRS sobre a conformidade financeira e fiscal das companhias abertas brasileiras. Tese de Doutorado. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

CVM (1999). Anteprojeto de Reformulação da Lei Nº 6.404/76. Recuperado de http://sistemas.cvm.gov.br/port/atos/leis/anteprojeto.asp#top2.

Deliberação CVM 488, de 03 de outubro de 2005. Aprova o Pronunciamento do IBRACON NPC nº 27 sobre Demonstrações Contábeis – Apresentação e Divulgações. Recuperado de: http://www.cvm.gov.br/legislacao/instrucoes/inst488.html.

Deliberação CVM 489, de 03 de outubro de 2005. Aprova o Pronunciamento do IBRACON NPC Nº 22 sobre Provisões, Passivos, Contingências Passivas e Contingências Ativas. Recuperado de: http://www.cvm.gov.br/legislacao/instrucoes/inst489.html.

Fachin, O. (2002). Fundamentos de Metodologia (3a ed.). São Paulo: Saraiva.

Farias, J. B. de, Ponte, V. M. R., Oliveira, M. C., Luca, M. M. M. de. (2014). Impactos da adoção das IFRS nas demonstrações financeiras consolidadas dos bancos listados na BMF&FBovespa. Revista Universo Contábil, v.10, n2, p. 63-83.

Fé Junior, A. L. Dias da. (2013). Mudanças contábeis e reações do mercado na implantação compulsória do IFRS no setor bancário brasileiro. Dissertação de Mestrado. Faculdade de economia, administração e contabilidade de Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, Brasil.

FEBRABAN. Relação dos bancos associados. Recuperado de: https://portal.febraban.org.br/pagina/3164/12/pt-br/associados.

Freire, M. D., Machado, M. R., Machado, L., Souza, E., & de Oliveira, J. (2012). Aderência às normas internacionais de contabilidade pelas empresas brasileiras. Revista de Contabilidade E Organizações, 6(15), 3-22. doi.org/10.11606/rco.v6i15.52654

Galdi, F. C., Barreto, E., & Flores, E. (2018). Contabilidade de Instrumentos Financeiros IFRS 9 – CPC 48 (1a ed.). São Paulo: Atlas.

Gebhardt, G., Novotny-Farkas, Z. (2011). Mandatory IFRS Adoption and Accounting Quality of European Banks. Journal of Business Finance and Accounting, 38 (3) & (4), 289-333. Recuperado de https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/j.1468-5957.2011.02242.x

Geron, C. M. S. (2008). Evolução das práticas contábeis no Brasil nos últimos 30 anos: da Lei 6.404/76 à Lei 11.638/07. Dissertação de Mestrado. Faculdade de economia, administração e contabilidade de Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Gibss, G. (2008). Análise de dados qualitativos. (Costa, R. C., Trad). Porto Alegre: Bookman (obra original publicada em 2008).

Gil, A. C. (2012). Métodos e Técnicas de pesquisa social (6a ed.). São Paulo: Ed. Atlas.

Girotto, M. (2013). Ambiente regulatório prudencial e a convergência de normas das instituições financeiras. *Revista Brasileira De Contabilidade*, (202), 6-13. Recuperado de http://rbc.cfc.org.br/index.php/rbc/article/view/1072

Godoi, A. S. (1995). Pesquisas Qualitativas – Tipos Fundamentais. Revista de Administração de Empresas, v.35, n. 3, p. 20-29. Recuperado de http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf.

Goulart, A. M. C. (2003). Evidenciação contábil do risco de mercado por instituições financeiras do Brasil. Dissertação de Mestrado. Faculdade de economia, administração e contabilidade de Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Gray, S. J. (1988). Towards a theory of cultural influence on the development of accounting systems internationally. Abacus, v. 24, n1, p. 1-15. Recuperado de: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-6281.1988.tb00200.x

Grecco, M. C.P. (2013). O efeito da convergência brasileira às IFRS no gerenciamento de resultado das empresas abertas brasileiras não financeiras. Tese de Doutorado. Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, SP, Brasil.

Grecco, M. C. P., Geron, C. M. S., Formigoni, H. (2009, novembro). O Impacto das Mudanças nas Práticas Contábeis no Nível de Conservadorismo das Companhias Abertas Brasileiras. XVI Congresso Brasileiro de Custos, Fortaleza, CE, Brasil. Recuperado de https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/1089.

Hail, L., Leuz, C., Wysocki, P. (2009) Global Accounting Convergence and the Potential Adoption of IFRS by the United States: An Analysis of Economic and Policy Factors. Electronic copy available at: http://ssrn.com/abstract=1357331

Hendriksen, e. S., & Van Breda, M. (1999). Teoria da contabilidade (5a ed.). São Paulo: Atlas.

IASB. Conceptual Framework. Recuperado de http://www.ifrs.org/projects/work-plan/conceptual-framework/.

IASB. Discussion Paper DP/2013/1. Recuperado de: https://www.iasplus.com/en/news/2013/07/framework-dp.

IAS PLUS. Guia Ias Plus 2007. Recuperado de: https://www.iasplus.com/en/binary/dttpubs/2007pocketportuguese.pdf.

IFRS ao seu alcance 204/2015. Recuperado de http://gocapitalpar.com.br/Downloads/07.pdf.

International Accounting Standards Committee Foundation. (2009). Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs). Pronunciamentos emitidos até 1º de janeiro de 2009. Volume 1.

International Monetary Fund – IMF. (2006) Compilation guide on financial soundness indicator. Recuperado de https://www.imf.org/en/Publications/Manuals-Guides/Issues/2016/12/31/Financial-Soundness-Indicators-Compilation-Guide-17619.

Instrução CVM 457 de 13 de julho de 2007. Dispõe sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board – IASB. Recuperado de: http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/instrucoes/anexos/400/inst457consolid.pdf.

Iudícibus, S. (2015). Teoria da Contabilidade (11a ed.). São Paulo: Atlas.

Iubícibus, S., Martins, E., Carvalho, L. N. (2005). Contabilidade: aspectos relevantes da epopeia de sua evolução. Revista Contabilidade e Finanças, vol.16 no.38.

Iudícibus, S., Martins, E., & Gelbcke, E. R. (2010). Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações. São Paulo: Ed. Atlas.

Jeanjean, T., Stolowy H. (2008). Do accounting standards matter? An exploratory analysis of earnings management before and after IFRS adoption. Journal of Accounting and Public Policy. Volume 27, Issue 6, November–December 2008, Pages 480-494. Recuperado de https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/6448717/japp_080525_submitted.pd

f?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1547067576&Signature=C1mrgB7VRXtIvq9F%2BNCt4hHPbnw%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DDo_accounting_standards_matter_An_explor.pdf

Jesus, R. G. de, Oliveira, M. O. F. de. (2007). Implantação de Sistema ERP: Tecnologia e pessoas na implantação do SAP R/3. Revista de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação. Vol. 3, No. 3, 2007, p. 315-330. ISSN online: 1807-1775.

KPMG. (2007). Lei 11.638/07 altera a Lei das SAs (Lei 6.404/76) Resumo dos principais impactos. Recuperado de: http://www.kpmg.com.br/publicacoes/Lei_6404_final.pdf.

Lei 4.595 de 29 de dezembro de 1964. (1964) Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4594.htm.

Lei 11.638 de 28 de dezeembro de 2007. (2007). Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm.

Lima, G. A. S. F. de. (2007). Utilização da teoria da divulgação para avaliação do nível de disclosure com o custo da dívida das empresas brasileiras. Dissertação de Mestrado. Faculdade de economia, administração e contabilidade de Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Lima, J. B. N. de. (2008). A relevância da informação contábil e o processo de convergência paara as normas IFRS no Brasil. Tese de Doutorado. Faculdade de economia, administração e contabilidade de Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Lima, V. S. (2011). Incentivos no nível da firma e consequências econômicas da convergência ao IFRS no Brasil. Dissertação de Mestrado. Faculdade de economia, administração e contabilidade de Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Lopes, A. B. (2012). Contabilidade das companhias abertas no Brasil: uma agenda para o futuro. In: Broedel, A. L. (org). Contabilidade e finanças no Brasil: estudos em homenagem a Eliseu Martins. São Paulo: Atlas.

Lopes, A. B., Galdi, F. C., & Lima, I. S. (2011). Manual de Contabilidade e Tributação de Instrumentos Financeiros e Derivativos (2a ed.). São Paulo: Atlas.

Lopes, A. B., & Martins, E. (2007). Teoria da Contabilidade – Uma nova abordagem (2a ed.). São Paulo: Atlas.

Macedo, M. A. S., Machado, M. A. V., Murcia, F. D., Machado, M. R. (2010). Análise do impacto da substituição do DOAR pela DFC: um estudo sob a perspectiva do value relevance. Revista de Contabilidade de Finanças, FEA USP, São Paulo. V.22, n.57.

Martins, E. (2012). A contabilidade brasileira de ontem e de hoje; e a de depois. In: Broedel, A.L. (org). Contabilidade e finanças no Brasil: estudos em homenagem a Eliseu Martins. São Paulo: Atlas.

Martins, E., Diniz, J. A., & Miranda, G. J. (2012). Análise Avançada das Demonstrações Contábeis (1a ed.). São Paulo: Atas.

Martins, G. de A. (2002). Manual para elaboração de Monografias e Dissertações (3a ed.). São Paulo: Atlas.

Martins, V. G., Oliveira, A. S. de, Niyama, J. K., Diniz J. A. (2014). Níveis Diferenciados de Governança Corporativa e a Qualidade da Informação Contábil Durante o Processo de Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade. ConTexto, Porto Alegre, v. 14, n. 27, p. 23-42, maio/ago.

Miranda, V. L. (2008). Impacto da adoção das IFRS (International Financial Reporting Standards) em indicadores econômico-financeiros de bancos de alguns países da União Europeia. Dissertação de Mestrado. Faculdade de economia, administração e contabilidade de Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Niero N, Valenti, G, D'Ambrósio, D. (2009). Confusão contábil prejudica análise de balanços de 2008. *Valor Econômico*, São Paulo, 09.03.2009.

Niyama, J. K. (2010). Contabilidade Internacional (2a ed.). São Paulo: Ed. Atlas.

Oliveira, C. D. G. (2010). Convergência brasileira às normas internacionais de contabilidade: uma aplicação prática do IFRS 2 em um programa de *phantom stock options* real praticado no Brasil. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Osma, B. G, Pope, P. F. (2011). Strategic Balance Sheet Adjustments under First-Time IFRS Adoption and the Consequences for Earnings Quality. Recuperado de http://ssrn.com/abstract=1735009.

Padoveze, C. L., Benedicto, G.C. de, & Leite, J. S. J. (2012). Manual de Contabilidade Internacional: IFRS: US GAAP e BRGAAP: Teoria e Prática (1a ed.). São Paulo: Cengage Learning.

Padoveze, C. L., Benedicto, G. C. de. (2005). Cultura organizacional: Análise e impactos dos instrumentos no processo de gestão. READ, Edição 44, Vol. 11, No. 2, mar-abr.2005.

Pasini, A. (2015). As normas internacionais de contabilidade – IFRS: Adoção no Brasil. RISUS – Journal on Innovation and Sustainability. V.6, n.3, p. 97-114.

Paulo, E., Antunes, M T. P., Formigoni, H. (2008). Conservadorismo contábil nas companhias abertas e fechadas brasileiras. ERA – Revista de Administração de Empresas, v.48, n.3, p. 46-60.

Pinheiro, J. L. (2009). Mercado de Capitais: Fundamentos e Técnicas (5a ed.). São Paulo: Atlas.

Ponte, V. M. R., Luca, M. M. M. de, Oliveira, M. C., Aquino, L. D. P. de. (2010). Análise do grau de cumprimento das práticas de divulgação definidas pelo pronunciamento técnico do CPC 13 no âmbito das companhias abertas. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC), 6(1). doi:10.17524/repec.v6i1.244

Ponte, V. M. R., Oliveira, M. C. (2004). A prática da evidenciação de informações avançadas e não obrigatórias nas demonstrações contábeis das empresas brasileiras. Revista de Contabilidade & Finanças, v. 15, n. 36, São Paulo.

Pronunciamento Técnico CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Recuperado de http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80.

Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Financeiras. Recuperado de: http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=57

Recomendações de Basileia. https://www.bcb.gov.br/fis/supervisao/basileia.asp.

Reeve, J.M., Warren, C. S., Duchac, J. E., & Padoveze, C. L. (2009). Fundamentos de Contabilidade: Princípios. Tradução de Paulo Cesar de Conti. São Paulo: Cengage Learning.

Relação de Instituições em Funcionamento no País (transferência de arquivos). Recuperado de https://www.bcb.gov.br/fis/info/instituicoes.asp?idpai=INFCAD.

Relatório de Estabilidade Financeira. https://www.bcb.gov.br/?relestab2002.

Resolução CFC n. 3.786 de 24 de setembro de 2009, Banco Central do Brasil. Dispõe sobre a elaboração e a divulgação de demonstrações contábeis consolidadadas com a base no padrão contábil internacional emitido pelo international Accounting Standards Board (IASB). Recuperado de: http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/47513/Res_3786_v1_O.pdf.

Resolução CFC n. 750/93, de 29 de dezembro de 1993. Revogada pela Resolução CFC no. 1.121/08 de 16 de dezembro de 2001. Dispõe sobre os princípios de contabilidade. Recuperado de: cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1121.doc.

Resolução CFC n. 1.055/55, de 7 de outubro de 2005. Cria o COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – (CPC), e dá outras providências. Recuperado de: http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/Res_1055.pdf

Richardson, R. J. (19990. Pesquisa social: métodos e técnicas (3a ed.). São Paulo: Atlas.

Santos, E. S. (2009). Full IFRS x Lei 11.638 (1ª fase) x Lei 6.404: Impacto esperado nos resultados de 2010 a partir das empresas que se anteciparam. EAESP-FGV, GV pesquisa, relatório 33/2009.

Santos, E. S., Calixto, L. (2010). Impactos do início da harmonização contábil internacional (Lei 11.638/07) nos resultados das empresas abertas. RAE-eletrônica, v. 9, n. 1, Art. 5, jan./jun.

Santos, L. A. dos. (2012). O impacto da adoção das IFRS nas demonstrações contábeis: uma pesquisa do segmento de transportes aéreos das empresas listadas na Bovespa. 2012. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Santos, L. P.G., Lima, G. A. S. F de, Freitas, S. C., Lima, I. S. (2011). Efeito da Lei 11.638/07 sobre o conservadorismo condicional das empresas listadas BM&FBOVESPA. R. Cont. Fin. – USP, São Paulo, v. 22, n. 56, p. 174-188, maio/jun./jul./ago.

Securato, J. R., & Securato, J. C. (2009). Mercado Financeiro: Conceitos, cálculo e análise de investimento (3a ed.). São Paulo: Saint Paul Institute.

Silva, R. L. M. da. (2013). Adoção completa das IFRS no Brasil: qualidade das demonstrações contábeis e o custo de capital próprio. 2013. Tese de Doutorado. Faculdade de economia, administração e contabilidade de Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Silva, A. C. R. da. (2010). Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses. São Paulo: Atlas.

Silva, A. R. P., Paulo, E., Silva, J. D. G. da. (2016). Efeitos da adoção das IFRS no conservadorismo contábil: uma análise sob a ótica dos setores econômicos. AOS Brasil, v.5, n.1, jan/jun 2016, p. 115 – 131.

Stevenson, W. J. (2001). Estatística Aplicada à Administração. São Paulo: Ed. Habra.

SUSEP Circular no. 357 de 26 de dezembro de 2007. Dispõe sobre o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade. Recuperado de: http://www2.susep.gov.br/bibliotecaweb/docOriginal.aspx?tipo=1&codigo=23478.

Tavares, M. F. N., Anjos, L. C. M. dos, Paulo, E. (2014). Contribuições enviadas ao IASB/FASB referentes à revisão do draft de reconhecimento de receitas. Revista Contemporânea de Economia e Gestão. Vol 12 – Nº 3 – set/dez 2014.

Van Tendeloo, B., Vanstraelen, A. (2005). Earnings management under German GAAP versus IFRS. The European Accounting Review, 14(1), 155-180.

Vergara, S. C. (2015). Métodos de Pesquisa em Administração (6a ed.). São Paulo: Atlas.

Tarifa, M. R., Crozatti, J., Espejo, M. M. dos S. B., Almeida, L. B. (2011). A Cultura organizacional influencia as práticas de controladoria? Um estudo de campo baseado no competing value model. Revista Ciência Administração., Fortaleza, v. 17, n. 2, p. 323-350, maio/ago. 2011

T. Jeanjean, H. Stolowy (2008). Do accounting standards matter? An exploratory analysis of earnings management before and after IFRS adoption. Journal of accounting and public policy, Elsevier Volume 27, Issue 6, November–December 2008, Pages 480-494.

Triviños, A. N. S. (1987). Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas.

Watts, R. L. (2003). Conservatism in Accounting Part I. explanations and implications. Accounting Horizon, v.17, n.3, p. 207 – 221.

Weber R. Basic content analysis. Beverly Hills: Editora Sage; 1985.

Weetman, P., Jones, E. A. E., Adams, C. A., Gray, S. J. (1998). Profit Measurement and UK Accounting Standards: A Case of Increasing Disharmony in Relation to US GAAP and

IASs. Accounting and Business Research, v. 28, n. 3, p. 189-208. Recuperado de: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00014788.1998.9728909

Wright, J. T. C., Giovunazzo, R. A. D. (2000). Uma ferramenta de apoio ao planejamento prospectivo. Caderno de Pesquisas em Administração, São Paulo, v.1, n.12, 2º trimestre/2000.

APÊNDICE: RELATÓRIO DAS ENTREVISTAS COM OS ESPECIALISTAS

Especialista 1 – 11/10/2018

Questão 1: Qual seu cargo?

Resposta da questão 1: Gerente sênior de auditoria.

Questão 2: Tempo de experiência em instituições financeiras?

Resposta da questão 2: 12 anos.

Questão 3: Para você, qual o objetivo da contabilidade e da divulgação de seus números através das demonstrações financeiras?

Resposta da questão 3: A contabilidade é a base da empresa como um todo, independentemente do segmento. É a área responsável por preparar as informações que serão divulgadas ao público. Através da contabilidade, os investidores e os acionistas podem avaliar o desempenho e a estratégia da empresa em relação às metas de crescimento.

Questão 4: Você participou do processo de implantação das IFRS no setor bancário?

Resposta da questão 4: Sim.

Questão 5: Quais foram as principais dificuldades durante o processo de implantação das IFRS na instituição financeira em que você atuou?

Resposta da questão 5: Foram várias as dificuldades. Eram normas novas em que os profissionais, tanto os auditores quanto os clientes da auditoria, ainda não tinham conhecimento adequado para aplicar essas normas. As normas possuíam uma complexidade maior que aquelas vigentes até então, normas com maior grau de julgamento. Antes da entrada das IFRS, as normas tratavam os assuntos de forma mais específica, principalmente comparadas com as normas do Banco Central. Por exemplo, a Resolução 2.682 define porcentuais de provisão para um crédito de liquidação duvidosa, enquanto o IAS 39, atualmente as IFRS 9, faz a empresa exercer o julgamento do que é um crédito problemático para depois identificar o grau de provisionamento.

A primeira dificuldade foi o conhecimento. Precisou-se estudar muito essas normas para então poder aplicá-las, seja no processo de diagnóstico ou no de implantação, bem como na auditoria do número. Esse ponto envolveu muitas horas de treinamento.

Em relação aos clientes, uma dificuldade grande foi a parte sistêmica. Como o Banco Central não convergiu às normas, as instituições financeiras precisavam ter duas bases sistêmicas, uma atendendo ao próprio regulador, ao pagamento de impostos e dividendos, e outra para atender às IFRS.

Outro problema foi a resistência das instituições. Elas enxergavam as demonstrações financeiras nas IFRS como uma obrigação a ser cumprida, porém sem grande utilidade, considerando que os números não seriam usados para o pagamento de impostos ou dividendos. Dessa forma, havia uma resistência em elaborá-las de forma mais adequada.

Questão 6: Quais efeitos práticos você entende que as demonstrações financeiras mais comparativas trazem para o setor?

Resposta da questão 6: Um dos objetivos das IFRS é exatamente esse, tornar as demonstrações financeiras mais comparativas. Antes das IFRS, as empresas eram comparadas dentro do mesmo ambiente regulatório. Após a convergência, é possível comparar empresas de diferentes países.

Questão 7: Qual conjunto de normas você considera mais conservador, o COSIF ou as IFRS? Por quê?

Resposta da questão 7: O COSIF, porque tem regras específicas, sem margem de uso de julgamento.

Questão 8: Qual a utilidade da demonstração financeira preparada e divulgada conforme os padrões internacionais para sua instituição financeira?

Resposta da questão 8: Para determinadas instituições financeiras, ela não tem muita utilidade, pois é feita para cumprir os requerimentos do Banco Central de manter esses demonstrativos nas IFRS disponíveis para consulta. Porém, a demonstração não é usada para medir o desempenho ou o pagamento de impostos.

Porém, pela ótica de um investidor estrangeiro, a demonstração nas IFRS é importante, pois no momento de decisão de onde investir ele pode comprar empresas de diversos países.

Questão 9: Você tem mais alguma consideração a respeito do tema que gostaria de comentar?

Resposta da questão 9: É um tema que está vigente desde 2010. Já são oito anos de aplicação e ainda não há uma clareza em sua aplicação. São poucos os profissionais que conhecem o assunto. São normas que vêm sofrendo várias atualizações ao longo

do tempo para ajustar aquilo que não ficou claro ou adequado. Por exemplo, antes da elaboração e da implantação das IFRS 9 existiam várias normas que falavam sobre os instrumentos financeiros, porém havia os GAAP que tiveram de ser corrigidos.

Outro ponto em relação a esse tema é a questão da convergência do BACEN. No começo, acreditava-se que haveria uma conversão integral. Porém, ao longo de oito anos, foram pouquíssimos os CPCs que o BACEN aprovou, diferentemente de outros órgãos reguladores como a SUSEP e a CVM. Isso demonstra que esse regulador vai continuar emitindo normas próprias.

Especialista 2 – 19/10/2018

Questão 1: Qual seu cargo?

Resposta da questão 1: Sócio de *Accounting Advisory & Auditoria*.

Questão 2: Tempo de experiência em instituições financeiras?

Resposta da questão 2: 15 anos, sendo 6 anos direcionados para instituições financeiras.

Questão 3: Para você, qual o objetivo da contabilidade e da divulgação de seus números através das demonstrações financeiras?

Resposta da questão 3: Proporcionar aos usuários das demonstrações financeiras informações apropriadas para tomadas de decisão e análise de desempenho das entidades, de maneira razoavelmente comparável com outros negócios por segmento, indústria ou região geográfica.

Questão 4: Você participou do processo de implantação das IFRS no setor bancário?

Resposta da questão 4: Sim.

Questão 5: Quais foram as principais dificuldades durante o processo de implantação das IFRS na instituição financeira em que você atuou?

Resposta da questão 5: Durante minha experiência trabalhando com bancos internacionais em Londres entre 2014 e 2015, houve resistência na migração do UK GAAP para as IFRS, principalmente por questões relacionadas à mensuração a valor justo, visto que o antigo UK GAAP não mensurava ativos e passivos a valor justo. O banco central da Inglaterra (*Bank of England*) apoiou a adoção das divulgações adicionais trazidas pelas IFRS 7 (FRS 102), porém tais divulgações geraram um

investimento significativo em sistemas, processos e controles, bem como no treinamento de seus profissionais para atender à norma.

No Brasil, trabalhei principalmente a adoção das IFRS 9 em bancos de grande e médio porte de outubro de 2016 até o momento. Nos bancos, houve grande dificuldade em identificar sistemas adequados que realizassem a correta alocação dos modelos de negócios, o teste SPPI e principalmente o cálculo de perda esperada para os ativos financeiros. Os bancos de maior porte avaliaram diversos motores de cálculo, tais como as SAS IFRS 9, SAP *Bank Analyzer*, GDS *Modellica*. Porém, a grande maioria dos bancos brasileiros prepara seus registros contábeis de acordo com os BRGAAP (BACEN GAAP) e faz ajustes de conversão para as IFRS. Tais ferramentas internacionais não estavam prontas para uma implementação rápida para migrar as contas do COSIF. Bancos menores realizaram adaptações em seus sistemas legados, fazendo uso de Access e Excel para se adequar à nova norma. A adoção dessa nova norma requereu investimentos significativos das instituições financeiras em licenças, consultorias e treinamentos de pessoal para a adequação aos requerimentos da norma. Como no Brasil os bancos precisam manter seus registros de acordo com as normas do BACEN e este não adotou todas as IFRS e além disso a Receita Federal também não acatou todas as novas IFRS para a apuração do lucro tributável, há um custo significativo de observância que encarece o sistema financeiro nacional.

Questão 6: Quais efeitos práticos você entende que as demonstrações financeiras mais comparativas trazem para o setor?

Resposta da questão 6: Maior confiabilidade no sistema financeiro nacional, pois diversas informações importantes não estavam sendo consideradas nas demonstrações financeiras, tais como a discrepância entre instrumentos financeiros mensurados a custo e o valor justo, em que havia uma consideração tardia de *impairment*, que foi uma das razões da crise financeira mundial de 2008, quando muitas instituições não se preocupavam com condições econômicas na avaliação do risco de crédito de seus ativos de maneira adequada.

As IFRS 7 trouxeram a obrigatoriedade de informação de como a entidade mitiga seus riscos e qual é o nível de risco a que ela está exposta, proporcionando informações relevantes para comparar como cada instituição financeira mitiga seu risco e quais são mais ou menos agressivas em suas exposições.

As IFRS 9, além das questões relacionadas à antecipação de risco de crédito, fizeram com que as instituições financeiras reavaliassem suas operações de crédito, dando maior importância ao registro adequado de quais operações possuem garantias, de maneira a reduzir as perdas em caso de inadimplência.

Questão 7: Qual conjunto de normas você considera mais conservador, o COSIF ou as IFRS)? Por quê?

Resposta da questão 7: O COSIF, visto que dá menos margem a julgamento para o preparador das demonstrações financeiras e limita as opções contábeis que não necessariamente refletem os negócios da entidade.

Questão 8: Qual a utilidade da demonstração financeira preparada e divulgada conforme os padrões internacionais para sua instituição financeira?

Resposta da questão 8: Para os bancos internacionais, a consolidação nas IFRS de subsidiárias brasileiras é mais fácil quando não há muitos ajustes de conversão de GAAP.

Para bancos nacionais de médio ou grande porte, é mais fácil fazer captações internacionais com demonstrações financeiras preparadas de acordo com as IFRS.

Para bancos de menor porte, enquanto o BACEN não convergir para a maioria das normas nas IFRS, é um custo adicional, visto que as obrigações de divulgação e medição de performance da administração, bem como a base de tributação, são do COSIF e não das IFRS. Porém, em processos de M&A as demonstrações financeiras nas IFRS são muito valorizadas por entidades internacionais que queiram realizar parcerias ou aquisições no Brasil.

Questão 9: Você tem mais alguma consideração a respeito do tema que gostaria de comentar?

Resposta da questão 9: Os bancos centrais mundiais estão em processo de aprendizado sobre os efeitos das novas normas e aos poucos têm reconhecido que as IFRS, apesar de certas imperfeições, trazem maior transparência e comparabilidade ao setor financeiro. Aos poucos, eles têm aceitado as normas das IFRS como as dos GAAP. Esse processo é lento e gradual, porém o IASB tem feito grandes progressos. Esse processo de convergência trouxe mais valorização e prestígio ao profissional de contabilidade mundialmente. Hoje, o contador não é mais um “guarda-livros” ou um “calculador de imposto de renda”, porém um profissional vital para a saúde financeira das instituições.

Especialista 3 – 19/10/2018

Questão 1: Qual seu cargo?

Resposta da questão 1: Gerente de consultoria.

Questão 2: Tempo de experiência em instituições financeiras?

Resposta da questão 2: 10 anos, sendo 9 anos como profissional de instituição financeira internacional.

Questão 3: Para você, qual o objetivo da contabilidade e da divulgação de seus números através das demonstrações financeiras?

Resposta da questão 3: Entender a situação financeira da empresa. Por meio dessas divulgações, é possível avaliar a atual situação da entidade e também projetar seus próximos períodos. Portanto, entendo que a contabilidade tem um papel primordial nesse trabalho.

Questão 4: Você participou do processo de implantação das IFRS no setor bancário?

Resposta da questão 4: Sim.

Questão 5: Quais foram as principais dificuldades durante o processo de implantação das IFRS na instituição financeira em que você atuou?

Resposta da questão 5: i) mudança de *mindset*, de cultura; ii) desenvolvimento da parte de TI; iii) envolvimento de todas as áreas responsáveis e comprometidas com a implantação, uma vez que muitos acreditam não ser sua responsabilidade, e sim apenas da área de contabilidade da companhia; iv) pessoas experientes e com garra para aprender os novos processos e se desenvolver nesse novo cenário.

Questão 6: Quais efeitos práticos você entende que as demonstrações financeiras mais comparativas trazem para o setor?

Resposta da questão 6: Uma possibilidade de avaliar de forma ágil qualquer demonstração financeira sem a necessidade de ter muita experiência na área.

Questão 7: Qual conjunto de normas você considera mais conservador, o COSIF ou as IFRS)? Por quê?

Resposta da questão 7: O COSIF.

Questão 8: Qual a utilidade da demonstração financeira preparada e divulgada conforme os padrões internacionais para sua instituição financeira?

Resposta da questão 8: Análise de *performance*, ou seja, para pagamento de bônus e PLR, padrão das IFRS utilizado pela controladora para medir o bom andamento da subsidiária brasileira.

Questão 9: Você tem mais alguma consideração a respeito do tema que gostaria de comentar?

Resposta da questão 9: Entendo que o mundo como um todo está se descobrindo e se recriando todos os dias. Portanto, não está nada fora desses padrões aplicar essas atualizações na área financeira/contábil. Esse mundo de implantar normas mais que usam mais o julgamento, em vez de normas conservadoras, veio revolucionar empresas, carreiras e diversos profissionais que não tinham mas precisavam buscar um novo perfil.

Essa padronização internacional, por mais que inicialmente pareça custosa e complexa, e tenho a convicção de que ao longo dos anos, vai trazer ao mundo financeiro muito mais qualidade e segurança quanto à verdadeira saúde financeira das diversas empresas.

Especialista 4 – 23/10/2018

Questão 1: Qual seu cargo?

Resposta da questão 1: Especialista contábil.

Questão 2: Tempo de experiência em instituições financeiras?

Resposta da questão 2: 21 anos.

Questão 3: Para você, qual o objetivo da contabilidade e da divulgação de seus números através das demonstrações financeiras?

Resposta da questão 3: Informar aos analistas de mercado e seus acionistas a posição financeira da empresa.

Questão 4: Você participou do processo de implantação das IFRS no setor bancário?

Resposta da questão 4: Sim.

Questão 5: Quais foram as principais dificuldades durante o processo de implantação das IFRS na instituição financeira em que você atuou?

Resposta da questão 5: Conseguir a participação das demais áreas da instituição no processo por ser mais um critério contábil a ser implantado, sem que as áreas tivessem conhecimento dos requerimentos das IFRS.

Ou

tro fator é a questão sistêmica, que gerou custos para a instituição. Se não houve mudança sistêmica, houve a inclusão de rotina operacional.

Questão 6: Quais efeitos práticos você entende que as demonstrações financeiras mais comparativas trazem para o setor?

Resposta da questão 6: Entendo que seja para facilitar a comparação entre outras empresas do mesmo setor. Para as instituições financeiras, entendo que o Banco Central já faz isso com maestria.

Questão 7: Qual conjunto de normas você considera mais conservador, o COSIF ou as IFRS)? Por quê?

Resposta da questão 7: O COSIF.

Questão 8: Qual a utilidade da demonstração financeira preparada e divulgada conforme os padrões internacionais para sua instituição financeira?

Resposta da questão 8: Para minha instituição, ela é utilizada apenas para a divulgação no site de acordo com os requisitos do Banco Central. Não há nenhuma outra utilização dessa demonstração.

Questão 9: Você tem mais alguma consideração a respeito do tema que gostaria de comentar?

Resposta da questão 9: Os bancos no Brasil tiveram um grande desafio para implementar as IFRS em 2010, pois, além de não terem sido incorporados na contabilidade da instituição, precisam preparar anualmente mais uma publicação para se ajustarem aos princípios das IFRS.

Os bancos americanos ficaram com três critérios contábeis diferentes para ser preparados, o que gera uma dificuldade operacional ainda maior. A única vantagem é que alguns princípios das IFRS se assemelham aos US GAAP e puderam ser utilizados.

Especialista 5 – 30/10/2018

Questão 1: Qual seu cargo?

Resposta da questão 1: Gerente de contábil.

Questão 2: Tempo de experiência em instituições financeiras?

Resposta da questão 2: 20 anos, sendo 18 anos como contadora e 2 anos como gerente contábil.

Questão 3: Para você, qual o objetivo da contabilidade e da divulgação de seus números através das demonstrações financeiras?

Resposta da questão 3: A contabilidade é o coração da empresa. É o departamento onde os números são preparados, analisados e enviados para avaliação de diretores e presidentes, que por sua vez usam esses números para definir as estratégias e as metas de negócios.

Questão 4: Você participou do processo de implantação das IFRS no setor bancário?

Resposta da questão 4: Sim. Na época, eu era a contadora responsável pelo fechamento contábil e pela preparação de demonstrações financeiras.

Questão 5: Quais foram as principais dificuldades durante o processo de implantação das IFRS na instituição financeira em que você atuou?

Resposta da questão 5: A maior dificuldade foi a implantação das normas. Eram normas novas, não se tinha conhecimento de suas regras e por isso houve a necessidade de estudá-las. Nesse processo de implantação, outra dificuldade foi a definição das regras para o atendimento dessas normas nos sistemas operacionais.

Houve resistência por parte das outras áreas operacionais para entender a necessidade de avaliar, a partir de 2010, se as operações deveriam ser medidas em dois padrões contábeis, muito embora apenas o COSIF fosse usado para medir o desempenho da instituição em que trabalho.

Questão 6: Quais efeitos práticos você entende que as demonstrações financeiras mais comparativas trazem para o setor?

Resposta da questão 6: Permitir que diversos investidores possam analisar as empresas de países diferentes usando os números contábeis.

Questão 7: Qual conjunto de normas você considera mais conservador, o COSIF ou as IFRS)? Por quê?

Resposta da questão 7: o COSIF, pois suas regras são mais específicas e menos julgamentos".

Questão 8: Qual a utilidade da demonstração financeira preparada e divulgada conforme os padrões internacionais para sua instituição financeira?

Resposta da questão 8: Na instituição em que trabalho, as demonstrações financeiras nas IFRS são usadas apenas para cumprir os requerimentos do BACEN. Elas são preparadas anualmente e divulgadas no site da instituição. Os administradores e os

diretores têm seu desempenho medido de acordo com os resultados preparados conforme as normas do COSIF, assim como o recolhimento dos impostos. A análise feita por agências de *rating* é realizada com base nas demonstrações financeiras segundo a regulação prudencial emitida pelo BACEN.

Questão 9: Você tem mais alguma consideração a respeito do tema que gostaria de comentar?

Resposta da questão 9: O processo de implantação em 2010 foi muito trabalhoso, exigiu muitas horas adicionais de trabalho. Por outro lado, permitiu aos profissionais que atuaram na implantação das IFRS adquirir novos conhecimentos e aprender a criticar de forma construtiva as notas explicativas e outros itens envolvidos na rotina.

Especialista 6 – 01/11/2018

Questão 1: Qual seu cargo?

Resposta da questão 1: Gerente de contabilidade.

Questão 2: Tempo de experiência em instituições financeiras?

Resposta da questão 2: 12 anos, sendo 8 anos trabalhando em banco e mais 5 anos atuando como auditor externo voltado ao atendimento de bancos.

Questão 3: Para você, qual o objetivo da contabilidade e da divulgação de seus números através das demonstrações financeiras?

Resposta da questão 3: A contabilidade tem o papel de elaborar e divulgar demonstrações financeiras com dados confiáveis a um grande número de pessoas, sejam investidores, acionistas ou analistas de mercado.

Questão 4: Você participou do processo de implantação das IFRS no setor bancário?

Resposta da questão 4: Sim.

Questão 5: Quais foram as principais dificuldades durante o processo de implantação das IFRS na instituição financeira em que você atuou?

Resposta da questão 5: Foram várias as dificuldades.

Treinamento de pessoas: houve a necessidade de treinar os profissionais responsáveis por elaborar os números contábeis (contadores e profissionais de *back-office*), bem como os profissionais da área de política contábil e elaboradores das demonstrações financeiras.

Modificações dos sistemas operacionais: para incorporar as novas regras, houve a necessidade de customizar os sistemas operacionais, gerando custo com desenvolvimento e implantação. Esse processo aconteceu em dois momentos. O primeiro, em 2010, para a implantação de todas as IFRS e o segundo, em 2017/2018, para implantar as regras das IFRS 9.

Custo de observância: a obrigatoriedade de emitir dois conjuntos de normas contábeis gerou um maior custo para as instituições financeiras, tanto na implantação do sistema como no treinamento de pessoas e nas horas de trabalho dos profissionais responsáveis por elaborar as demonstrações financeiras.

Questão 6: Quais efeitos práticos você entende que as demonstrações financeiras mais comparativas trazem para o setor?

Resposta da questão 6: Possibilidade de comparação dos números com instituições de diversos países.

Questão 7: Qual conjunto de normas você considera mais conservador, o COSIF ou as IFRS)? Por quê?

Resposta da questão 7: O COSIF, porque tem regras específicas, sem margem de uso de julgamento.

Questão 8: Qual a utilidade da demonstração financeira preparada e divulgada conforme os padrões internacionais para sua instituição financeira?

Resposta da questão 8: Para a instituição em que trabalho, os números nas IFRS são preparados trimestralmente para o atendimento do processo de consolidação das *holdings* controladoras da instituição financeira, que são empresas de capital aberto que seguem as exigências da CVM.

Por outro lado, excluindo-se a necessidade de elaboração para o atendimento das controladoras, as demonstrações financeiras nas IFRS não têm nenhuma outra utilidade a não ser cumprir os requerimentos da Resolução 3.786 do BACEN.

Questão 9: Você tem mais alguma consideração a respeito do tema que gostaria de comentar?

Resposta da questão 9: Embora o processo de convergência tenha sido aderido mundialmente, na minha opinião o BACEN, pensando no mercado financeiro, não deve convergir integralmente para as IFRS. Haverá assim, como já ocorreu, processos de aproximação da norma emitida por esse regulador com as normas internacionais, mas não sua completa convergência.

Especialista 7 – 5/11/18

Questão 1: Qual seu cargo?

Resposta da questão 1: Diretor de controladoria.

Questão 2: Tempo de experiência em instituições financeiras?

Resposta da questão 2: 20 anos, sendo 15 anos trabalhando como auditor externo e mais 5 anos atuando como diretor de instituição financeira.

Questão 3: Para você, qual o objetivo da contabilidade e da divulgação de seus números através das demonstrações financeiras?

Resposta da questão 3: A contabilidade tem como principal objetivo, no primeiro momento, prover à administração da empresa a situação econômica financeira da empresa. No segundo momento, a partir da divulgação de seus números para o mercado, prover aos acionistas e investidores informações confiáveis sobre os negócios e seus resultados.

Questão 4: Você participou do processo de implantação das IFRS no setor bancário?

Resposta da questão 4: Sim, na implantação das IFRS em 2010 atuei como gerente de auditoria externa.

Questão 5: Quais foram as principais dificuldades durante o processo de implantação das IFRS na instituição financeira em que você atuou?

Resposta da questão 5: Para a convergência dos dados contábeis do padrão do COSIF ao padrão das IFRS, as instituições financeiras tiveram de investir em tecnologia e treinamento de pessoal. Além disso, tiveram de buscar o envolvimento de todas as áreas (*back-office*, tesouraria, mesa de operações, entre outras) para adquirir conhecimento necessário para adequar as operações ao formato das normas internacionais.

Para que essas normas fossem implantadas corretamente, houve incremento de custos com consultores/auditores externos para o levantamento do diagnóstico e a implantação dos novos processos.

Após o processo de implantação ser finalizado, houve incremento no custo de observância para manter a contabilidade, gerando informações nos dois padrões contábeis.

Questão 6: Quais efeitos práticos você entende que as demonstrações financeiras mais comparativas trazem para o setor?

Resposta da questão 6: O BACEN, ao manter o sistema financeiro nacional regulamentado, com a emissão de normas próprias, permite que haja maior confiabilidade. Porém, ele dificulta a análise por investidores estrangeiros. Nesse sentido, a adoção das IFRS trouxe essa comparabilidade além do mercado nacional, permitindo aos bancos brasileiros buscar recursos no mercado internacional e se tornar mais competitivos.

Questão 7: Qual conjunto de normas você considera mais conservador, o COSIF ou as IFRS)? Por quê?

Resposta da questão 7: o COSIF, considerando que possui regras restritas.

Questão 8: Qual a utilidade da demonstração financeira preparada e divulgada conforme os padrões internacionais para sua instituição financeira?

Resposta da questão 8: Depende da estrutura da própria instituição financeira. Para instituições financeiras com controle nacional, as demonstrações financeiras nas IFRS são utilizadas apenas como ferramentas para possíveis investidores estrangeiros. Já para as instituições financeiras que são controladas por empresas de outros ramos, os números nas IFRS são usados no processo de consolidação, o que ocorre, por exemplo, com bancos de montadoras.

Em instituições financeiras com controle internacional, os números nas IFRS são usados para pagar dividendos e medir o desempenho da filial brasileira.

Há ainda instituições que são controladas por empresas *holdings*, que possuem investimentos em diversos tipos de segmento. Nesse caso, os números nas IFRS são utilizados para a consolidação de todas as controladas/coligadas no mesmo padrão contábil.

Questão 9: Você tem mais alguma consideração a respeito do tema que gostaria de comentar?

Resposta da questão 9: O processo de convergência é continuo. Começou em 2010, porém ao longo desses oito anos foi necessário fazer diversas adequações decorrentes das atualizações dos normativos. O BACEN não sinaliza a conversão integral de suas normas às normas das IFRS. Atualmente, com a implantação das IFRS 9, esse regulador emitiu três editais de consulta para aproximar as normas do COSIF às normas das IFRS 9, porém com algumas diferenças, demonstrando que o processo integral de conversão não deve ser algo para os próximos anos.